

FOLHA DE LONDRINA

PREVENÇÃO 20 AGO 2011

Juízes do Paraná terão reforço na segurança

Cerca de 30 magistrados estariam ameaçados no Estado, o maior número de casos do País, segundo o CNJ.

Tribunal de Justiça anunciou investimentos de cerca de R\$ 300 mil para a compra de automóveis blindados e coletes à prova de balas e estuda criação de Batalhão Judiciário.

20 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Blindagem

Como o Paraná é a unidade federativa com mais juízes sob ameaça, o presidente do TJ teve audiência com Beto Richa para blindar carros e garantir coletes à prova de balas aos magistrados.

MAZZA

Radicalismo

Em programa de rádio o Boechat atacou o advogado Renê Dotti por ter defendido a tese de que as vítimas do acidente provocado pelo ex-deputado Carli Filho é que o teriam causado. É uma tese que pode ou não emplacar, uma variável técnica, e que não justifica a reação do jornalista e de parte do público que adota uma postura de linchamento sem admitir o direito de defesa. Há um pouco disso no caso do Derosso: ele e Carli pagam pelo ônus de serem políticos, fauna mais detestada no Brasil.

INFORME

Saúde na mira do MP

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa de Saúde Pública de Curitiba, propôs nesta semana nova ação civil pública contra o Estado questionando a falta de investimentos suficientes na área da saúde. O objeto da ação é o orçamento de 2009, em que o governo aplicou 7,74% dos recursos públicos no setor, quando a Constituição federal exige que o investimento mínimo seja da ordem de 12%.

■ O MP-PR já apresentou ações similares referentes aos orçamentos de 2000 a 2008. O Ministério Público calcula que R\$ 531.088.658,39 deixaram de ser aplicados em ações e serviços de saúde para a população do Estado do Paraná só em 2009. Se somados os valores referentes a todas as ações, chega-se a R\$ 3.200.319.777,13 em investimentos na saúde que deixaram de ser feitos.

■ Decisão recente - no mês de junho, a ação que trata do orçamento de 2008 recebeu decisão liminar favorável. No caso, a Justiça condenou o Estado a aplicar R\$ 474.701.862,69 no setor. Todas as outras ações apresentadas nos anos anteriores pelo MP a respeito do orçamento insuficiente na saúde estão em trâmite e ainda sem manifestação final da Justiça.

FOLHA DE LONDRINA

Promotora é premiada por trabalho com usuários de drogas

A criação do Programa Saiba - Programa de Encaminhamento, Atenção e Cuidados aos Usuários de Drogas em Conflito com a Lei - rendeu à promotora de Justiça Luciana Lepri e mais 150 funcionários públicos, pertencentes ao sistema penitenciário do Estado, reconhecimento do Ministério da Justiça. Eles receberam o diploma "Mérito pela Valorização da Vida".

O trabalho foi indicado à premiação pelo Conselho Estadual Antidrogas (Conead) por levar o usuário de drogas em conflito com a lei à reflexão sobre as consequências físicas, psicológicas, emocionais, sociais, pessoais e jurídicas decorrentes do uso e abuso de drogas.

"Nosso objetivo é resgatar a autoestima de usuários processados pelo uso de drogas, que estão em liberdade ou presos em uma das unidades penais de Londrina", explica Luciana. Na prática, os usuários presos reincidentes participam de curso com 20 módulos e 10 meses de duração. Já os usuários de drogas presos e não reincidentes participam do curso por cinco meses. Os usuários, que estão sendo processados, mas respondem em liberdade, participam de seis encontros, realizados duas vezes por semana. O curso é ministrado por uma equipe multidisciplinar.

"Estamos felizes com esta premiação, pois ela representa o reconhecimento de um esforço conjunto da equipe,



Luciana Lepri: "A grande mudança é que o legislador deixou de ver e entender o usuário como um criminoso"

comprovando que mais pode aquele que quer realizar algo, do que aquele que tem só vontade", diz a promotora.

Ela enfatiza que o desenvolvimento do programa começou em 2007, a partir da necessidade de dar cumprimento à nova legislação antidrogas, que entrou em vigor em 2006 (Lei 11.343).

Luciana esclarece que antes da nova lei a pena para o uso de drogas era a prisão, uma vez que o usuário era visto como criminoso (política baseada no modelo norte-americano de repressão). Com a nova lei, o País passou a adotar o modelo europeu de controle do uso de drogas, baseado na redução de danos.

"A grande mudança é que o legislador deixou de ver e entender o usuário de drogas como um criminoso, passando a vê-lo como um doente", explica.

20 AGO 2011

'Conhecer o perfil é a base para a prevenção'

Agregando-se ao Programa Saiba, o projeto "Repensar o Amanhã", coordenado pelo conselheiro da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Londrina, Ronaldo Moraes Cosate, traçou o perfil jurídico com indicativos psicossociais do usuário de drogas em conflito com a lei de Londrina entre o período de 1996 e 2000.

No entanto, o projeto, que era realizado em parceria com a Universidade Norte do Paraná (Unopar) foi encerrado há dois anos. De acordo com a promotora Luciana Lepri, a paralisação tem dificultado o andamento do Programa Saiba. Segundo ela, o "Repensar o Amanhã" servia como um termômetro na avaliação e proposição de atividades a serem desenvolvidas. A Unopar informou que a universidade ainda está estudando a possibilidade de retomar o projeto.

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

INOCÊNCIA PERDIDA

Justiça falha

em punir

agressões a crianças

Em média 18 mil menores sofrem violência doméstica diariamente no Brasil. No Paraná foram registrados 2.822 casos entre 2003 e março deste ano. Código Penal ultrapassado favorece que agressores escapem dos rigores da lei. Projeto que altera legislação prevê tratamento de vítimas e agressores. A artesã Lucimara Rabelo conseguiu superar o histórico de agressão e falta de carinho com os filhos.

CONTINUA

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

SILÊNCIO DE INOCENTES

Justiça é cega para agressões domésticas contra a infância

Código Penal ultrapassado favorece que agressores escapem dos rigores da lei e que vítimas continuem sendo agredidas

Carolina Avansini
Reportagem Local

Nas memórias de infância de Janaína, 17, não há espaço para lembranças de brincadeiras e carinhos recebidos da mãe. Camila (nome fictício), 18, conheceu pelo pai a silenciosa realidade das agressões sofridas dentro da própria casa. Como milhares de outras crianças brasileiras, no período em que mais precisavam de atenção, as duas adolescentes foram espancadas e submetidas a castigos violentos pelos próprios familiares. As histórias alimentam uma triste estatística de meninos e meninas vitimados pela violência física no Brasil.

No Paraná, de 2003 até março de 2011, apenas o serviço Disque Denúncia 100 registrou 2.822 casos de violência física e psicológica e 2.954 situações de negligência contra crianças e adolescentes. O Censo Nacional de Crianças/Adolescentes em Situação de Rua, realizado em 2010 pelo Meta Instituto de Pesquisa, constatou que

30,6% dos entrevistados deixaram de dormir na casa da família em função da violência doméstica. Outros 32,2% o fizeram por causa de brigas verbais com pais e irmãos.

Os números podem ser ainda mais alarmantes. Profissionais que trabalham no atendimento das vítimas afirmam que muitos casos sequer chegam ao conhecimento das autoridades. Outro problema é que os agressores nem sempre são responsabilizados, o que estimula a impunidade e a reincidência.

Em função dessa realidade, o grupo interdisciplinar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Dedica), de Curitiba, revisou o Código Penal e o Código de Processo Penal durante quatro anos. O objetivo era entender por que, diante de sérias violências causadas a meninas e meninos – mas que nem sempre deixam marcas físicas –, os agressores não eram responsabilizados.

O resultado foi a apresentação ao Senado, em maio deste ano, de uma proposta de alteração nos artigos 92, 100, 121, 129-A, 136 e 226 da legislação. O texto passa por adequações técnicas na Casa para, em breve, ser protocolado como Projeto de Lei de autoria da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR).

“Nossa proposta é atualizar o diagnóstico da violência contra a criança e o adolescente”, afirma a pediatra Luci Pfeiffer, coordenadora do Dedica. O grupo, segundo ela, constatou que a maioria dos laudos periciais emitidos pelo Instituto Médico Legal (IML) têm resultado inconclusivo ou negativo para violência, apesar das evidências.

Um dos motivos, acredita, é que os peritos se baseiam no Código Penal, que foi escrito em 1940 e está desatualizado.

CONTINUA

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

"Na época, ainda não havia sido descrita a Síndrome da Criança Espancada, que estabelece diversos sinais indicativos de agressão", exemplifica. A avaliação positiva é emitida apenas em casos muito graves, como morte, tortura, abuso sexual com estupro.

No projeto de lei, o Dedicatário propõe a inclusão da definição da violência na infância e adolescência e também a previsão de encaminhamento e tratamento das vítimas e agressores. A legislação deve definir violência física e os diferentes níveis de gravidade, desde hematomas causados por lesões leves até fraturas e lesões encefálicas; negligência, quando os responsáveis deixam de oferecer os cuidados necessários à vida das crianças; e abuso psicológico que, segundo a pediatra, não é mencionado no atual Código Penal mas pode incapacitar a criança para a vida. Nessa categoria, enquadram-se humilhação, rejeição e tratamento como de menor valor.

Outra mudança sugerida é que as denúncias virem processos independentemente da vontade dos responsáveis. "A proposta vai apenas acrescentar ao Código. Precisamos de apoio para conseguir o voto dos senadores", diz.

Sobre as consequências de uma lei que ignora as violências específicas contra crianças e adolescentes, ela afirma que essa parcela da população está totalmente desprotegida. "O resultado da agressão que não deixa marcas é que a criança começa a apresentar dificuldade de aprendizado, doenças de difícil tratamento, atitude de agressividade. De vítima, ela passa a ser ré. Hoje temos uma porcentagem muito grande de crianças tomando medicação anti-psicótica e anti-depressiva, com diagnósticos para sintomas de sofrimento pela violência."

**Depois de bater,
sentia remorso e
pedia desculpas, mas
acabava fazendo de
novo. Minha filha
tremia de medo só
com meu olhar.**

**Lucimara Rabelo,
39, artesã**

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

SILÊNCIO DE INOCENTES

Com apoio, família supera histórico de espancamentos

21 AGO 2011

Depois de agredir continuamente a filha com paus, fios e cintas, mãe recebe auxílio e vence impulsos violentos

Raiva e vergonha são sentimentos que acompanharam a adolescência de Janaina, 17, durante toda a infância. Filha de uma mãe violenta, ela foi agredida e espancada continuamente até os onze anos de idade. As agressões, disfarçadas de "educação", faziam-na sentir humilhada e indefesa. "Ficava com muita raiva pois sabia que, na verdade, minha mãe estava descontando os problemas dela em mim."

Objetos como pedaços de pau, cintas e fios eram utilizados para aumentar a crueldade contra a menina que chegou a ser amarrada com corda de varal como punição contra uma "arte" infantil. Os hematomas demoravam a sarar e deixavam Janaina com muita vergonha, principalmente dos amigos da escola. "Não sentia que estava sendo cuidada", conta.

Mãe e filha conseguiram superar a história de violência com apoio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social 3 (Creas 3). Sem vergonha de admitir o erro, a artesã Lucimara Kinup de Sou-

za Rabelo, 39, mãe de Janaina, revela que só conseguiu identificar a própria agressividade depois de participar das discussões do grupo de pais organizado pelo serviço. "Eu não tinha noção que agia de forma errada. Achava que estava educando", diz.

Do tempo em que espancava a menina, ela recorda que não conseguia controlar a raiva, a ponto de ter arremessado contra uma parede a filha pequena. "Depois de bater, sentia remorso e pedia desculpas, mas acabava fazendo de novo. Minha filha tremia de medo só com meu olhar", conta ela, que não sabia ter atitudes carinhosas com Janaina e o filho mais novo, Daniel, hoje com 10 anos. "Eles me procuravam para receber carinho, atenção, e eu afastava. Saía de casa para ficar longe deles."

A consciência despertou ao ouvir relatos de outros pais agressivos. Horrorizada com as histórias contadas, Lucimara acabou percebendo que fazia a mesma coisa e, vitoriosamente, conseguiu mudar de atitude. "Para assumir meu erro, tive que aceitar que precisava de tratamento", pontua.

Hoje, ela agradece pela oportunidade de superação e demonstra aos filhos todo o amor que guardou durante os anos de violência. "Poderia ter perdido minha filha para a rua, mas consegui mudar esse destino. Aprendi a reconhecer o valor dos meus filhos", emocionava-se. Sem dar vazão aos impulsos violentos, ela garante que aprendeu a sentar e conversar com os meninos quando há necessidade de impor limites.

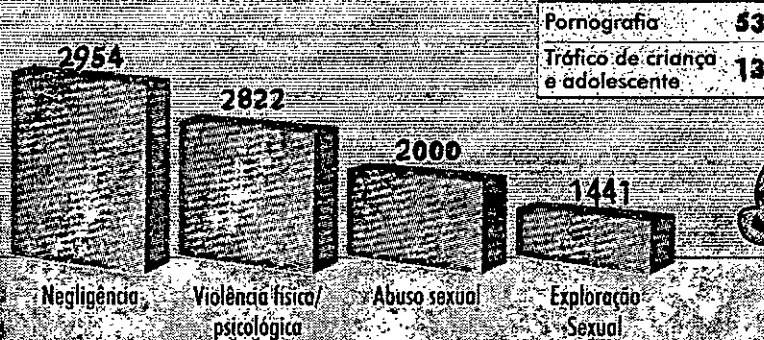
O relato de Janaina, que passou a ver na mãe uma conselheira, confirma que o histórico de violência e falta de carinho foi superado. "Voltei a confiar na minha mãe e finalmente sinto que ela cuida de mim."

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Violência contra crianças no Paraná

▶ Total de registros dos tipos de violência atendidos pelo Disque Denúncia 100 entre 2003 e março de 2011:



▶ Motivos que levaram crianças e adolescentes em situação de rua a deixarem de dormir na casa da família (respostas múltiplas):

Brigas verbais com pai/mãe/irmãos	32,2%
Violência doméstica	30,6%
Alcoolismo/drogas	30,4%
Para ter liberdade	22,8%
Perda da moradia pela família	13,2%
Violência/abuso sexual	8,8%
Desemprego do mantenedor da família	6,6%
Trabalho para o próprio sustento da família	5,3%
Conflitos na vizinhança/brigas de grupos rivais	4,9%
Tratamento de saúde física ou mental	1,2%
Não sabe/não respondeu	3,8%
Outro	3,9%

Fonte: 1º Censo Nacional de Crianças/Adolescentes em Situação de Rua - 2010/Meta Instituto de Pesquisa

Folha Arte

Violência atravessa duas gerações

Mãe de uma adolescente de 18 anos e de um menino de 12, Márcia (nome fictício) vive até hoje as consequências da violência familiar que os vitimou por quase duas décadas. Casada com um homem agressivo, ela e as crianças apanharam do pai e marido enquanto durou o casamento. Por conta dos espancamentos, a garota tornou-se também uma pessoa violenta e, hoje, assusta a própria mãe, que chegou a ser agredida pela filha.

"Ela era agitada, o pai não tinha paciência e batia

Ela aprendeu a se comportar do mesmo jeito", lamenta Márcia, que ainda hoje se sente incapaz de cuidar dos filhos: "Me sinto deprimida", revela, contando que faz tratamento com psicóloga para tentar superar o trauma.

A filha, infelizmente, recusa qualquer acompanhamento psicológico e segue cada vez mais intolerante com a família. "Agora ela começou a namorar um homem mais velho e não ouve os meus conselhos. Tenho medo que ele venha a ter filhos e seja violenta com

eles", teme.

Quando ainda estava com o ex-marido, Márcia procurou a Delegacia da Mulher para denunciar os maus tratos e chegou a fazer exames no Instituto Médico Legal (IML) para comprovar as agressões. A experiência traumatizante convenceu-a de que o atendimento pouco humanizado é inadequado. "Não faria de novo, porque foi muito humilhante. Não é um lugar adequado nem para um adulto, quanto mais para crianças", avalia. (C.A.)

CONTINUA

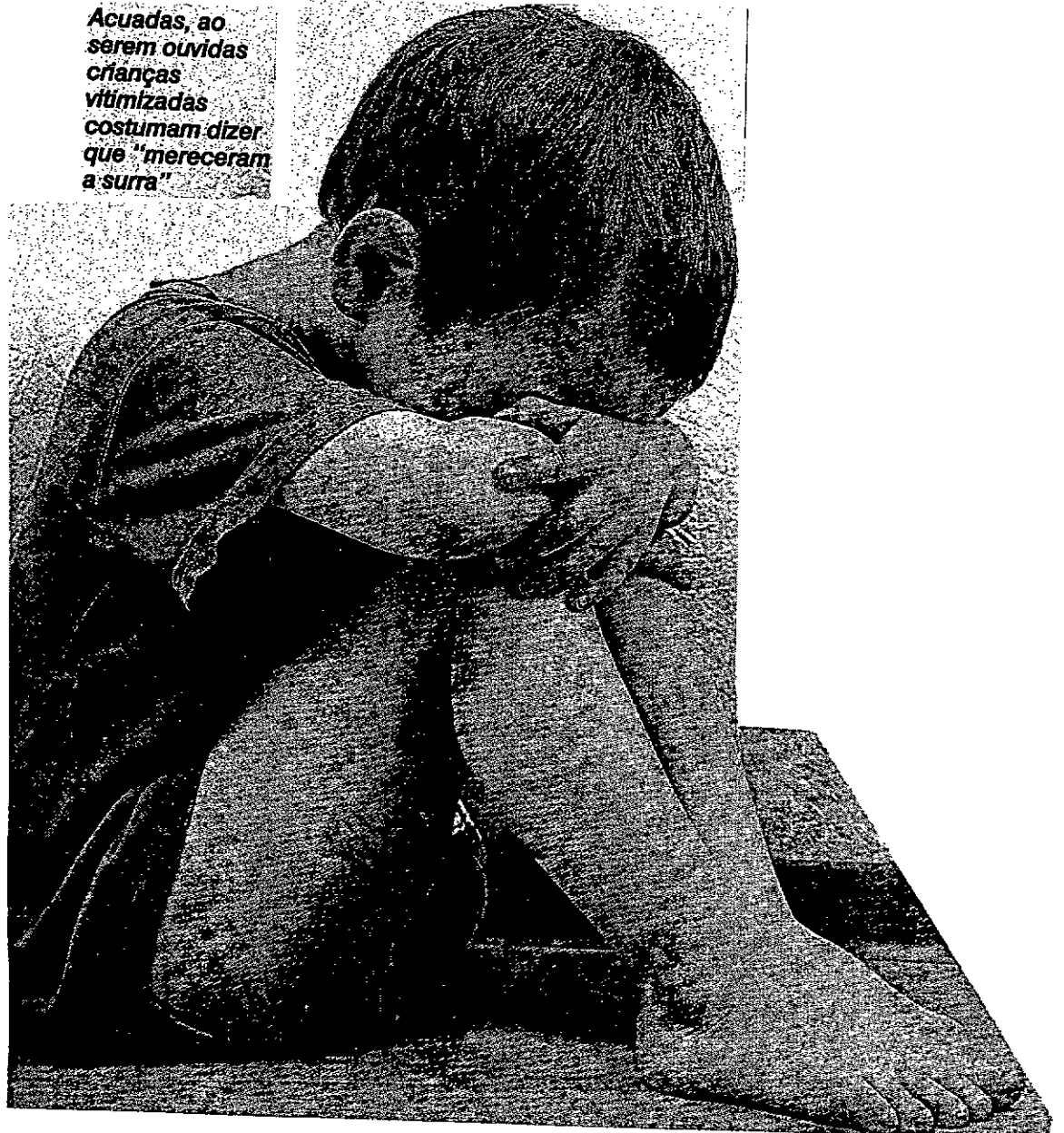
FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 AGO 2011

Situação que já é assustadora ainda não reflete a realidade, pois boa parte das agressões não é registrada

Acuadas, ao serem ouvidas crianças vitimizadas costumam dizer que "mereceram a surra"



CONTINUA

Muitas vezes, confirmação ocorre na necrópsia

Profissionais que trabalham com crianças e adolescentes submetidos a violência vivenciam diariamente a dificuldade de produzir provas que confirmem agressões físicas. Por isso, apesar de aprovarem a proposta de mudanças no Código Penal, alertam também para a necessidade de uma sistemática de trabalho que permita a real investigação dos fatos sem constrangimento das vítimas.

Especializada no atendimento de casos de violência sexual, mas com ampla vivência no trabalho com meninos e meninas submetidos a agressões físicas, a enfermeira

Tellim Tohar Kovski, do Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba, ressaltou que a

dificuldade na identificação de marcas resultantes de agressões é que os hematomas acabam confundidos com acidentes. "O perito não pode afirmar ter sido agressão a não ser que sejam marcas muito específicas, como queimaduras de cigarro. O IML faz o trabalho de perícia, mas quem determina se houve agressão é a polícia ou o juiz", explica.

Segundo a enfermeira, os exames realizados pela perícia nem sempre permitem aferir se houve meio cruel. "Muitas vezes a confirmação ocorre na necrópsia", lamentou, lembrando que, como as vítimas não costumam contar o que aconteceu, é preciso

ter capacitação para fazer um laudo correto e que não seja tendencioso. Quando não há atendimento especializado, as provas se perdem.

De acordo com o promotor Murilo Bigliacomo, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (CAOPCA), as vítimas de agressão física ou abuso psicológico exigem atendimento com equipe técnica interdisciplinar que seja capaz de romper barreiras psicológicas para chegar à apuração da verdade. Não dá para ser apenas um

**Sem punição
tendência
é que haja
reincidência**

atendimento de balcão.

A atenção diferenciada, segundo ele,

é o que se quebra o muro do silêncio e produz provas mais contundentes que levam a efetiva proteção das vítimas. "Se não há punição, a tendência é que haja reincidência".

O promotor defende também a implantação de políticas públicas de orientação às famílias para que assumam a responsabilidade pelos seus filhos, além de tratamento para pais alcoolistas e dependentes de outras drogas. "E lembra que agredir os filhos não significa educá-los. Diálogo e bom exemplo são mais eficazes. Se os pais batem, a reação da criança será a violência", lembrou, lembrando que romper esse ciclo, diz (C.A.)

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

SILÊNCIO DE INOCENTES

No Creas, 2 em cada 10 casos são sobre violência física

Em Londrina, dos 1008 atendimentos realizados desde o início do ano pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social 3 (Creas 3), 202 incluíam violência física contra crianças e adolescentes. A comprovação das agressões, conforme a psicóloga Cristina Watarai, auxiliar de coordenação do serviço, não baseia-se apenas no laudo do IML, mas também no relato das vítimas e no relatório psicossocial.

Mas, segundo a especialista, a situação concreta é ainda pior. Isso por que o número de atendimentos não reflete a realidade uma vez que, no Brasil, a agressão é naturalizada e nem sempre gera ocorrências a serviços especializados. A constatação se comprova pelo relato das crianças, que afirmam "ter merecido" a surra. "Elas explicam que apanham porque desobedecem os pais ou não se comportam como deveriam", conta.

No desfecho das histórias, o mais comum é que os agressores sejam advertidos verbalmente. A necessidade maior, porém, diz respeito ao atendimento das famílias para solucionar o problema. "Violência familiar não se resolve apenas com punição. É preciso oferecer tratamento aos pais para que entendam porque praticam a violência".

Psicóloga voluntária na Delegacia da Mulher e da chamada Vara Maria da Penha, no Fórum de Londrina, Maria Cristina Alves Penha lembra que o abuso de álcool e outras drogas aumenta a violência familiar. "Muitas vezes, a mãe tenta defender os filhos e acaba apanhando também", conta, enfatizando que as próprias mães das crianças agredidas procuram atendimento, mas deixam de levá-las ao IML com medo de expô-las. "É uma situação traumatizante".

Ciente da necessidade de produzir laudos técnicos que possam ser utilizados como prova contundente da violência, incluindo casos de abuso psicológico, ela reforça a necessidade de atendimento sistemático com profissionais especializados no trato com criança. "Para lidar com esse público, não basta apenas ser 'boazinha'", conclui.

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Infância perdida

Definitivamente é preciso romper o ciclo de violência contra crianças no Brasil. Estatísticas e histórias relatadas hoje nesta FOLHA mostram que, de fato, a violência ocorrida dentro de casa, gera marcas e traumas difíceis de serem superados. Ainda está presente na cultura brasileira a ideia de que a surra ajuda na educação dos filhos. No entanto, não se trata de discutir aqui a "eficácia de uma palmada", mas a agressão desmedida e sem limites contra os filhos.

De difícil comprovação, no Paraná foram registrados 2.822 casos de violência física e psicológica contra crianças de 2003 até março deste ano e outras 2.954 situações de negligência contra crianças e adolescentes. Os dados do Censo Nacional de Crianças/Adolescentes mostram ainda que a violência doméstica gera outras consequências, uma vez que 30,6% dos menores em situação de rua revelaram que deixaram de dormir na casa da família em função da violência doméstica. Outros 32,2% o fizeram por causa de brigas verbais com pais e irmãos.

No entanto, a avaliação é de que os

números podem ser bem maiores. Segundo a Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância, em média 18 mil crianças são vítimas de violência doméstica por dia no Brasil. A grande dificuldade é que a maioria dos casos sequer chega ao conhecimento

das autoridades, o que acaba por estimular a impunidade e a reincidência por parte dos agressores. Desta forma, seria de fundamental relevância as alterações já propostas ao Senado no Código Penal e no Código de Processo Penal, legislações que passaram por mudanças nos últimos anos, mas ainda arcaicas. Incluir a definição de violência na infância e adolescência e prever o encaminhamento e o tratamento das vítimas e agressores, definir a violência física em diferentes níveis de gravidade, negligência e abuso psicológico são itens que já deveriam constar nas legislações nacionais.

Além disso, tornar as denúncias em processos independentemente da vontade dos responsáveis é outro fator de importante relevância. Essas crianças não podem continuar desamparadas pela lei e pela sociedade.

Em média 18 mil crianças são vítimas de violência doméstica por dia no Brasil

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Apoio a criança e adolescente

Representantes de entidades municipais se reúnem em encontro para debater ações sociais em evento do Itaú Criança

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (FMDCA) de Londrina ajuda a manter diversos projetos na área de saúde, educação, esportes, entre outros desenvolvidos por dezenas de instituições da cidade. Uma das iniciativas que conta com apoio financeiro do fundo administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é o Sinfonia Universal. Criado pela entidade Irmãs de Betânia, o projeto ensina aulas de música a crianças e adolescentes da região do Jardim Nossa Senhora da Paz (região Leste).

Ontem de manhã os alunos atendidos pelo projeto mostraram seu talento em apresentações de coral, flauta, violão e violino durante um encontro promovido pelo programa Itaú Criança. O evento reuniu representantes do Conselho Tutelar, CMDCA e de entidades que desenvolvem projetos sociais voltados a crianças e adolescentes carentes.

"O objetivo do encontro é divulgar a existência do programa Itaú Criança, ressaltar que somos parceiros do FMDCA de Londrina e mostrar os resultados desta parceria", afirmou a coordenadora do Comitê da Fundação Itaú Social em Londrina, Susi Carreira.

Ela ressaltou que o Itaú Criança existe desde 2007 em Londrina e a cada ano colabora financeiramente com o projeto de uma instituição local recomendada pelo CMDCA. "No ano passado conseguimos levantar R\$ 35 mil em recursos que foram destinados à Irmãs de Betânia. Até o próximo dia 30 vamos visitar três projetos que foram encaminhados ao comitê pelo CMDCA e escolher um que será beneficiado este ano", informa Susi.

"O apoio financeiro que recebemos possibilitou a compra de vários instrumentos musicais que permitiram ampliar de 60 para 90 o número de vagas nas aulas de música. Devemos chegar a 100 alunos até o final do ano", enfatizou Elsi Matsumoto Fukomothi, voluntária da Irmãs de Betânia.

"Esse tipo de apoio é fundamental. Existem cerca de 100 entidades que atendem crianças e recebem apoio do FMDCA de Londrina. Anualmente conseguimos destinar cerca de R\$ 500 mil a estes projetos. As colaborações para o fundo podem ser feitas através de doações diretas ou destinando parte do Imposto de Renda declarado à Receita Federal, sendo até 6% de pessoa física e 1% de empresas", destacou a assistente social Nilcéia Vertuan, membro do CMDCA e representante da Secretária Municipal de Assistência Social.

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

PRIVADO OU ESTATAL?

Cartórios: uma decisão distante

Marian Trigueiros
Reportagem Local

"Entramos pela porta da frente e queremos nossos direitos respeitados", defende Vandecir dos Reis Loução, escrivão titular há oito anos do 2º Ofício Cível de Londrina. Otimista em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à manutenção dos cargos para concursados em cartórios privatizados, ele não é o único em meio às incertezas iniciadas em 2009 com o documento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apontava irregularidades – no entendimento do órgão – em todos os cartórios extrajudiciais e judiciais no Brasil.

Sem definição, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná não pode autorizar concurso para cartórios, ou serventias, que foram declarados vagos por não se enquadrarem na lei. O que, na visão dos concursados, iria justamente contra a decisão legal das autorizações das remoções realizadas para a comarca de Londrina, onde oito casos de cartórios judiciais estão na mesma situação.

No documento, a corregedoria do CNJ apontou o Paraná como o estado mais problemático por ter o maior número de cartórios extrajudiciais atuando de forma a

**STF ainda
não definiu
o futuro das
serventias,
que no Estado
funcionam
amparadas
por liminares**

"afrontar os princípios da igualdade e da impessoalidade", em função das permutas. Para o presidente do Sindicato dos Notários, Registradores e Escrivães de Londrina e região, André Arrabal, as permutas não deveriam ser o centro das atenções, mas as designações. "Apesar da troca, todos nós entramos por concurso também. Enquanto isso, há gente trabalhando sem formação alguma, por apadrinhamento", critica ele, tabelião do 3º Cartório de Notas desde 1994, quando trocou de lugar com seu pai, que foi para Capanema.

Na onda das contestações entraram os judiciais, com o problema das remoções. Segundo o TJ, 480 dos 1.054 cartórios extrajudiciais do Estado estariam irregulares, sendo 15 em Londrina. Dentre os 603 judiciais, 9 estariam irregulares

em Londrina. Praticamente todos estão amparados por liminares.

Segundo o advogado Adauto Thomaszewski, coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas da PUC-Londrina, a discussão envolve o entendimento da Constituição Federal (CF) de 1988 que, dentre várias disposições, definiu as atividades cartorárias. "Antes da CF era comum que uma pessoa adquirisse o direito de 'explorar' um cartório. Depois de 88, porém, todos os escrivães deveriam ingressar na carreira por meio de concursos públicos, guardadas algumas diferenças entre os judiciais e os extrajudiciais regulamentadas por leis em diferentes épocas", explica.

A regulamentação, porém, só veio em 1994 com o dispositivo constitucional para os cartórios extrajudiciais e, em 2003, para os judiciais: "Neste vácuo jurídico entre a CF e regulamentação, em alguns estados como o Paraná, o TJ homologou as remoções e autorizou as permutas entre familiares. A criação do CNJ veio barrar esse tipo de atividade e não reconhecer os cartorários que já estavam atuando." Por isso, com exceção de alguns, todos da Comarca entraram mediante concurso público, mas não estariam em seu local de origem.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

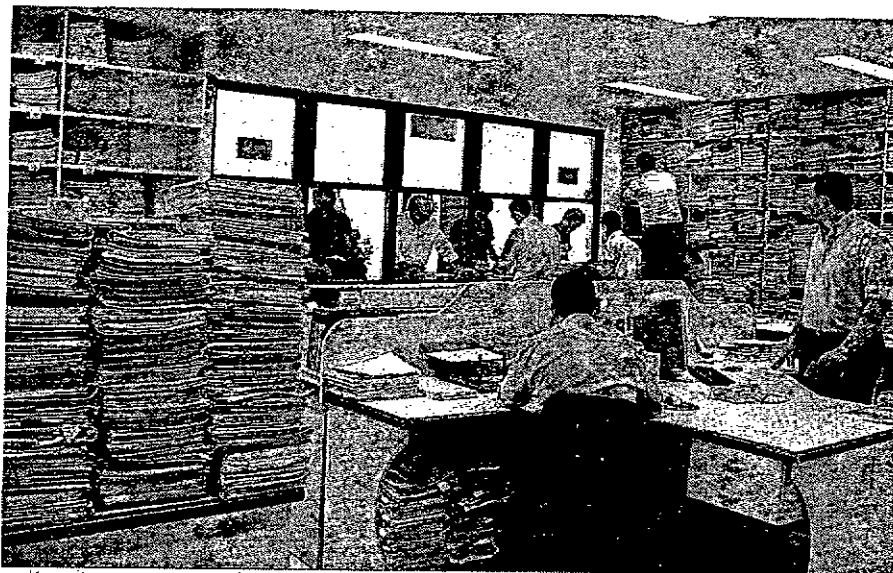
21 AGO 2011

Judiciais X extrajudiciais
Enquanto os cartórios judiciais cuidam dos processos da Justiça, os extrajudiciais validam e emitem documentos, como registros civis e de imóveis. Em ambos, para se adquirir a titularidade, é preciso

ser aprovado em concurso público. Por fim, enquanto nos "extra" todo o faturamento das custas ficaria para o titular, nos judiciais iria para o Governo.

Entretanto, o intervalo entre a criação da CF e a

regulamentação de seus dispositivos permitiu que cartórios judiciais tivessem escrivães delegados por concursos, mas trabalhando em regime privatizado e recebendo o faturamento.



Segundo o CNJ, Paraná é o estado mais problemático por ter o maior número de cartórios extrajudiciais em situação inconforme

Não há fantasmas em Londrina

O juiz corregedor do Foro Extrajudicial da comarca de Londrina, Mauro Ticianelli, diz que não há casos de nomeações ou fantasmas após 1988, convalidando a vaga por tempo de serviço. "Aqui na comarca não houve nenhuma nomeação ou preenchimento de cargos de cartórios sem concurso", garante. Porém, o CNJ aponta nove serventias irregulares por conta de permuta.

Segundo o magistrado, a permuta se baseia na troca de cidades entre duas pessoas designadas. "Um pai que estava prestes a se aposentar em

Londrina, por exemplo, trocava de posto com o filho, concursado numa cidade pequena, cujo faturamento era menor. O pai então passava a trabalhar nesta cidade pequena até se aposentar. O filho em Londrina continuava "perpetuando" as atividades da família." Diante disso, há um grande conflito, já que o CNJ tem entendimento diverso do TJ, que concorda com essas permutas.

Segundo o vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg), Angelo Volpi, a entidade defende que haja um critério de

escolha da serventia no momento do concurso, possibilitando aos candidatos da própria região assumir esses cartórios ou concursos específicos para cada um deles.

Sobre as serventias que teriam sido assumidas por pessoas nomeadas após 1988, Volpi diz que estas devem ser retiradas. Quanto ao lobby que haveria para a não abertura de concursos aos cartórios extrajudiciais, Volpi diz que quando se fala em faturamento não se leva em conta as despesas e a responsabilidade cível do cartorário. (M.T.)

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Comarca de Londrina

21 AGO 2011

Algumas serventias mal pagam as contas

CARTÓRIOS	
<p>➤ Extrajudiciais declarados vagos pelo CNJ</p>	
1º TABELIONATO DE PROTESTOS DE TÍTULOS Remoção irregular ou permuta	5º TABELIONATO DE NOTAS Remoção irregular ou permuta
1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL E PESSOAS NATURAIS E 6º TABELIONATO DE NOTAS Remoção irregular ou permuta	CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS Remoção irregular ou permuta
3º TABELIAO DE NOTAS Remoção irregular ou permuta	11º TABELIONATO DE NOTAS - PAIQUERÊ Determinação do CNJ
4º TABELIONATO DE NOTAS Remoção irregular ou permuta	8º TABELIONATO DISTRITAL DA WARTA Remoção irregular ou permuta
4º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Remoção irregular ou permuta	3º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA COMARCA DE LONDRINA Remoção irregular ou permuta
14º TABELIONATO DE NOTAS - IRERÊ Determinação do CNJ	
<p>➤ Judiciais não reconhecidos pelo CNJ</p>	
1º Ofício Cível remoção	
2º Ofício Cível remoção	
3º Ofício Cível remoção	
5º Ofício Cível remoção	
6º Ofício Cível remoção	
7º Ofício Cível designação	
8º Ofício Cível designação	
9º Ofício Cível remoção	
10º Ofício Cível remoção	

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) / Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná (Assejepar) Folha Arte.

Maioria das judiciais dependem do STF

Ainda que cada juiz seja responsável por fiscalizar o cartório da Vara, como diretor do Fórum de Londrina, o juiz José Ricardo Viana, teria a figura de corregedor dos cartórios judiciais. Para ele, a estatização das serventias judiciais no Paraná é certa e benéfica. "O serviço do Judiciário deve ser prestado pelo Estado. Para o presidente da Asso-

ciação dos Serventuários da Justiça do Paraná (Assejepar), Rodrigo de Souza, não há nenhuma ilegalidade nas serventias judiciais, já que todos os escrivães teriam ingressado por concurso público. "O CNJ não entende o mesmo que o TJ, que mesmo após a promulgação da CF, continuou a abrir concursos para o preenchimento das vagas na forma privatizada. Segundo a associação, caso o STF não reconheça os concursos após 1988, 60% dos cartórios terão de ser estatizados imediatamente. (M.T.)

Ao contrário do que se propaga, o escrivão Vandecir dos Reis Loução, conta que a ideia de que os cartórios faturam muito não se enquadra às serventias judiciais. "Os cartórios judiciais são os 'primos pobres'. Tem serventias em algumas cidades que não conseguem nem pagar as contas. Isso porque, todas as despesas são por nossa conta, do salário dos atendentes à carteira que vão usar. Apesar de eu ter recebido a designação, não recebo nada do TJ". Em seu cartório trabalham 18 funcionários, todos em regime CLT, que cuidam de cerca e 18 mil processos.

"Acredito que o correto é que os cartórios judiciais, hoje com escrivães que passaram em concurso, fossem sendo estatizados conforme a morte dos titulares." Assim, o judiciário trabalharia de forma híbrida até que todas as Varas, atualmente privatizadas, fossem vagando para concurso público.

Cartório estatizado

Há cerca de um mês funciona o 1º e 2º Ofício de Fazenda Pública de Londrina. Os dois cartórios são estatizados, ou seja, todos os funcionários são servidores públicos - do escrivão titular, agora chamado de gerente de secretaria, aos atendentes. Enquanto em um cartório privatizado o número de funcionários é maior, nestes, apenas oito pessoas cuidam de todos os processos. Além do grande volume de processos, que já chega a 6 mil em apenas 30 dias, falta estrutura básica como prateleiras e armários. A estimativa é que até o fim do ano, cerca de 50 mil processos estejam tramitando nas duas Varas.

21 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Corrupção: boas e más notícias

DENILSON VIEIRA NOVAES

A corrupção não sai do noticiário. Ministérios, agências reguladoras, políticos, juizes, delegados, promotores, servidores, parece que não salva ninguém. Infelizmente, a corrupção no Brasil não chega a ser uma novidade. Somos uma sociedade formada por pessoas que vieram ao Brasil com um único propósito: explorar o país. Madeira, ouro, pedras preciosas, escravos, qualquer coisa servia. Isso durou mais de 300 anos. Os escravos foram vendidos por seu próprio povo e eram trazidos à força para trabalhar, só pensavam em fugir e voltar para sua terra. Os índios, que não entendiam e não se adaptaram a esse sistema de exploração e ganância, foram quase todos dizimados.

O primeiro Banco do Brasil, criado em 1808, administrado por pessoas indicadas por D. João VI, faliu 20 anos depois, devido à má gestão e desvios. A vinda de imigrantes europeus e asiáticos, que buscavam realmente um novo país para morar, trabalhar e formar sua família começou a se intensificar somente a partir do início do século XX. Um erro é achar que a corrupção é algum tipo de exclusividade do setor público.

Na verdade, quem corrrompe servidores públicos e políticos são empresários, gente da sociedade. São grandes empresas, com imagem de íntegras e honestas, mas só no discurso e na fachada.

A triste verdade é que a corrupção está bem enraizada em nossa sociedade. A famosa frase do ex-jogador de futebol "é preciso levar vantagem em tudo", em uma propaganda de cigarro, reflete uma face da nossa cultura.

A corrupção existe em quase todas as empresas, o que muda é o nível e o controle sobre ela. Se o dono da empresa acha mesmo que seu comprador sempre escolhe os seus fornecedores com base na qualidade e no preço, um dia vai ter uma grande decepção. Desvios e fraudes, dentro de grandes empresas, acontecem com muito mais frequência do que se imagina, simplesmente não são noticiados pela imprensa em geral.

Bem, vamos falar das boas notícias: nos últimos

8 anos, quase 3 mil servidores públicos foram demitidos; nos últimos 10 anos tivemos quase mil políticos cassados; o Tribunal de Contas já tem, on-line, a contabilidade de quase todos os municípios do Paraná; quase todas as prefeituras já possuem controladorias; a criação do Ministério Público, o surgimento de diversas organizações não governamentais, que também ajudam a fiscalizar o governo. Ou seja, apesar de ser apenas um início, já existem algumas ações concretas sendo realizadas para se moralizar um pouco a gestão pública.

Na verdade, a cobertura da imprensa e o advento da internet, dos blogs e das redes sociais tornaram a divulgação dos fatos muito mais rápida e transparente. Está cada vez mais difícil conseguir esconder algo errado. Ou seja, talvez não seja a corrupção que piorou, mas o controle e a divulgação que melhoraram. Bom, agora a má notícia:

apesar de tudo, ainda falta muito para chegarmos aos níveis "toleráveis" de corrupção, similares aos países mais desenvolvidos.

Apesar da grande melhora nos sistemas de fiscalização e controle, o nosso sistema judiciário ainda é um gargalo. Lento, complexo, com várias instâncias e inúmeros recursos. Apesar de serem previstos em lei, acabam gerando uma percepção de impunidade.

O que nem sempre é verdade, mas como o desfecho dos processos acontece muito tempo depois, fica a sensação de que o crime compensa. O nosso Judiciário e o Legislativo precisam enfrentar este problema e fazer as mudanças que a nossa sociedade tanto precisa. Acabar com a corrupção é, infelizmente, algo utópico e nenhuma sociedade ou país está completamente livre disto. Enquanto houver a ganância e, principalmente, a impunidade, haverá sempre quem queira corromper e quem aceite ser corrompido. Mas se o risco da punição for mais concreto, com certeza teremos bem menos casos estampando nosso noticiário.

DENILSON VIEIRA NOVAES é engenheiro, especialista em Gestão Pública e servidor público municipal em Londrina.

‘Enquanto houver a ganância e a impunidade, haverá sempre quem queira corromper e quem aceite ser corrompido’

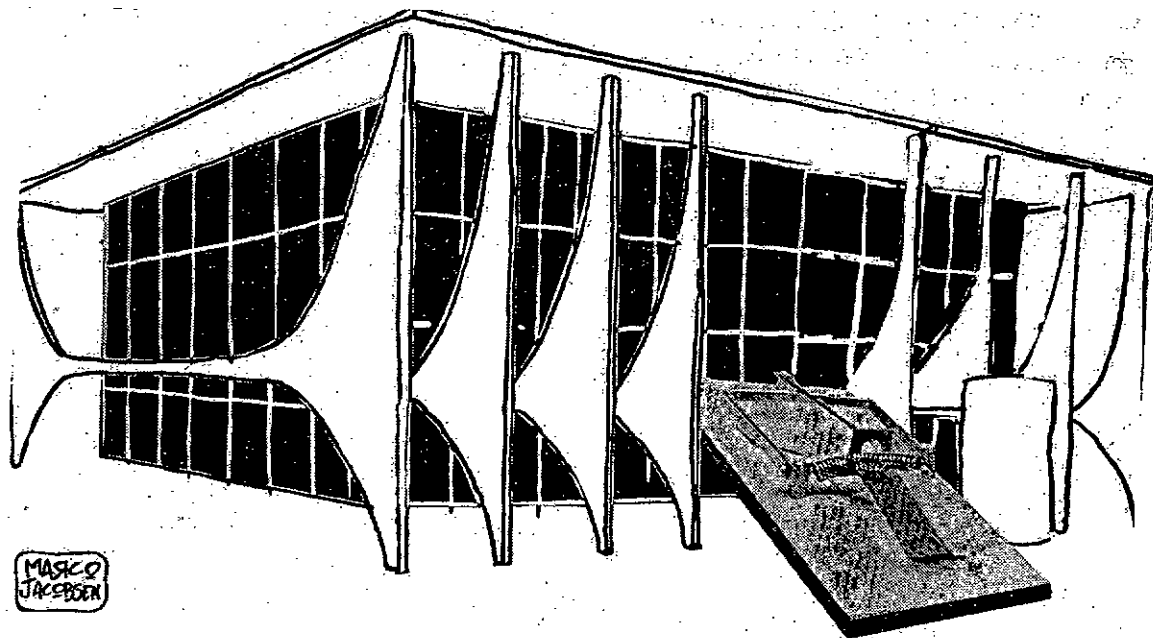
22 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Ação na Justiça quer parar obras de porto ilegal

O Ministério Público Federal já pediu à Justiça para ouvir testemunhas na ação civil pública movida pela Fenccovib, federação que reúne a nata dos trabalhadores portuários, que pede a imediata suspensão das obras do terminal da Embraport, empresa controlada pelos árabes da Dubai Ports e a empreiteira Odebrecht. A Embraport tenta a todo custo impor a privatização branca da atividade portuária, e sem licitação.



Os entraves da proteção à testemunha

Programa atende 76 pessoas ameaçadas no Paraná. Mas falta verba para ampliar assistência

Felippe Aníbal

Quem nunca viu um filme em que, depois de ajudar a desvendar um crime, a testemunha entra para um programa de proteção do Estado? No Brasil, além de garantir a integridade de quem contribui com as investigações, a iniciativa tem um viés de reinserção social dos protegidos. Entretanto, alheio ao glamour hollywoodiano, o programa esbarra na falta de verba e em entraves burocráticos que impedem sua expansão.

De acordo com a coordenação do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), 40 testemunhas e 36 familiares estão sob proteção no Paraná. Neste ano, apenas duas pessoas foram acolhidas pelo programa no estado. O Provita está presente em 19 unidades da federação, sempre por meio de convênios entre as secretarias de Justiça dos estados e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Para ter direito à proteção, a testemunha precisa ter prestado "efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal". O acesso ao programa é efetivado por decisão de um conselho deliberativo, composto por representantes do Judiciário, do estado e de sociedades civis

A testemunha que entra para o Provita tem que estar disposta a mudanças drásticas em sua vida. A pessoa muda para uma casa indicada pelos técnicos, que pode ser em outra cidade e até em outro estado. Despesas como aluguel, água, luz, alimentação e auxílio médico-odontológico são custeadas pelo programa. Além disso, ganha uma ajuda de custo de até dois salários mínimos.

Regras

Em contrapartida, existe um rol de regras bastante severas. O protegido não pode manter o mínimo contato com amigos ou parentes, nem informar que está sob proteção. Ficam proibidos o uso de telefones (fixo e celular) e o acesso à internet. Até o envio de cartas depende do crivo do conselho. "A pessoa vai ter que cortar contato com a vida anterior", resume a coordenadora-adjunta do programa no Paraná, a advogada Tamara Denke.

O presidente do Provita no estado, o juiz Pedro Luiz Sanson Corat, reconhece que as regras são rígidas, mas observa que as medidas são tomadas por questões de segurança. "Se essas normas não forem observadas, a proteção acaba sendo comprometida. Tem que haver esses limites porque a pessoa está em risco", ressalta.

A permanência no programa também é definida pelo conselho. Se infringir alguma norma, o protegido pode ser excluído. No entanto, a maioria dos desligamentos ocorre por causa da própria testemunha, que não suporta os rigores da nova vida. Segundo

Tamara, entre 40% e 50% das pessoas que ingressam no Provita deixam o programa voluntariamente antes do término do período de proteção.

Outro calcanhar de Aquiles do Provita é a verba, que no Paraná é de pouco mais de R\$ 1 milhão anuais. Há cinco anos, não há reajustes. Neste ano, um atraso na assinatura dos convênios deixou o programa sem dinheiro de abril a agosto. A proteção só não deixou de ocorrer porque a coordenação tinha dinheiro em caixa. "Com mais recursos, poderíamos aumentar o programa, atender mais casos e ampliar a equipe técnica. Fizemos um pedido oficial por mais verbas, mas ainda aguardamos a decisão", explica Corat.

1,2 mil pessoas

estão sob proteção no Brasil. No Paraná, são 40 testemunhas e 36 familiares.

R\$14,4 milhões

é o orçamento anual do Provita para atender 19 estados. No Paraná, a verba é de pouco mais de R\$ 1 milhão.

CONTINUA

PERSONAGEM

"Veneno de bandido não passa em dois anos"

Alice (*) tem 21 anos e já carrega a angústia de quem está marcado para morrer. Mãe de duas filhas, ela perdeu o marido assassinado neste ano. Ele tinha um suposto envolvimento com tráfico de drogas. Como sabe quem foram os assassinos, passou a receber ameaças de morte constantes. A polícia cogitou inscrevê-la no Provita, mas Alice mesmo desistiu ao saber que seria protegida por apenas dois anos, prazo regulamentar que o programa atende as testemunhas. "Vocês não sabem como funciona a 'vida louca'. O veneno de bandido não passa em dois anos. Depois desse tempo, eles [os assassinos] vêm atrás de mim", diz Alice.

A jovem também apontou a rigidez das regras como fator decisivo para que não tentasse ser integrada ao Provita. Além disso, a proteção seria estendida às duas filhas dela, mas não a outros parentes. "Se eles [assassinos] vierem e não me acharem, eles caem a minha mãe", disse. "Se for para morrer daqui dois anos vivendo deste jeito, prefiro morrer agora, junto da minha família."

Só nesta semana, Alice disse ter recebido duas ameaças por telefone. Desde que homens suspeitos passaram a rondar a casa dela, a testemunha se mudou para a residência de uma amiga. Hoje, ela vive com a relutância de quem tem medo da morte. "Quase não saio de casa. É só de carro com insulfiln [película escura]", finalizou. (FA)

* Nome fictício

Programa precisa ser desburocratizado, afirmam especialistas

Uma política de segurança séria passa necessariamente por um programa de proteção à testemunha que funcione de forma efetiva. A opinião é do coordenador do Observatório de Segurança Pública da Universidade Estadual Paulista, Luiz Antonio Francisco de Souza. "É uma ferramenta importantíssima de combate ao crime organizado. O sistema precisa ser expandido e mais institucionalizado, abrangendo órgãos como a Polícia Federal", opina.

Para o delegado Cristiano Augusto Quintas dos Santos, adjunto da Delegacia de Homicídios (DH) de Curitiba, o programa precisa ser menos burocratizado e mais abrangente. Neste ano, a delegacia pediu a inclusão de testemunhas e agregados no Provita, mas até agora nenhuma foi contemplada com a proteção. "Isso tem um impacto gigantesco nas investigações. Sem provas técnicas, o único

meio de solucionar um homicídio é por testemunhos. Sem proteção, as testemunhas não contam oficialmente o que sabem", diz.

Santos conta que, em fevereiro deste ano, enquanto aguardava o parecer do Conselho Deliberativo do Provita, um homem que havia presenciado uma série de assassinatos passava informalmente as noites na DH para se proteger. Após uma semana, a delegacia recebeu a resposta de que o ingresso da pessoa no programa precisava de um parecer do Ministério Público. A testemunha, no entanto, não esperou o resultado do processo e desapareceu. Nos corredores da especializada comenta-se que o homem tomou um ônibus para outro estado. "É necessário que este retorno seja mais rápido, porque a condição de uma testemunha ameaçada é de extrema urgência", diz o delegado. (FA)

Protegidos podem estudar e trabalhar

As pessoas inseridas no Provita podem frequentar cursos diversos e se especializar em alguma atividade. E os filhos deles vão para a escola normalmente. "A testemunha consegue ter acesso a direitos sociais básicos, que muitas vezes não tinham antes. Não é um programa só para garantir a colaboração com as investigações. É um programa que dá condições de a pessoa retomar a vida", explica o presidente do programa no estado, o juiz Pedro Luiz Sanson Corat.

Os protegidos podem trabalhar, mas apenas informalmente, já que o cadastro na Previdência Social tornaria possível que a pessoa fosse localizada. Alternativas como mudança de identidade ainda são raras: segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, apenas três das mais de 1,4 mil pessoas atendidas pelo programa em todo o país tiveram o pedido de mudança de nome autorizado pelo Judiciário.

20 AGO 2011

GAZETA DO POVO

PARANÁ

Juízes terão carro blindado e colete à prova de balas

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto, anunciou ontem investimentos de cerca de R\$ 300 mil na segurança de juízes ameaçados por criminosos no estado. O orçamento prevê a compra de automóveis blindados e de coletes à prova de balas.

Outra medida visando à segurança dos magistrados é a criação do Batalhão Judiciário e o monitoramento à distância dos fóruns. A adoção desse recurso ainda está em fase de estudo.

O Batalhão contaria com 550 policiais e, de acordo com o TJ-PR, já houve conversas entre o desembargador e o governador Beto Richa (PSDB). Segundo Kfoury Neto, o governador se mostrou disposto a incluir a iniciativa no programa Paraná Seguro.

Ameaçados

Atualmente, há seis casos de ameaças a juízes sendo monitorados. Não há juízes com escolta no estado, pois nenhum deles solicitou esta medida de segurança. A compra de coletes à prova de balas deve ser feita ainda no mês de agosto. Serão comprados 12 coletes, seis masculinos e seis femininos. Segundo o desembargador, o Paraná chegou a registrar 30 casos de ameaças a juiz.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Novãodajaula

O colunista teve agradável surpresa ao se deparar, na última quarta-feira, com o elevado nível dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Paraná, que é coordenado pelo desembargador Valter Ressel, com supervisão administrativa de Liciane Baltazar. À frente de volumosos e intrincados processos, com suas folhas sepulcrais, exaustas de tanto perambular ao longo dos anos, vagando de mãos em mãos — mãos que acusam, mãos que perdoam, mãos que não foram firmes ou serenas para julgar —, ali estavam, na qualidade de conciliadores voluntários, em meio a tantas indagações e, claro, descrença na celeridade da prestação jurisdicional do Estado, dois eméritos vultos do Poder Judiciário do Paraná, já aposentados. Refiro-me aos desembargadores Antonio Domingos Ramina e ao meu inesquecível professor de Direito Civil Antonio Gomes da Silva. Dois Antonios. Duas minas de conhecimentos jurídicos. Dois homens públicos de excelsas qualidades. Dois grandes brasileiros que, somando-se a outros colegas, seus igualmente ilustres e de conduta retilínea, desfrutando da merecida aposentadoria, doam parte de tão precioso tempo em prol da Justiça e da sociedade. Bravo! Bravíssimo!

Aquele túnel escuro referido por Kafka, em lapidar comparação à Justiça, está a merecer, agora, datíssima vênia, a mais lúdima ressalva. Ao menos no que diz respeito à celeridade e à qualidade na solução final de algumas demandas que, milagrosamente escapando das trevas, ali, no tradicional segundo andar do Tribunal de Justiça do Paraná, encontram as luzes do bom senso prontíssimas para celebrar a paz entre os litigantes.

20 AGO 2011

PROBLEMA LEGAL E MORAL

20 AGO 2011

O combate à corrupção é mais eficiente em países nos quais há liberdade de imprensa, Justiça independente e Estado de Direito funcionando normalmente. Não é por outra razão que muitos políticos, sobretudo os corruptos, gostam de gritar contra a liberdade de expressão e contra a imprensa independente

Quando o governo é ineficiente e gasta mal os tributos arrecadados, a sociedade é prejudicada, o desenvolvimento econômico se atrasa e os serviços públicos sofrem redução e se tornam piores. Como a incompetência gerencial não é crime previsto em lei, o máximo que a população pode fazer, nesse caso, é fiscalizar, protestar e não reeleger governantes que demonstrarem falta de capacidade administrativa.

Porém, quando o governo é acometido de corrupção em escala, além das perdas para a economia, o problema passa para duas outras esferas: a legal e a moral. Além de produzirem o mesmo efeito da incompetência administrativa em termos de prejuízos econômicos e redução do bem-estar social, os desvios de tributos por agentes públicos ou privados refletem o baixo nível moral dos governantes e dos agentes privados que participam da corrupção. Nesse ponto, os atos imorais adentram a esfera da lei e dos crimes.

Sabe-se que a corrupção no Brasil é expressiva e consome grande parcela dos tributos arrecadados, embora seja difícil medir o verdadeiro tamanho das falcaturas. Em quase todos os países atrasados, a corrupção tem sido responsável por parte da miséria, da fome e do sofrimento das camadas mais pobres da população. Os advogados dizem que, pela lei, os crimes têm suas atenuantes e suas agravantes. A corrupção praticada com dinheiro público, por ter consequência desumana, merece ser vista com agravante e ser tratada como crime grave e passível de punição severa, mais do que é atualmente.

Estudos feitos pelo Banco Mundial e por outros órgãos internacionais nas últimas décadas demonstraram que duas das causas da miséria e da má distribuição de renda na América Latina estão em governos incompetentes e elevada corrupção no setor público. Somente por isso, o combate à corrupção passou a ser instrumento de política pública para o desenvolvimento econômico e para a elevação do padrão de vida da população.

Há de se destacar que a corrupção no governo não sobrevive sozinha. Ela depende da colaboração de agentes privados, incluindo os fornecedores do governo, o que é facilitado pelo modelo usado para eleger os governantes e para financiar suas campanhas. Apesar disso, a humanidade não encontrou um formato melhor de democracia e de eleição que seja capaz de desvincular as eleições da influência do dinheiro nas disputas eleitorais.

No mundo todo, o combate à corrupção é tarefa cara e complexa. Primeiro, é preciso aparelhar adequadamente os órgãos de investigação e apuração, sobretudo as polícias estaduais e a federal. Isso exige orçamento elevado para aquisição de equipamentos, incorporação de tecnologias avançadas de investigação e contratação e treinamento de um quadro de agentes em quantidade e formação suficientes para o tamanho da tarefa.

Em segundo lugar, a estrutura judicial de processo, julgamento e punição também precisa estar à altura da tarefa, o que exige elevados valores para suprir os recursos materiais, humanos e financeiros, a fim de que se possa apurar e punir os crimes com dinheiro público. Não se trata apenas de fazer justiça, no sentido de prevenir o crime e punir os criminosos. Trata-se de reduzir a corrupção como instrumento de melhoria do gasto público e de distribuição de renda. Em muitos países, a corrupção em alta escala tornou-se o principal obstáculo à melhoria do bem-estar social e da distribuição da renda nacional.

O combate à corrupção é mais eficiente em países nos quais há liberdade de imprensa, Justiça independente e Estado de Direito funcionando normalmente. Não é por outra razão que muitos políticos, sobretudo os corruptos, gostam de gritar contra a liberdade de expressão e contra a imprensa independente. Nas ditaduras, sem imprensa livre, sem Justiça eficaz e sem eleições livres, a vida dos corruptos é muito mais fácil. No Brasil de hoje, a população vive com a sensação de que os casos de corrupção somente são combatidos e os poderosos demitidos de seus cargos quando a imprensa escancara os desvios e os "malfeitos", para usar expressão da presidente Dilma Rousseff.

Não são muitos os casos de corrupção que explodiram e tiveram punição exemplar sem antes a imprensa ter exposto o mau comportamento para toda a nação. É importante que a população entenda o alto prejuízo que a corrupção traz para o desenvolvimento social e para a distribuição da renda. Ao tomar consciência de que a fome de muitos e o sofrimento de milhões têm a corrupção como uma de suas causas, talvez a indignação leve a mais fiscalização e mais mobilização contra essa praga que atinge todos os níveis de governo.

GAZETA DO POVO

ANGELO VOLPI NETO

20 AGO 2011

Primavera do compartilhamento

Já não há mais espaço para aqueles que não souberem lidar com o conhecimento próprio em desprezo ao alheio e, pior ainda, não tiverem a capacidade de trabalhar em colaboração

Leu sobre a chamada "primavera árabe" pegando carona na assim chamada de Praga em 1968. Movimentos políticos e econômicos são solos férteis para apelidos cândidos e alguns nem tanto. Os geológicos nos deram os "zoicos", os econômicos e políticos, as chamadas revoluções e assim vieram: a industrial, a burguesa, a liberal e outras tantas. Cada uma delas teve e tem características marcantes. Mas quais são as dos tempos atuais que ficarão marcadas na história?

Difícil prever, principalmente porque estamos vivendo uma era que está apenas começando, mas se me dado à apelidar esta, apostaria na "Primavera do Compartilhamento" ou quem sabe na "Era Informatozaica", porque, sabe Deus o quanto de fibra ótica e lixo tecnológico restará sobre a terra... Enfim, sem dúvida, a veloz disseminação da informação e seu compartilhamento é o que está transformando o mundo neste momento, turbinada pela alta conectividade, que, segundo previsões terá crescimento de performance próximo de 400% ao ano.

O compartilhamento de ideias, pesquisas, estudos, estatísticas, experiências pessoais, dados públicos e as redes sociais, que formam esta gigantesca nuvem de informações, é o que definitivamente está marcando nossa passagem neste planeta. Múndio de informações, novos negócios são gerados a cada segundo, inclusive os que se autoalimentam, sendo o Google o exemplo mais real. Movimentos sociais, eleições, protestos, nada tem escapado do grande mural da web.

Decorrente desta "supervia" de dados temos também outro fenômeno que é o da colaboração em massa. A Fiat acaba de apresentar um automóvel chamado de Mio, que é fruto da participação de milhares de pessoas que revelaram seus desejos e ideias. A Wikipédia é uma das maiores expressões deste movimento, que vem sendo chamado de "crowdsourcing", do inglês *crowd* (multidão, grupo, massa) e *sourcing* (origem, fonte, nascente). Revelando-se pela proatividade coletiva na busca do mesmo fim, dando asas a uma inteligência inédita, majoritariamente voluntária que só existe graças à internet. E se o problema é dinheiro, outra vertente é o "crowdfunding", que o diga Barack Obama, em sua campanha à Presidência.

Recentemente James Surowiecki, em *A Sabedoria das Multidões* (Ed. Record, 2004) analisa os prós e os contras da sabedoria das massas e destaca que a diversidade de opiniões independentes, descentralizadas na fonte, mas agregadas ao final, como é o caso da internet, pode tornar-se o segredo do sucesso da inteligência coletiva.

Portanto, pacientes leitores, o fato é que já não há mais espaço para aqueles que não souberem lidar com o conhecimento próprio em desprezo ao alheio e, pior ainda, não tiverem a capacidade de trabalhar em colaboração. Diante do que se revela, as grandes descobertas e tudo mais de valioso no campo da inovação e da política serão fruto da colaboração de muitos.

Certamente que esses tempos são também de novos desafios ao direito, notadamente ao autoral, em que iniciativas como o *creative commons* tentam regular sob diferentes prismas a ótica da propriedade intelectual. É fato que nessas avalanches de informações serão cada vez mais raras produções "independentes", se assim podemos chamar, mas justamente por isso é preciso que todos nós tenhamos sabedoria e humildade suficiente para reconhecer nossas fontes e sempre citá-las, pois isso, além de valorizar o trabalho, demonstra verdadeira sabedoria destes tempos, além de sintonia com o atual universo intelectual e grandeza de espírito e alma.

Afinal, ao que nos parece, neste meio diáfano apenas tateamos suas fronteiras, que vêm sendo delineadas pelo desprendimento, reconhecimento, valorização das diferenças e quebra de preconceitos. Quem dera a florada seja enfim a do homem como um ser verdadeiramente social.

E no que depender deste escriba, que assim seja.

Angelo Volpi Neto, tabelião, é bacharel em Direito, professor e escritor.

20 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Curitiba vai aplicar IPTU progressivo na Riachuelo

Donos de terrenos e imóveis subutilizados na região do Paço Municipal podem ser punidos com imposto mais caro

Gabriel Azevedo

Donos de propriedades vazias ou subutilizadas na região do Paço Municipal, no Centro de Curitiba, podem ser obrigadas a pagar mais imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Trata-se de um recurso previsto na Constituição de 1988 e no Estatuto das Cidades conhecido como IPTU progressivo no tempo. O dispositivo foi regulamentado pela Câmara Municipal em 2009 especificamente para aquela região e visa combater a especulação imobiliária e preencher vazios urbanos.

Ainda neste ano, a prefeitura promete notificar seis proprietários de imóveis e terrenos abandonados no entorno do Paço Municipal para que tomem alguma providência em um prazo de 12 meses. Caso contrário, o tributo subirá progressivamente em um prazo de cinco anos, até o máximo de 15%. Se o terreno ou imóvel continuar ocioso, a prefeitura poderá desapropriá-lo com pagamento em títulos da dívida pública.

De acordo com o supervisor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), Ricardo Bindo, será a primeira vez que a prefeitura lançará mão desse recurso, cujo objetivo é dinamizar a ocupação. "É uma área relativamente pequena, que já vem recebendo melhorias, como o Paço Municipal e a reforma da Riachuelo. O que queremos é acelerar o processo de revitalização", explica.

Na capital existem cerca de 40 mil imóveis vazios, entretanto, apenas 120 se encaixam no perfil exigido para a cobrança do imposto. "Estamos em uma fase experimental. Queremos levar o IPTU progressivo para outras regiões, mas é preciso verificar com cuidado quais são os imóveis e terrenos subutilizados. Não adianta notificarmos diversos proprietários se não podemos ter um controle efetivo sobre eles", diz. Entre as áreas que poderão ser atingidas pela modalidade de imposto no futuro estão o Terminal do Guadalupe e o Mercado Municipal.

Relevância

A importância do IPTU progressivo é quase uma unanimidade entre os urbanistas. De acordo com o diretor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Carlos Hardt, o IPTU progressivo é um instrumento importante para

ocupar determinadas regiões da cidade. "É importante que os imóveis localizados em áreas beneficiadas com muitos serviços, como o Centro e bairros próximos, estejam ocupados, utilizando a infraestrutura", diz.

Na opinião do coordenador do curso de Arquitetura de Urbanismo da Universidade Positivo, Orlando Pinto Ribeiro, o IPTU progressivo é uma estratégia para acelerar as transformações urbanísticas. "Forçando o proprietário a dar uma função ao imóvel, a prefeitura agiliza o processo de revitalização de algumas áreas, o que é positivo", diz.

Más, segundo Hardt, o dispositivo não elimina a especulação, apenas minimiza. "Ele evita que as pessoas fiquem esperando o terreno valorizar para construir ou vender", afirma. Para Ribeiro, se for mal dosado, o IPTU progressivo pode até ser prejudicial. "É possível que as construções valorizem demais as áreas centrais, aumentando o padrão de vida, expulsando os moradores do Centro, que são moradores típicos, que vivem na região há décadas e fazem dele o que ele é", pontua.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

JUSTIÇA

20 AGO 2011

Aplicação do recurso gerou contestações em São Paulo

Várias cidades brasileiras adotaram o IPTU progressivo nos últimos dez anos, mas o processo de implantação do dispositivo nem sempre é pacífico. Na maior capital do país, São Paulo, o recurso gerou uma série de contestações judiciais. Proprietários de imóveis alegavam desigualdade nas cobranças, o que levou o antigo Tribunal de Alçada de São Paulo a anular a cobrança do imposto em toda a cidade. De acordo com informações da época, em 2002 (um ano após ser instituído), o IPTU progressivo era responsável por 40% das ações que tramitavam no Fórum da Fazenda Pública de São Paulo.

A discussão foi levada até o Supremo Tribunal Federal (STF). Em maio deste ano, o plenário do STF declarou a lei constitucional, o que deu mais segurança para que outras cidades pudessem adotá-la sem medo de receber processos. No entendimento dos ministros, a cobrança de tributos deve levar em conta o patrimônio, a renda e o volume de atividades econômicas das pessoas, e aquelas com maior capacidade financeira devem contribuir mais.

O ministro Marco Aurélio, relator do processo, concluiu que o IPTU progressivo foi aprovado de acordo com o texto da Constituição Federal. Segundo o ministro, trata-se de justiça social imobiliária, com tratamento desigual para quem é imobiliariamente desigual. (GA)

20 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Empresários aceitam 90 dias de aviso prévio

Em reunião com ministro do STF, confederações disseram estar de acordo com proposta de três dias adicionais por ano trabalhado, até limite de 20 anos

Os empresários da indústria, agricultura e comércio se uniram para dizer ao Supremo Tribunal Federal (STF) que aceitam que o aumento do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço seja de até 90 dias. Atualmente, as empresas concedem sempre 30 dias. Mas, em junho, o STF decidiu que o tribunal irá regulamentar, temporariamente (enquanto o Congresso não adota uma decisão definitiva), o artigo 7.º da Constituição. Ele prevê o "aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo mínimo de 30 dias".

Em reunião nesta semana com o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, as confederações nacionais da indústria, transportes, comércio, agricultura e do sistema financeiro disseram que aceitam a manutenção do prazo atual e o acréscimo de três dias por ano trabalhado.

Essa proposta, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), só teria um limite de 20 anos — ou seja, uma pessoa que trabalhou durante esse período (ou mais) em uma empresa teria direito a 90 dias de aviso prévio.

Alternativa

As confederações também apresentaram outro projeto ao ministro Gilmar Mendes. Elas sugerem que seja mantido o prazo fixo de 30 dias com o acréscimo de um dia por ano trabalhado. Assim, se uma pessoa trabalhou em uma empresa por dez anos, por exemplo, ela teria direito a 40 dias de aviso prévio.

Os empresários ainda pediram que o STF não aplique o aviso prévio proporcional aos micro e pequenos empresários. Segundo o documento entregue a Gilmar Mendes, essas categorias são de menor poder econômico e muitas vezes não conseguem pagar os encargos trabalhistas já previstos na legislação atual.

3 dias por ano trabalhado

é a proposta aceita pelas confederações para o novo aviso prévio, que precisa ser regulamentado. Esse tempo seria adicionado aos 30 dias mínimos previstos na Constituição. No entanto, quem trabalhar por 20 anos ou mais na empresa teria o acréscimo limitado a 60 dias.

GAZETA DO POVO

LARISSA RAMINA 21 AGO 2011

Paradoxos da pós-modernidade

Ao mesmo tempo em que promove o dismantelamento do Estado social, o governo britânico paga a conta dos bancos responsáveis pela crise de 2008, os verdadeiros promotores do colapso no sistema financeiro internacional

Há algo em comum entre a Primavera Árabe e os protestos na terra da rainha. Ambos são, de formas diferentes, produto da crise econômico-financeira que sangra o Estado social desde 2008. As mazelas sociais do neoliberalismo surgem nas ruas na forma de frustração e revolta em face da incerta perspectiva de futuro.

Os distúrbios ocorridos em Londres e outras cidades inglesas no início de agosto não foram protagonizados por criminosos comuns, como pretendem as autoridades ao tentar escapar da complexidade das análises sociológicas. Os envolvidos nas turbulências não eram apenas imigrantes, negros, pobres e excluídos. Trata-se, ao contrário, de uma multidão de frustrados, incluindo estudantes universitários, professores, jovens, desempregados.

A origem dos conflitos está no assassinato de um jovem negro, pela polícia britânica, em Tottenham, uma das regiões mais pobres de Londres. Os protestos, que aparentavam contornos de tensão étnica em um bairro desfavorecido, tiveram suas feições transformadas quando se verificou, além dos enfrentamentos com a polícia, a onda de saques na busca por produtos de grifes famosas e eletrônicos. A tentativa de simplesmente criminalizar o problema pretendeu escapar da discussão de questões ligadas à desigualdade social, à crise econômica, ao desemprego, ao enfraquecimento do Estado, à frustração de não ter acesso ao insustentável padrão de consumo de bens supérfluos, característica do capitalismo. Aqueles que se sentem excluídos do contexto social em que vivem, mediante sentimentos de privação e desempoderamento, de fato afrouxam os laços sociais. O pano de fundo dos distúrbios consiste no mais drástico programa de corte orçamentário da União Europeia, adotado pelo governo de David Cameron, impondo que os impactos da crise econômica e os sacrifícios dela decorrentes sejam desproporcionalmente distri-

buídos. Ao mesmo tempo em que promove o dismantelamento do Estado social, o governo britânico paga a conta dos bancos responsáveis pela crise de 2008, os verdadeiros promotores do colapso no sistema financeiro internacional.

Paralelamente, no maior campo de refugiados de Mogadíscio, capital da Somália, que abriga mais de 30 mil refugiados internos, a debilidade física decorrente da desnutrição faz com que, na maior parte do tempo, o choro das crianças seja silenciado. Mergulhada na mais brutal seca dos últimos 60 anos, a região do chifre da África reproduz a tragédia de meados da década de 80, quando fotos de crianças etíopes esqueléticas chocaram o mundo. A seca na Somália, somam-se 20 anos de conflito armado e dificuldade de acesso das organizações internacionais. A maior parte do sul do país está sob controle do grupo islâmico radical Al-Shabaab, vinculado à rede terrorista Al-Qaeda, e que combate o governo federal de Transição da

Aqueles que se sentem excluídos do contexto social em que vivem, mediante sentimentos de privação e desempoderamento, de fato afrouxam os laços sociais

Somália, apoiado pela comunidade internacional, para instaurar um Estado muçulmano na região.

Na Europa, que sempre esteve na vanguarda do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, não se trata de miseráveis desnutridos ou de minorias desprovidas de direitos, mas de cidadãos ávidos pela inclusão no acesso às oportunidades e na distribuição da riqueza saqueados pelos especuladores financeiros. No chifre da África, o continente mais explorado, saqueado e injustiçado da história, além dos alimentos e medicamentos que ingressam no país como ajuda humanitária, nem sequer há riqueza a ser distribuída. A maioria dos refugiados somalis que se deslocam até os acampamentos de Mogadíscio, do Quênia e da Etiópia chega lá arrastada pela fome e pela mais absoluta degradação humana.

Larissa Ramina, doutora em Direito Internacional pela USP, é professora da UniBrasil e do UniCuritiba.

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

COMPROMISSO COM A SEGURANÇA

A consciência cívica nacional viu-se abalada, nas últimas semanas, diante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, do Rio de Janeiro — obra certamente perpetrada por ordem do crime organizado. A conduta histórica da magistrada, que ao longo de sua carreira exemplar notabilizou-se por mandar para a cadeia dezenas de policiais corruptos, chefes de milícias, traficantes e banqueiros do jogo do bicho, leva clara e necessariamente à suspeita de que sua execução foi determinada por tais agentes criminosos — cujo *modus operandi* é tão conhecido quanto são populares os filmes que romantizaram a atuação das máfias de Chicago e Nova Iorque no século passado.

Os 21 tiros que fulminaram a juíza, no entanto, serviram também para tirar da latência um fato conhecido, mas nunca efetivamente enfrentado no Brasil com o rigor necessário. O caso de Patrícia Acioli nem é único, não foi o primeiro e nem, infelizmente, será o último a ser registrado: há pelo menos outros 69 juízes ameaçados de morte no país, 30 dos quais apenas no Paraná. Do total, 13 vivem em situações de risco permanente, segundo revelou o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso.

Assim como a magistrada fluminense, que já há anos se sabia alvo de vindita por parte do crime organizado, não contava com a devida proteção, também não há notícia de que a maioria dos demais ameaçados venha merecendo os cuidados que o Estado lhes deveria proporcionar visando à preservação de sua vida e integridade física. Tal omissão não apenas revela incompreensível desleixo em relação às pessoas dos magistrados, como também demonstra falta de respeito à própria instituição judiciária.

A medida que juízes se sentem fragilizados perante aqueles que julgam merecer condenação, fragilizado também se torna o Poder Judiciário — sem dúvida o primeiro passo para o incremento da desordem social, que só tende a prosperar quando alimentada pela impunidade e pela leniência com que o cumprimento da lei é encarado pelo Estado.

O inverso é igualmente verdadeiro. Exemplos históricos servem para confirmar o quanto a sociedade ganha quando a Justiça se torna forte e respeitada. Relembre-se, como emblemático, o caso da Itália, país que até poucas décadas se via submetido à máfia — mas que conseguiu derrotá-la graças à ação pertinaz de seus juízes e de uma polícia que venceu a corrupção que a corroía internamente. É bem verdade que a vitória não aconteceu sem derramamento de sangue, incluindo-se entre as vítimas exatamente o juiz Geovanne Falcone, a cuja atuação se deveu o desmantelamento da lendária organização criminosa.

De certa forma, portanto, o assassinato da juíza Patrícia coloca-a não como vítima isolada do crime organizado, mas como símbolo de uma situação que atinge todo o Judiciário e o próprio Estado brasileiro e que precisa ser enfrentada. O Estado detém poderes legais para dar combate ao crime e tem o dever de fazê-lo. Sua primeira responsabilidade é dar segurança aos seus juízes e, ao assim agir, estará cumprindo o papel constitucional de dar segurança a toda a sociedade.

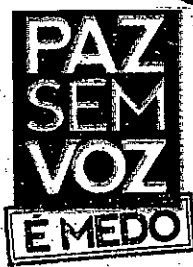
De certa forma o assassinato da juíza Patrícia coloca-a não como vítima isolada do crime organizado, mas como símbolo de uma situação que atinge todo o Judiciário e o próprio Estado brasileiro e que precisa ser enfrentada.

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

O povo contra

o crime



O dever de propiciar a
segurança é do Estado.
Mas sem a ajuda da
população essa é uma
missão impossível

Mauri König

O trabalho policial depende muito da cooperação da sociedade. "Se o cidadão não denunciar, se não for à Justiça para testemunhar, se não colaborar no esclarecimento dos crimes, a polícia sozinha não conseguirá", observa o sociólogo Michel Misse. Antes, porém, a polícia precisa resgatar a confiança da população, e a população precisa confiar na capacidade do Judiciário de administrar os conflitos cotidianos e punir os crimes. "Se isso não acontecer, não vamos conseguir diminuir a impunidade", diz Misse, que coordena o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A sociedade pode colaborar com as políticas públicas de prevenção voltadas à parcela da juventude que muitas vezes acaba seduzida pela violência e pelo crime. O cidadão pode contribuir na medida em que se organiza, cria por meio de associações diferentes formas de ajudar jovens que estejam em situações de risco a sair de uma situação vulnerável, a encon-

trar um emprego, a ter um salário razoável, a estudar. "Se a sociedade participa desse empenho ao lado do Estado, sem dúvidas estará contribuindo também para diminuir o número de jovens que, não tendo outra alternativa, prefere o caminho do crime."

Para o coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o sociólogo Sérgio Adorno, cabe à sociedade cobrar as autoridades, vigiar o cumprimento das leis; a aplicação dos recursos e como as políticas públicas estão sendo aplicadas no policiamento e na investigação criminal, por exemplo. Na atividade judicial, ver se os criminosos estão sendo julgados e se esses julgamentos estão dando resultados, levando-os à condenação. Outra maneira de participação é recorrer às instituições encarregadas de promover a lei e a ordem, fazendo denúncia ao Ministério Público, à polícia, às instâncias judiciais.

Adorno considera outra forma de participação escrever cartas para jornais, de modo a fazer com que a mídia traga o tema ao debate público, cobre ações das autoridades e dê voz a diferentes setores da sociedade, inclusive às potenciais vítimas da violência. Ele ressalva, no entanto, que a mídia às vezes tem papel ambíguo ao estimular políticas do tipo "mão dura", de eficácia discutível. "Ela [a mídia] pode dar a sensação de que as instituições estão funcionando, mas quando você começa cientificamente a acompanhar os resultados, começa a ver que os resultados são pífios, quando não inexistentes", observa.

A sociedade deve ser estimulada a participar, a cobrar das autoridades. Contudo, por mais amplas que sejam suas ações, ela não substitui o Estado, não pode agir no lugar do Estado porque não tem os instrumentos de coerção legal para poder pôr ordem, para garantir a paz. "A gente não pode ter a ilusão de que a sociedade resolve o problema: Isso é uma atribuição do Estado, que tem de estar em condições para poder agir e poder conter a violência dentro dos marcos da lei", diz.

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Redes sociais podem tirar o jovem do crime



A informática ajuda a
pessoa a se sentir
parte da sociedade

Mauri König

As redes sociais físicas e virtuais, quando integradas, podem contribuir na redução da violência. Para o jovem, a informática leva a um mundo de possibilidades, e esse acesso é essencial para sentir-se parte da sociedade. "Com ele sentindo-se integrado, as chances de aderir à delinquência se reduzem. É importante

o jovem estar num ambiente social que o reconheça", diz o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para o sociólogo, a informática agrega os jovens e pode ser um meio eficaz de prevenir a violência, de oferecer alternativa de vida e de reconhecimento através de redes virtuais. Também cumprem esse papel associações de bairro, sindicatos, ONGs, igrejas, lan houses, escolas. Uma rede virtual não basta, pondera Tavares, é preciso uma rede social efetiva.

"Mas o conceito é de rede, o objetivo é que as pessoas se sintam ligadas umas às outras, ligadas por alguns interesses culturais", diz. Ele acredita que muitas vezes o jovem vai para o delito porque não tem espaços para frequentar. Ele é excluído da escola porque ela não reconhece sua agressividade, sua criatividade, e ele ainda se sente excluí-

do da cidade porque não tem mais espaço onde possa conviver, namorar, se divertir.

Tavares observa que acontece o jovem ir para a delinquência não por razões econômicas, mas porque não se sente reconhecido socialmente. Se ele entra numa rede social, se frequenta uma lan house ou o centro de informática da escola, vai interagir com outros jovens e ter oportunidades culturais. Também criará uma rede de amigos e se sentirá reconhecido, integrado à sociedade. "Na sociedade da informação, a integração às redes sociais é fundamental."

Esse jovem se sente reconhecido no mundo, e isso reduz o atrativo do crime organizado, porque, mais do que ganhar dinheiro, na marginalidade ele se sente num meio social que o reconhece. "Numa sociedade que tem tantas formas de violência, devemos pensar em como reconstruir uma cidadania que está dilacerada, e os jovens são os que mais sofrem com isso."

CONTINUA

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Projetos mudam perfil de favela de São Paulo

Diego Ribeiro

Segunda maior favela de São Paulo e quinta do país, Paraisópolis não tem ações específicas de combate à violência, mas possui uma série de programas que ajudam na segurança pública. Sem uma arquitetura típica de áreas de invasão, a favela consegue produzir em seus 80 mil habitantes um sentimento de unidade, movendo a população em torno da União dos Moradores de Paraisópolis.

A entidade tem 26 ações, como telecentro, agência de emprego, cursos de fotografia, uma orquestra, grupo de balé, entre outras. De cada 10 moradores do lugar com carteira assinada, dois trabalham na própria favela. "A gente tenta cumprir um papel mobilizador, não assistencialista. Buscamos

criar ações. Empregamos 150 pessoas por mês", diz o presidente da entidade, Gilson Rodrigues, sobre o projeto de recrutamento e seleção (agência de emprego).

A história de mobilização da favela começou depois de uma tentativa agressiva de desapropriação, em 1979. Moradores lotaram 16 ônibus e foram à Assembleia Legislativa para cobrar medidas e lá permaneceram até serem recebidos pelo governador. Em 2002, foi criado o Conselho Gestor de Urbanização de Paraisópolis, para discutir as propostas dos governos estadual e municipal. Desde então, foi aprovado projeto de urbanização, construção de condomínios, retiradas de pessoas das áreas de risco. Hoje, a Nova Paraisópolis está na terceira fase, com obras de infraestrutura.

ONG leva cultura da paz a professores

A paz é uma construção diária e permanente. Ambiente de múltiplos aprendizados, a escola é um espaço apropriado para compartilhar conhecimentos que gerem reflexões e transformações em favor da prática pacífica. Essa filosofia suíça foi trazida em 1998 ao Brasil pelo empresário Roberto Demeterco por meio da Associação Projeto Não-Violência Brasil. Desde então, 46 escolas de Curitiba e região foram beneficiadas, 6.055 professores foram capacitados, atendendo 104 mil estudantes.

Depois de diagnosticar os aspectos da violência na escola, a ONG passou a trabalhar na busca de soluções, investindo na melhoria da relação professor-aluno, oferecendo formação continuada de educadores como agentes multiplicadores da cultura de paz, para servirem de exemplo e inspiração para os alunos.

A ONG desenvolve 10 programas, com duração média de três anos. Coordenadora do projeto, a psicóloga Adriana Cristina de Araújo Bini explica que o trabalho precisa ser de longo prazo para dar tempo de provocar mudanças institucionais na escola. O público-alvo prioritário são educadores, que recebem certificados equivalentes a cursos de extensão emitidos pela Universidade Federal do Paraná. Mais informações no site www.naoviolencia.org.br (MK)

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Maioria quer afastar Derosso

Levantamento mostra que 90% dos eleitores que sabem de denúncias preferem que presidente da Câmara deixe cargo temporariamente

Rosana Félix

O vereador João Cláudio Derosso (PSDB) deveria se afastar da presidência da Câmara Municipal até que fossem concluídas as investigações sobre a possibilidade de mal uso de verba pública com publicidade. Essa é a opinião da grande maioria dos curitibanos, de acordo com levantamento do Paraná Pesquisas feito com exclusividade para a Gazeta do Povo.

A pesquisa, feita entre os dias 12 e 15 de agosto, revela que 70,5% das pessoas maiores de 16 anos da capital tiveram conhecimento das denúncias sobre os gastos com publicidade na Câmara dos Vereadores de Curitiba. Dessas, 90,5% disseram que Derosso deve se afastar do cargo até o fim das investigações. A reportagem tentou contato com o vereador para comentar os números, mas não obteve retorno.

O tucano está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual (MP) e pelo Tribunal de Contas do Estado (TC) por supostamente ter direcionado a licitação de serviços de publicidade para favorecer sua mulher, Cláudia Queiroz Guedes. A agência dela foi uma das vencedoras em licitação promovida em 2006. Em cinco anos, a empresa geriu R\$ 5 milhões em verbas públicas.

O caso foi levado ao Conselho de Ética da Câmara Municipal e também motivou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), após semanas de tensão e discussão entre os vereadores. A CPI, inicialmente descartada pelos aliados de Derosso, se tornou uma realidade diante da pressão popular. Dos 38 vereadores, só deixaram de assinar o próprio Derosso e João do Suco (PSDB), que está em viagem no exterior.

Derosso também é suspeito de ter cometido outras irregularidades. Neste ano ele contratou uma cunhada, o que é proibido pela súmula do nepotismo. Também há a suspeita de contratação de quatro fantasmas — que também constavam na lista de funcionários da Assembleia Legislativa. Na semana passada, o MP propôs à Justiça uma ação civil por dano ambiental na construção de um empreendimento imobiliário de sua família.

Proximidade

Entre as pessoas que tiveram conhecimento das denúncias contra Derosso, se destacam aquelas com ensino superior (veja infográfico). Também houve maior repercussão entre as pessoas com mais de 45 anos. — 81% delas souberam das supostas irregularidades nos contratos de publicidade.

“São porcentuais elevados. O índice de 90% que pede o afastamento mostra a gravidade dos problemas apresentados”, observa Ricardo Oliveira, professor de Ciência Política da UFPR.

De acordo com o diretor do Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, os números são altos devido à proximidade do curitibano com os vereadores. “A população não condena nem absolve. Mas quer uma resposta, quer que seja esclarecida a suspeita”, afirma.

Segundo ele, independentemente de a verba ter sido utilizada com publicidade, o que preocupa o curitibano é o mal uso de dinheiro público de forma geral.

O levantamento mostra também que todos os vereadores sentirão o impacto da investigação que recai sobre Derosso. A maioria quer que o parlamentar em que votou em 2008 tome alguma atitude em relação ao caso. Além disso, grande parte dos curitibanos diz que vai “cobrar” mais os vereadores. “É um assunto da cidade. O vereador mora aqui, convive no bairro, é encontrado facilmente. Por isso ele será mais cobrado do que os deputados com as irregularidades na Assembleia”, observa Hidalgo.

CONTINUA

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Presidente da Câmara geriu R\$ 1 bilhão

Ao longo dos últimos 14 anos, o vereador João Cláudio Derosso (PSDB) foi o responsável por gerir um orçamento de R\$ 1,1 bilhão, em valores atualizados. O montante é equivalente à soma das receitas das cidades de Londrina e Guarapuava em 2010. Como presidente da Câmara de Vereadores, Derosso não administrou toda essa verba sozinho. Mas, para efeitos de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, por exemplo, ele é o responsável pela verba da Casa.

Grande parte do dinheiro da Câmara, assim como em todos os órgãos públicos, é destinada para

folha de pagamento. Em 2010, por exemplo, do orçamento de R\$ 80,2 milhões da Casa, R\$ 72,9 milhões foram usados para pagamento de pessoal. Entretanto, mesmo as verbas "carimbadas" podem ser gerenciadas conforme as diretrizes do comando legislativo.

Além disso, dizem especialistas, os presidentes das câmaras têm várias possibilidades para gastar nos projetos e ações de seu interesse. Isso ocorre por meio das licitações e dos contratos firmados com os vencedores das concorrências.

Desde 1997 até agora, sob o comando de Derosso, a Câmara de Curitiba assinou 175 contratos. O dinheiro gasto com prestação de serviços, locação ou aquisição de itens totaliza R\$ 142,5 milhões, em valores atualizados, de acordo com dados do Portal do

Controle Social, mantido pelo TC. Desse valor, a grande parte (R\$ 95 milhões) foi utilizada para pagar serviços de publicidade.

"Os presidentes do Legislativo sempre têm boa autonomia orçamentária, podendo realocar receitas e direcionar para outros gastos. É muito poder para qualquer um, ainda mais para quem se mantém tanto tempo no cargo", observa Ricardo Oliveira, professor de Ciência Política da UFPR. O economista François Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais, pondera que há instâncias de fiscalização para controlar os presidentes das Câmaras. "As contas precisam ser aprovadas pelos próprios legislativos e pelo Tribunal de Contas. E ainda há o MP."

Procurado pela reportagem, Derosso não respondeu aos questionamentos sobre o tema. (RF)

"O vereador mora aqui, convive no bairro, é encontrado facilmente. Por isso ele será mais cobrado do que os deputados com as irregularidades na Assembleia."

Murilo Hidalgo, diretor do Instituto Paraná Pesquisas.

NA BOCA DO POVO

Grande parte dos curitibanos soube das suspeitas sobre mau uso de publicidade na Câmara e quer o afastamento de Derosso para que sejam feitas as investigações.

71% dos entrevistados

soube das denúncias sobre os gastos com publicidade na Câmara dos Vereadores de Curitiba.

Os que souberam, por escolaridade

57% dos que tem ensino fundamental

72% dos que tem ensino médio

84% dos que tem ensino superior

Destes, 91% acha que Derosso, responsável pelos gastos e presidente da Câmara, deve se afastar do cargo até a conclusão das investigações

Sim 91%

Não 9%

Como você gostaria que o vereador que recebeu seu voto procedesse em relação ao caso das denúncias na Câmara Municipal?

Ajudasse a esclarecer como foram feitos os gastos 56%

Falasse publicamente o que acha do caso 34%

Não se envolvesse nessa polêmica 7%

Não respondeu 3%

Essas notícias farão com que você cobre mais o vereador que recebeu seu voto?

Sim 84%

Não 14%

Não sabe 2%

METODOLOGIA: o levantamento foi feito com 492 pessoas maiores de 16 anos de Curitiba, entre os dias 12 e 15 de agosto. O grau de confiança é de 95% e a margem estimada de erro, de 4,5%.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PERPETUAÇÃO

Longevidade no poder é inusitada

A permanência de João Cláudio Derosso (PSDB) no comando da Câmara Municipal por tanto tempo – 14 anos – é uma situação inusitada, pelo menos em relação às outras capitais. Nos últimos cinco anos, todas as câmaras de capitais brasileiras tiveram troca de comando pelo menos uma vez, com exceção de Curitiba.

"Em toda a história da Câmara, Derosso foi o que mais ficou no comando da Casa de forma ininterrupta. Não aconteceu em Curitiba nem mesmo durante a República Velha, com as oligarquias", afirma Ricardo Oliveira, professor de Ciência Política da UFPR.

Segundo o cientista político Rudá Ricci, da UFMG, há um risco muito grande de essa longevidade contrariar o interesse público. "O político deixa de representar a sociedade e vê o cargo como uma profissão. Mas não existe essa tal de profissão de vereador ou deputado. A sociedade acaba pagando para que eles trabalhem por interesses próprios", avalia Ricci. Segundo ele, para minimizar esse problema é preciso limitar a possibilidade de reeleição no Legislativo. "Os movimentos sociais querem levar essa proposta de reforma política, para que só seja permitida uma reeleição consecutiva." Segundo ele, há casos de perpetuação no poder nos estados do Brasil. "O caso de Curitiba chama a atenção porque é uma capital rica, mas a situação não é inédita", completa Ricci.

Os especialistas ponderam que a manutenção de Derosso na presidência decorre do apoio dos outros vereadores e dos prefeitos ao longo de todos esses anos. "Toda essa rede de cumplicidade foi construída pela maioria dos vereadores e prefeitos", diz Oliveira.

A reportagem procurou Derosso para comentar o tema, mas não conseguiu contato com o vereador. (RF)

21 AGO 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Investigações na Câmara 1

O vereador João Cláudio Derosso disse que não poderia responder em público a questões sobre contratos feitos entre a Câmara e a empresa de sua mulher por se tratar de "questão íntima". Creio que essa postura gera mais suspeitas de negócios escusos do que se tivesse adotado um procedimento transparente.

Robert Monteiro Hipólito

Investigações na Câmara 2

Quem não deve, não teme. Se tudo o que João Cláudio Derosso fez está de acordo com a lei, não há motivos para estar se esquivando de responder à Comissão de Ética. Mas a forma como se comportou foi de quem deve muito e tem culpa no cartório. João Cláudio Derosso deveria ter o mandato cassado e nunca mais voltar a concorrer a um cargo público.

Tiago Almir R. Silva

Investigações na Câmara 3

Acho vergonhoso o que está ocorrendo na Câmara Municipal de Curitiba. Se tivesse dignidade e vergonha na cara, João Cláudio Derosso deveria ter se afastado para que tudo fosse devidamente apurado. Acorda Curitiba. Vamos tentar mudar esses representantes corruptos.

Paulo Armando Pinto

22 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Aciolli será interrogado hoje

Ação contra o parlamentar foi remetida ao TJ após o réu ter assumido mandato de deputado estadual

Karlos Kohlbach

O deputado estadual Roberto Aciolli (PV) será interrogado hoje no Tribunal de Justiça do Paraná sobre o assassinato do engraxate Paulo César Heider. O crime aconteceu em 1999. Aciolli foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MP) em 2008 por homicídio qualificado por motivo torpe (banal). Se condenado, ele pode perder o mandato de deputado e ficar preso de 12 a 30 anos. O agora deputado estadual alega que o tiro que matou Heider foi acidental.

A audiência com o desembargador Marco Antônio de Moraes Leite está marcada para as 14 horas. A ação penal contra Aciolli tramitava na Justiça de primeiro grau, mas como desde fevereiro deste ano Aciolli assumiu mandato de deputado estadual, o processo foi remetido para o Tribunal de Justiça por causa do foro privilegiado.

O crime aconteceu em 1999, mas o inquérito se arrastou por quase 10 anos. Aciolli confessou à polícia ter matado Heider, na época com 23 anos, com um tiro na cabeça na madrugada do dia 1.º de dezembro de 1999, depois de descobrir que o jovem teria participado do roubo de uma loja de celulares — que pertencia à mulher de Aciolli. Heider tinha diversas passagens pela polícia.

A denúncia relata que Aciolli passou a investigar o assalto por conta própria e teria descoberto que Heider, acompanhado de uma outra pessoa, praticou o roubo. Na madrugada do dia 1.º de dezembro de 1999, cita a denúncia, Aciolli teria sido informado que Heider estaria num táxi no centro de Curitiba. Ao encontrar o rapaz, Aciolli, que na época tinha porte de arma, teria apontado a arma para Heider, que foi morto com um tiro na nuca.

Dois dias depois, Aciolli se entregou à polícia e apresentou a arma do crime. Em depoimento, Aciolli alegou que o tiro foi acidental, disparado após uma briga corporal com Heider. No processo, o taxista que levava Heider disse também que, antes de morrer, a vítima foi agredida por Aciolli.

O parlamentar, que apresenta um programa policial na televisão, foi eleito em 2010 deputado estadual pelo PV com pouco mais de 45 mil votos.

12 a 30 anos

de prisão, é a pena prevista caso Aciolli seja condenado, além da perda de mandato de deputado estadual.



Roberto Aciolli confessou ter matado um engraxate em 1999.

CONTINUA

22 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESTRATÉGIA

Advogado vai sustentar legítima defesa

O advogado criminalista Cláudio Dalledone Júnior, que defende o deputado estadual Roberto Aciolli (PV) no processo de assassinato, adiantou que vai adotar a linha de legítima defesa para tentar absolver o parlamentar da acusação de homicídio qualificado por motivo torpe (banal).

O disparo da arma de Aciolli atingiu a nuca do engraxate Paulo César Heider. "Num enfrentamento a vítima pode oferecer o dorso para se defender. O disparo accidental pode assim acertar a nuca", explicou Dalledone. O advogado disse que Aciolli está apreensivo e deseja ser julgado rapidamente para "ter reconhecido o direito de se defender".

O advogado explicou ainda que por causa da mudança do órgão julgador, da Justiça de 1º grau para o Tribunal de Justiça, o caso será apreciado pelo Órgão Especial do tribunal – que reúne 25 desembargadores. "Por causa desta mudança, o julgamento deve ser mais técnico do que factual", complementou o defensor.

Depois do interrogatório de Aciolli, as testemunhas de acusação devem ser ouvidas e depois as de defesa, para posteriormente as partes apresentarem as alegações finais antes do julgamento.

Paranaenses respondem pelo uso de cheque guarda-chuva

Pelo menos 11 políticos têm processos por uso do artifício em campanha. O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, pode perder o mandato

Katia Brembatti

O mesmo motivo que ameaça o mandato do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), também gerou ações por suposta irregularidade na prestação de contas na Justiça Eleitoral para outros políticos paranaenses. Pelos menos outros 11 processos foram ajuizados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) por uso de cheque guarda-chuva para pagar despesas da campanha. O julgamento do processo contra Rossoni, interrompido na semana passada quando a votação estava em 1 a 1, será retomado hoje, às 17 horas, no TRE-PR.

O uso de um mesmo cheque para pagar várias despesas na campanha eleitoral levou o Ministério Público Eleitoral (MPE) a questionar a prestação de contas de vários políticos. Dos processos abertos, alguns foram arquivados, outros foram considerados improcedentes e outros estão em grau de recurso.

O advogado Luiz Fernando Pereira representa ao menos três dos processados por uso de cheque guarda-chuva. A ex-deputada federal Dra. Clair (PT) teve as contas rejeitadas em julgamento e o caso está sendo analisado agora no TSE. Já a ex-deputada estadual Beti Pavin (PMDB) teve o processo arquivado. O TRE-PR considerou improcedente a ação contra o deputado estadual César Silvestri Filho (PPS). De acordo com o advogado, no caso do deputado do PPS, uma pessoa responsável por vários cabos eleitorais recebia um cheque nominal e depois repassava o dinheiro para os funcionários.

Aguarda sentença também o pedido contra o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB). A assessoria jurídica do deputado informou que não comentaria o caso antes do julgamento.

Só eu?

Na tribuna da Assembleia, Rossoni questionou, na semana passada, o fato de só ele ter sido processado por uso de cheque guarda-chuva, enquanto tantos outros políticos fizeram uso do mesmo expediente. Rossoni reclamou que estaria recebendo "tratamento diferenciado" pelo MPE e chegou a dizer que outros políticos, como o governador Beto Richa, também usaram cheque guarda-chuva. A coordenação financeira da campanha de Beto Richa se limitou a dizer que cum-

priu rigorosamente a lei. O deputado estadual Rasca Rodrigues (PV) reconheceu, em plenário, que também usou o cheque guarda-chuva para o pagamento de despesas agrupadas.

LEGISLAÇÃO

Pagamento em dinheiro é difícil de fiscalizar

Pagamentos em dinheiro não são autorizados pela legislação eleitoral porque seria impossível fiscalizar e comprovar os gastos. Através de cheque nominal ou transferência bancária, o destinatário dos recursos é identificado. O uso do chamado cheque guarda-chuva – em que várias despesas são quitadas com uma folha de cheque – não é permitido. O deputado estadual Rasca Rodrigues (PV) disse, na semana passada, que o TRE teria liberado o agrupamento de despesas somando até R\$ 1 mil para quitação com cheque. A assessoria de imprensa do TRE informou que a posição oficial do órgão sobre o uso de cheque guarda-chuva será conhecida a partir do resultado do julgamento de Rossoni. (KB)

CONTINUA

22 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Rossoni pagou 45 despesas com apenas um cheque

Na campanha eleitoral de Valdir Rossoni em 2010, cheques teriam sido preenchidos para sacar dinheiro na boca do caixa e as despesas, pagas em dinheiro. O Tribunal Superior Eleitoral estabelece que os gastos de campanha só devem ser pagos com cheque, cheque eletrônico ou por meio de transferência bancária. Um só cheque de R\$ 10,6 mil, por exemplo, pagou 45 despesas diferentes, como diárias de hotéis, combustíveis e alimentação. A assessoria jurídica de Rossoni negou que haja provas contra o parlamentar e alegou que todos os gastos foram comprovados com nota fiscal.

O desembargador Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro pediu vista do processo para analisar o caso. Dois dos sete integrantes do TRE já se posicionaram. O relator, Fernando Moraes, votou contra o pedido de cassação apresentado pelo MPE, considerando desproporcional a punição em relação à ilegalidade apontada. Afirmou que o valor supostamente ilegal representa cerca de 5% do total de R\$ 583 mil gastos da campanha do parlamentar. Já para Luciano Carrasco, deve-se levar em conta a regularidade ou não do dinheiro utilizado e não a proporção dele em relação à campanha. "Não importa se é R\$ 5 mil ou R\$ 50 mil, voto pela cassação", declarou. O TRE cassou o mandato de deputado federal suplente de José Augusto Felipe (PV) por razões semelhantes. (KB)

22 AGO 2011

GAZETA DO POVO

PROTESTO

Juízes federais pedem mais segurança

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) fará, em 21 de setembro, o "Dia Nacional de Mobilização" da categoria. A decisão foi tomada em assembleia realizada na quarta-feira, e a proposta venceu com cerca de 70% dos votos.

O movimento dos magistrados, fortalecido após a morte da juíza Patrícia Acioli, no Rio, irá a Brasília para pressionar pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 03/2010, que institui a polícia do Judiciário e um órgão colegiado de juizes para o julgamento de organizações criminosas.

De acordo com Gabriel Wedy, presidente da entidade, todos os órgãos da Justiça Federal já possuem agentes dessa polícia, ou seja, não haveria maiores custos para o governo. "Eles existem e são pagos com o salário de agente. O que acontece é que foram deslocados para outras funções, como motorista ou auxiliarem nas varas", afirmou.

GAZETA DO POVO

MOVIMENTO

Mulheres pedem o fim do aborto como crime

22 AGO 2011

Representantes de movimentos sociais defenderam no Senado o fim da criminalização do aborto e o direito de as mulheres decidirem sobre a interrupção da gravidez, nesta semana, durante a chamada Marcha das Margaridas – protesto por direitos femininos.

Em debate na Subcomissão em Defesa da Mulher, manifestantes denunciaram a violência contra as mulheres e listaram uma série de projetos que estão em discussão no Congresso Nacional e que, segundo elas, prejudicam os direitos femininos.

Entre as reivindicações feitas pelo grupo estão as propostas que modificam a Lei Maria da Penha, medidas que aumentam a pena para os casos de aborto, e uma iniciativa que garante o pagamento de um salário mínimo mensal, por dezoito anos, para as vítimas de estupro grávidas que decidirem manter a gestação.

As convidadas cobraram a ampliação do atendimento médico gratuito em casos de violência sexual, para garantir o acesso a métodos para evitar filhos e interromper a gestação. Rosane Silva, secretária nacional da mulher trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que muitas mulheres pobres morrem em consequência de abortos clandestinos.

“A mulher é obrigada a ser mãe. Nós não temos o direito neste país, hoje, de decidir sobre nosso corpo, de decidir se a gente quer ou não quer ser mãe. E esses projetos que hoje estão em pauta no Congresso Nacional não somente nos criminalizam como levam milhões de mulheres à morte”, disse.

Sucesso

A autora do pedido para o debate, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), considerou um sucesso a Marcha das Margaridas, que reuniu 45 mil trabalhadoras rurais em Brasília, segundo dados da Polícia Militar.

“O debate sobre a legalização ou não do aborto no Brasil deve se dar com a mesma liberdade que todos os temas políticos tiveram e tem na realidade nacional. Essa discussão precisa vir para o Congresso Nacional sim”, disse.

A audiência foi o último ato da quarta edição da Marcha das Margaridas. Durante o evento, as manifestantes apresentaram ao governo uma pauta de reivindicações com mais de 150 itens, com medidas para garantir o combate à violência, a participação política e a autonomia da mulher.

22 AGO 2011

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

Depósitos judiciais podem ser usados no Refis

Importante possibilidade de economia acaba de ser sacramentada pelo Poder Judiciário, pelo reconhecimento do direito de utilização de depósitos judiciais no programa do Refis da Crise. Milhares são as discussões em juízo, de débitos tributários, seja nas ações propostas contra o Fisco, seja nos executivos fiscais dos quais as empresas se defendem. E não raramente as lides são amparadas com depósitos em moeda, no sentido de prevenção de crescimento da obrigação a descoberto até quando alguns anos decorridos passe em julgado a sentença ou acórdão contrário ao contribuinte depositante. Na via contrária, se vencedora a empresa, fez ela uma poupança forçada.

Houve grande resistência dos órgãos governamentais para evitar que esses depósitos fossem aproveitados para liquidação de parte ou todo dos débitos que o empresário declarou e inscreveu no Refis da Crise, se já transitada em julgado decisão na ação. E há conflitos quanto aos frutos do depósito (juros).

Levada a questão ao Judiciário, o ministro Mauro Campbell Marques colocou ponto final em favor dos contribuintes depositantes, acompanhado pelos ministros componentes da 1.ª seção do Superior Tribunal de Justiça. O uso desses depósitos, em face das facilidades criadas pelo Refis, é possível, mesmo que já exista decisão definitiva reconhecendo direito à União de auferir os valores respectivos.

Duas são as condições necessárias para o uso do numerário que caucionou o processo, como bem definido pelo Superior Tribunal: que a empresa tenha manifestado interesse de ingressar no programa Refis, e que isso tenha acontecido antes da ordem do julgador determinando a conversão do depósito em renda da credora União (como sabido, o Refis da Crise destinou-se apenas à regularização de tributos federais).

O ministro Campbell aplicou com precisão os princípios jurídicos juntamente com os econômico-financeiros. Enquanto o valor posto à disposição da Justiça para garantia de pagamento não for "transfêrido" efetivamente da conta aberta pela empresa, tal numerário está caucionando a obrigação, mas não saiu ainda da propriedade do depositante. Sobrevem a sentença que lhe é adversa e até mesmo passa em julgado. Mas a transferência de conta não é automática, nem o banco pode realizá-la pelo simples passar do prazo de trânsito. Se nesse interim não houver pedido da credora pelo cumprimento da decisão, ou ordem do juiz para a providência bancária, o valor ainda não se deslocou para outras mãos. Por isso, podia ser empregado nas liquidações do programa de benefícios. A dedução se fundamenta na expressão do relator de que o "crédito tributário tem vida" após o trânsito em julgado, por que a transformação do depósito em pagamento somente ocorre depois de encerrado o processo.

A segunda questão resultante do voto do ministro Campbell decidindo, aliás, em grau de "recursos repetitivos", é a da exclusão dos juros calculados pela Selic, e cujo levantamento por parte do depositante foi vedada. A explicação de Campbell nota que o depósito não é investimento e, assim, os rendimentos não são atribuídos ao depositante. E estriba esse enunciado em acórdão anterior que tratou os juros assim resultantes, como não pertencentes aos depositantes (Resp.392.879-RS).

De qualquer ângulo observado, o acórdão do Superior Tribunal socorre a quantos ainda queiram utilizar depósitos, para pagamento de débitos via Refis com economia parcial de multas e juros, ou mesmo simplesmente para aliviar o peso do parcelamento requerido.

(Geroldo Augusto Hauer - G.A.Hauer
Advogados Associados - sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

Radiografia da corrupção

Se os réus do mensalão, responsáveis "pela instalação de uma rede criminosa no coração do Estado brasileiro", pagarem por seus crimes, sem privilégios e imunidades, o Brasil mudará de patamar

22 AGO 2011

Muitos leitores, aturdidos com a extensão do lodaçal que se vislumbra na onda de corrupção reiteradamente denunciada pela imprensa, manifestam profundo desalento. "Não vai acontecer nada. Os bandidos não estão na cadeia, mas no comando do Brasil." O comentário me foi enviado por um jovem universitário. É tremendo, pois reflete o sentimento de muita gente. O governo de Dilma Rousseff, sustentado por uma coligação pragmática e aética que foi concebida por seu antecessor, é, rigorosamente, refém do crime organizado. O mensalão do PT, que dificilmente será julgado em tempo hábil pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi o primeiro lance. Representou o pulo do gato, o caminho das pedras de um projeto de poder autoritário, corrupto e corruptor.

A presidente da República, fustigada com escândalos no seu governo que brotam como cogumelos, tem sido rápida na tomada de providências. Ao contrário de seu antecessor, Dilma não é, aparentemente, leniente com a corrupção. O Ministério dos Transportes, por exemplo, foi palco de uma enxurrada de demissões. Mas uma coisa é o feudo do PR. Outra, bem diferente, são as capitânicas hereditárias do PMDB. Aí, sem dúvida, o discurso de Dilma é diferente. Em vez de apoiar ação saneadora da Polícia Federal, Dilma classificou de "acinte" a conduta da PF em operação por suspeita de desvios no Ministério do Turismo. A presidente ficou furiosa ao ver a foto de um dos detidos chegando algemado a Brasília. Irritou-se também por, supostamente, não ter sido informada previamente da operação policial.

Independentemente dos excessos pontuais de alguns agentes da PF, que devem ser punidos, o que os brasileiros esperavam de sua presidente era o apoio ao essencial e não o escândalo com o acidental. Mas não foi o que aconteceu, sempre em nome da governabilidade. E é exatamente isso que é preciso romper. A política é a arte da negociação, mas não pode ser a ferramenta da bandidagem. O que você, amigo leitor, pode fazer para contribuir com a urgente e necessária ruptura do sistema de privatização do dinheiro público que se enraizou nas entranhas da República?

Em primeiro lugar, pressionar as autoridades. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, deve sentir o clamor da sociedade. Julgar o mensalão não é uma questão de prazos processuais. É um dever indeclinável. O STF pode dar o primeiro passo para a grande virada. Se os réus do mensalão, responsáveis "pela instalação de uma rede criminosa no coração do Estado brasileiro", pagarem por seus crimes, sem privilégios e imunidades, o Brasil mudará de patamar. A ausência de punição é a mola da criminalidade. Mas não atiremos a esmo. Não publiquemos no domingo para, na segunda, mudar de pauta. Vamos concentrar. Focar no mensalão. E você, caro leitor, escreva aos ministros do STF, pressione, proteste, saia às ruas numa magnífica balada da cidadania.

CONTINUA

22 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em segundo lugar, exija de nós, jornalistas, a perseverança de bulldogues. É preciso morder e não soltar. Os meios de comunicação existem para incomodar. Resgato hoje, neste espaço opinativo, uma sugestão editorial que venho defendendo há anos. Vamos inaugurar o Placar da Corrupção. Mensalmente, por exemplo, a imprensa exporia um quadro claro e didático, talvez um bom infográfico, dos principais escândalos. O que aconteceu com os protagonistas da delinquência? Como vivem os réus do mensalão? Que lugares frequentam? Que patrimônio ostentam? É fundamental um mapeamento constante. Caso contrário, estoura o escândalo, o ministro cai, perde poder político, mas vai para casa com uma dinheirama. Depois, de mansinho, volta ao partido e retorna às benesses do poder apoiado pela força da grana e do marketing. É preciso acabar com isso. A imprensa precisa ficar no calcânhar dos criminosos.

Chegou a hora de a sociedade civil mostrar sua cara e sua força. É preciso, finalmente, cobrar a reforma política. Todos sabem disso. Há décadas. O atual modelo é a principal causa da corrupção. Quando falta transparência, sobram sombras. O Brasil pode sair deste pântano para um patamar civilizado. Mas para que isso aconteça, com a urgência que se impõe, é preciso que os culpados sejam punidos.

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo (www.masteremjornalismo.org.br), professor de Ética e doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor da Di Franco - Consultoria em Estratégia de Mídia (www.consultoradifranco.com).
E-mail: difranco@ijcs.org.br

FOLHA DE S. PAULO

Ora, a lei? 20 AGO 2011

WALTER CENEVIVA

Não cabe

Não há meio de afastar todos os delinquentes, trancando-os em prisões. A razão é óbvia: a adição de celas nas cadeias não acompanhou o crescimento da criminalidade.

GETÚLIO VARGAS, que foi ditador e presidente constitucional do Brasil, era —além de líder popular e populista— um bom orador. Na campanha eleitoral em que foi referendado pelo voto livre e eleito presidente da República, proferiu célebre discurso. Nele Vargas usou a mesma frase do título, com outro sentido, sem o ponto de interrogação. Criticava o desrespeito das leis pelos seus opositores. Atribuía a eles maus comportamentos, para depois dizer que a lei apontaria para outro rumo, se fosse para ser respeitada. Aditava em tom zombeteiro: “Mas a lei? ... Ora, a lei!”. Esse é o caso no desrespeito das leis que a presidente Dilma Rousseff tem enfrentado, gerando reações graves e agitando o Congresso Nacional.

O leitor está informado de que, neste agosto, entrou em vigor a lei nº. 12.403, de maio último, que alterou 40 artigos do Código de Processo Penal. Editado sob as ordens do mesmo Getúlio Vargas, o Código passou a vigorar em 1º de janeiro de 1942, ou seja, há 69 anos. O ministro da Justiça na época era Francisco Campos, cujo apelido de Chico Ciência homenageava seus conhecimentos jurídicos.

Uma mudança tão extensa se explica pela transformação radical na realidade social brasileira e mundial nesse período. Conforme se tem dito e repetido, a história terminou em meados do século 20. Uma outra história começou desde o crescimento do índice de natalidade e com as grandes emigrações estrangeiras (não só europeias, mas tam-

WALTER CENEVIVA

A constatação clara é que não há meio de afastar da sociedade os delinquentes, trancando-os em prisões

bém asiáticas). O fenômeno foi planetário, mas —no caso do Brasil— basta lembrar a conquista de todo o interior do território central, sobretudo no oeste. Paralelamente, verificou-se uma concentração urbana do sudeste do Rio de Janeiro até Porto Alegre, dominante nos quase 40 milhões de habitantes do Estado de São Paulo.

Na área penal, para explicar a lei nº. 12.403, a constatação clara é que não há meio de afastar da sociedade todos os delinquentes, trancando-os em prisões. A razão é óbvia: a adição de celas disponíveis em nosso sistema penitenciário não acompanhou o crescimento da criminalidade. Com isso, a roda da vida estimula o aumento de delitos e da violência empregada. O círculo vicioso caminhou para um desastre social ainda mais grave do que aquele que se tem visto. Numa simplificação extrema, cabe dizer que a lei nº. 12.403 tem em vista reduzir o número de presos de nossas cadeias. Há lógica inspiração jurídica nesse caminho: a prisão em condições subumanas só estimula o aumento de criminalidade.

Esse aumento tem sido geométrico na experiência dos últimos 60 anos. A solução que inspirou os autores da lei nº. 12.403 consiste, “grosso modo”, na simplificação dos processos penais, evitando levar os condenados a prisões que não têm condições de acolhê-los. A solução pode ser acompanhada pelos métodos de controle eletrônico das deslocações do condenado,

permitindo o rigoroso monitoramento de suas andanças, minuto a minuto, todos os dias.

Mesmo qualificada, a tentativa de pormenorizar o que pode acontecer a partir de agora talvez seja inútil. Temos de esperar para ver. Orar pela lei, orar por seus bons efeitos, alterando o sentido da frase célebre no discurso de Vargas, enquanto súmula de nossa esperança. Certeza absoluta de sua eficácia não dá para afirmar, mas é um começo.

20 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Empresário aceita aviso prévio de 90 dias

Confederações encaminham proposta ao Supremo Tribunal Federal, que estuda definir norma temporariamente

Para entidades, ideal é manter prazo de 30 dias para indenização, acrescentando um dia por ano trabalhado

Os empresários aceitam aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de até 90 dias. Confederações de vários setores sobre o assunto foi enviado nesta semana ao STF. O Supremo Tribunal Federal estuda regulamentar, temporariamente, o assunto.

No fim de junho, o STF decidiu que essa indenização deve ser proporcional ao tempo de serviço, mas suspendeu o julgamento.

A decisão do Supremo, provocada pelo questionamento de quatro trabalhadores da Vale, foi tomada com base no inciso 21 do artigo 7º da Constituição, que prevê aviso prévio mínimo de 30 dias, proporcional ao tempo de trabalho.

Atualmente, as empresas pagam o aviso mínimo mencionado na Carta. Os trabalhadores pediram que, enquanto o Congresso não regulamentar o assunto, o STF fixe regras temporárias.

Qualquer que seja o prazo definido, a regra valerá tanto para o empregado demitido como para aquele que pedir demissão. Hoje, o empregado que pede demissão costuma ser dispensado, pela empresa, de cumprir o aviso prévio.

No documento entregue ao Supremo, os empresários também pedem que a decisão

de ampliação dos 30 dias do aviso prévio não seja retroativa. Ou seja, que o pagamento não deve ser estendido para aquelas pessoas que foram demitidas antes de as novas regras entrarem em vigor.

As confederações também pediram que o STF não aplique o aviso prévio proporcional aos micro e pequenos empresários. Segundo o documento, essas categorias são de menor poder econômico e muitas vezes não conseguem pagar os encargos trabalhistas previstos na legislação atual.

De acordo com Robson Braga, presidente da CNI, em reunião com o ministro Gilmar Mendes, as confederações nacionais da indústria, dos transportes, do comércio, da agricultura e do sistema financeiro disseram que aceitam a manutenção do prazo atual de 30 dias com o acréscimo de três dias por ano trabalhado. Essa proposta, porém, seria limitada a 20 anos de trabalho.

Se essa ideia for aceita, uma pessoa que trabalhou durante esse período na mesma empresa e fosse demitida teria direito a 90 dias de aviso prévio. Segundo o gerente-executivo jurídico da CNI, Cássio Borges, essa proposta é aceita pelo empresariado por estar com tramitação em curso no Congresso.

“É melhor aceitar um projeto já adiantado do que deixar o Supremo decidir”, afirmou Borges.

PROPOSTA IDEAL

A proposta considerada ideal pelas confederações é a de manutenção do prazo de 30 dias acrescentando um dia por ano trabalhado.

Dessa forma, se uma pessoa trabalhou em uma empresa por dez anos, por exemplo, ela teria direito 40 dias de aviso prévio.

No fim de junho, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) propôs aviso prévio de 30 dias para quem tiver até 10 anos de empresa; 45 para trabalhadores com registro entre 10 e 15 anos; e 60 dias para quem tiver tempo de casa entre 15 e 20 anos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Empresários fazem proposta de até 90 dias

O QUE O STF JULGOU
Quatro trabalhadores demitidos da Vale pediram que o Supremo...

20 AGO 2011

...declarasse que o Congresso Nacional foi omissivo, ao não editar uma lei regulamentando o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço



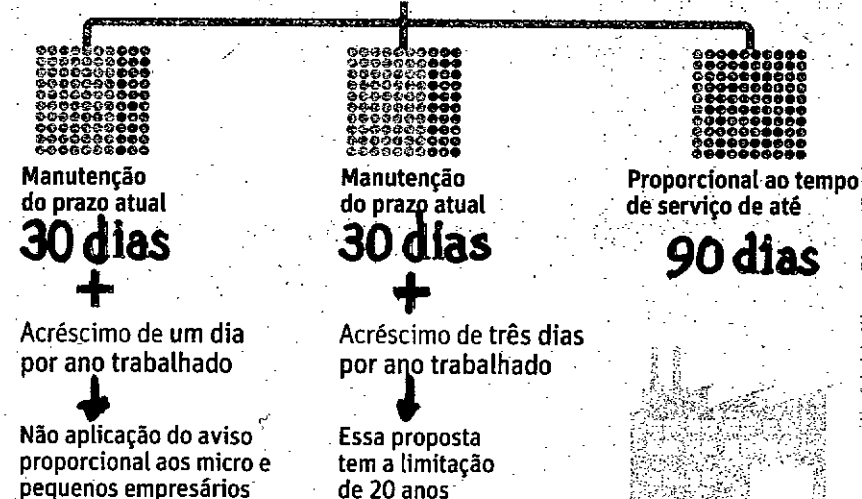
...fixe regras até que uma lei sobre o assunto seja editada

45 mil
Metalúrgicos de Osasco e 80 mil trabalhadores da saúde da Grande SP já têm aviso prévio proporcional

Oito ministros do Supremo julgaram o pedido procedente, mas não chegaram a um consenso sobre quais regras devem ser seguidas



PROPOSTAS DOS EMPRESÁRIOS



O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO

Segundo o artigo 7º, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, "além de outros que visem à melhoria de sua condição social",

está o "aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo mínimo de trinta dias, nos termos da lei" (Inciso 21)

A REGRA ATUAL

Aviso prévio é de 30 dias, independentemente do tempo de serviço do trabalhador na empresa

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

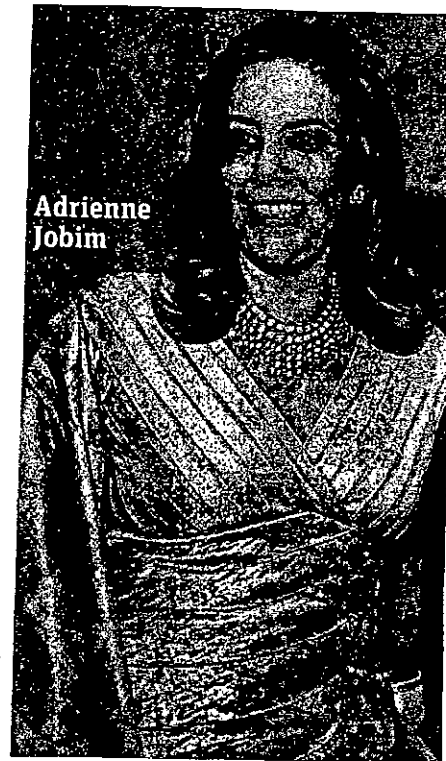
BOLO DE CHOCOLATE

20 AGO 2011

Guiomar Mendes, mulher do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, reuniu amigos e familiares, anteontem, em Brasília, para celebrar seu aniversário; parlamentares, advogados, ministros e ex-ministros e quase todos os colegas dele na Corte foram à festa.



Guiomar Mendes



Adrienne Jobim



Gilmar Mendes e Sérgio Bermudes



Nelson Jobim e Carlos Ayres Britto

20 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Polícia apura se casal suspeito de sequestro recebia pensão de jovem

Procuração para venda de imóvel foi apreendida com investigados

PAULO PEIXOTO
DE BELO HORIZONTE

A polícia de Minas Gerais investiga se o casal suspeito de ter sequestrado uma jovem de 24 anos ainda bebê em Contagem (região metropolitana de BH) obteve vantagens financeiras dela.

A delegada Cristina Coelli pediu ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que veja se há uma pensão por incapacidade em nome da jovem. O objetivo é saber se a dona de casa Neli Maria

Neves, 53, e o policial militar aposentado Jair Narcizo de Lacerda, 65, que a registraram como filha, são responsáveis por recebê-la.

Natália, como a moça foi identificada pela polícia, morava com o casal e pode ter deficiência mental.

Segundo a polícia, uma procuração em nome da jovem foi apreendida no apartamento do casal. O documento permite que Natália venda um imóvel.

O casal está preso sob suspeita de sequestrar outra me-

nina, de sete anos, no início deste mês. Ao investigar esse caso, a polícia encontrou Natália vivendo na casa deles.

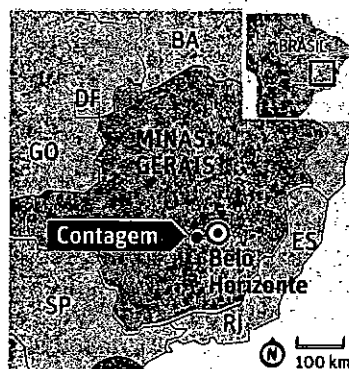
Além da hipótese de sequestro, a polícia suspeita de que a moça tenha sido entregue ao casal pela mãe biológica —segundo testemunhas, tia de Neli.

Em depoimento, Neli —que já cumpriu pena por matar o marido— disse que a tia deu Natália para ela criar e admitiu sequestro da criança de sete anos. O marido dela se negou a falar em juízo.

ENTENDA O CASO

Polícia suspeita que casal registrou como filha jovem sequestrada ainda bebê em Minas Gerais

1 Na investigação do sumiço temporário de uma criança de 7 anos, a polícia foi levada à casa de Neli Maria Neves, dona de casa, e Jair Narcizo de Lacerda, PM reformado



2 Na casa, foi encontrada uma mulher de 24 anos, registrada como filha do casal. A polícia suspeita que ela tenha sido sequestrada ainda bebê

3 A jovem foi resgatada na terça e está sob cuidados médicos e psicológicos —a polícia não diz onde. O casal está preso

Encontrado aos 16, Pedrinho quer 'vida normal'

Localizado pelos pais biológicos em 2002, 16 anos após ser sequestrado na maternidade, Pedro Júnior Rosalino Braule Pinto —o Pedrinho —afirmou que, hoje, leva uma vida "tranquila". "Eu tento levar uma vida normal, sem ter tanta influência da mídia, sem ser conhecido."

A Folha ele se mostrou solidário ao caso da jovem de Contagem (MG) e disse estar à disposição caso ela queira entrar em contato.

20 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena 4 líderes do MST à prisão por formação de quadrilha

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA -A Justiça de Presidente Bernardes (589 km de SP) condenou, em primeira instância, quatro líderes do MST a três anos de prisão em regime semiaberto por formação de quadrilha.

A ação penal ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo resultou na condenação de José Aparecido Gomes Maia, Valmir Ulisses Sebastião, Valmir Rodrigues Chaves e Aparecida de Jesus Pereira. A defesa dos integrantes do movimento vai recorrer.

20 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Polícias do Rio divergem sobre suspeito de matar juíza

Preso tem envolvimento, diz PM; Polícia Civil nega

A Polícia Militar do Rio confirmou ontem ter prendido um suspeito de envolvimento na morte da juíza Patrícia Acioli, ocorrido na semana passada em Niterói. A Polícia Civil, porém, descarta que Alex Sandro da Costa Silva, o Alex Orelhinha, esteja na lista de suspeitos.

Apontado como chefe do tráfico no morro Menino de Deus, em São Gonçalo, cidade onde a juíza atuava, Silva foi preso pela PM na sexta, um dia após o assassinato.

A PM diz que ele se parece com um suspeito visto três dias antes do crime nas proximidades da casa da juíza. O homem, filmado por câmeras de segurança às 23h13 no dia 8, circulou pela região e fez perguntas sobre a rotina da juíza. A **Folha** procurou o advogado de Silva, mas ele não foi localizado ontem.

Ontem, o Departamento de Transportes Rodoviários (Detro) fez uma ação contra o transporte alternativo irregular na região metropolitana, em resposta à morte da juíza, ameaçada em 2009 por integrantes da máfia das vans.

FOLHA DE S. PAULO 20 AGO 2011

Após tsunami, dinheiro de japoneses encontrado nos escombros retorna a donos

Vítimas conseguem reaver o equivalente a R\$ 76 milhões; mais de 20 mil morreram com o desastre ocorrido no mês de março

Os moradores das cidades japonesas destruídas pelo terremoto seguido por tsunami de 11 de março passado conseguiram reaver mais de 3,6 bilhões de ienes (cerca de R\$ 76 milhões).

O dinheiro foi encontrado nos escombros por equipes de resgate e por cidadãos, segundo o jornal britânico "Guardian".

De acordo com a polícia local, dois terços desse valor estavam em 5.700 cofres, todos nas províncias de Fukushima,

Iwate e Miyage, as mais afetadas pela tragédia.

Destes, 96% já foram identificados e devolvidos aos seus donos.

O restante do valor — 1,3 bilhão de ienes (ou cerca de R\$ 26 milhões) — estava dentro de bolsas e carteiras, na maioria das vezes junto de cartões de crédito.

Assim, a polícia conseguiu identificar 85% dos proprietários.

Na cidade de Ishinomaki, província de Miyage, um homem conseguiu recuperar 100 milhões de ienes (R\$ 2 milhões); em Kamaishi, província de Iwate, 900 cofres foram entregues à administração pública.

O hábito de guardar dinheiro em casa ou no escritório é forte no Japão, sobretudo na área afetada, onde os pescadores preferem usar dinheiro a cartão.

Muitos japoneses desconfiam da solidez de seus bancos. Além disso, há uma resistência de parte da população em usar o dinheiro para consumo, fato que chega a causar problemas econômicos.

O tsunami no Japão deixou mais de 20 mil mortos ou desaparecidos e provocou o vazamento de radioatividade da usina nuclear de Fukushima, uma das mais antigas do país.

Mais de 80 mil famílias foram obrigadas a se deslocar por causa do risco de sofrerem os efeitos da radiação.

Quadrilhas já atacaram 500 caixas eletrônicos

Órgãos de inteligência apontam presença de PMs nas quadrilhas

Pelo menos 500 caixas eletrônicas foram roubadas ou furtadas neste ano no Estado de São Paulo, segundo levantamento dos órgãos de inteligência da polícia, informa **André Caramante**.

Análise feita em 116 dos 170 registros revela que os principais alvos são máquinas instaladas em agências bancárias (37%), seguidas por supermercados (22%) e postos de gasolina (10%).

Em média, cada caixa tem de R\$ 70 mil a R\$ 100 mil. Os ladrões intensificaram ataques às máquinas, em geral com explosivos ou maçaricós, para evitar os tiroteios em assaltos a banco.

Até junho, a Polícia Civil havia conseguido rastrear quatro quadrilhas. Em todas, foi detectada participação de policiais militares — atualmente, 35 estão sob investigação.

20 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Bellini e a menina

RIO DE JANEIRO - Em julho de 1958, uma menina de 10 anos, sofrendo de poliomielite desde bebê, fez sua primeira cirurgia na perna. Enquanto convalescia, montou um álbum de recortes sobre seu ídolo, o homem mais bonito do Brasil, o xodó de todas as mulheres, crianças e até avós: Bellini, zagueiro do Vasco e capitão da seleção brasileira recém-campeã do mundo na Suécia. Certo dia, a porta da casa onde ela morava com sua família no Leblon se abriu, e uma visita de surpresa disse: "Boa-noite". Era Bellini.

Como? Simples. Alguém que conhecia alguém que conhecia Bellini falou-lhe da menina. Bellini tinha 28 anos e não chegava para as encomendas. Quando não estava treinando ou jogando pelo Vasco, tinha de viajar com a Copa do Mundo pelo país e levantar o caneco em festas e banquetes. Mas ele achou tempo para ver a garota, que ficou muda de emoção enquanto ele lhe contava histórias da Suécia.

Dois anos depois, em 1960, a me-

nina encontrou Bellini na rua, em Copacabana. Ele a reconheceu e ela lhe disse que, no dia seguinte, iria fazer sua segunda (e última) cirurgia. Bellini se interessou. Dali a dias, ligou para o hospital para perguntar como estava. Ao saber que brevemente ela iria para casa, deu um tempinho e foi visitá-la de novo, desta vez levando bombons. Era assim que ele era.

Passaram-se anos. Celia se tornou a violonista, arranjadora e maestrina Celia Vaz, uma das musicistas mais completas do Brasil e com sólida reputação no Japão, na Europa e nos EUA, muito maior do que em seu país.

Sábado último, após intermediação de amigos, Celia foi a São Paulo para encontrar Bellini e sua esposa Giselda, dar-lhe um beijo e retribuir os bombons. O intervalo de mais de 50 anos — o próprio Bellini tem hoje 81 — não impediu que a emoção descesse e as lágrimas de todos descessem pelos rostos e sobre o estojo da Copenhagen.

2 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Escolha no Supremo

Dilma Rousseff indicará seu segundo ministro para o STF; influência positiva da Corte cresceria com um articulador mais conciso, claro e discreto

A escolha de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente da República é prerrogativa particularmente sensível. Afinal, trata-se de escolher alguém com mandato vitalício (até a idade de 70 anos) para figurar entre 11 guardiões da Constituição.

É, portanto, uma escolha definitiva. Precisa tomar em conta aspectos de personalidade, trajetória e convicções pessoais do indicado, que ainda necessitará de aprovação da maioria absoluta do Senado Federal. A gravidade e o ritual do ato serão reeditados em breve, com a escolha de um substituto para a ministra Ellen Gracie.

A indicação deveria partir de um diagnóstico sobre o STF. Quais aspectos precisam ser reforçados, quais corrigidos? Que tipo de jurista e com que carreira poderia contribuir mais para amplificar o papel positivo que o STF tem desempenhado na vida do país?

Com a aposentadoria de Gracie, a presidente Dilma Rousseff tem a oportunidade e a responsabilidade de indicar um ministro do Supremo pela segunda vez. Não há, contudo, indícios claros sobre seu diagnóstico acerca do STF.

A Corte, como é visível para todos, tem tomado decisões de grande repercussão na esfera política brasileira, um movimento que já foi chamado —quase sempre com ânimo crítico— de “ativismo judicial”. União homoafetiva, terra indígena Raposa/Serra do Sol, fidelidade partidária e verticalização das eleições são exemplos.

A interferência nas decisões po-

líticas do país é saudável, sobretudo nos casos em que Legislativo e Executivo se omitem. Não pode, contudo, ser arbitrária. A conduta democrática implica que o STF justifique para a sociedade —de modo mais conciso e explicativo do que se acha nos votos e relatórios— a vinculação entre decisões e princípios constitucionais.

O Supremo exhibe hoje uma de suas composições mais plurais, do ponto de vista ideológico, o que é positivo. Mas isso não pode redundar em falta de unidade ou clareza nas deliberações. Processos fundamentais —como nos casos Battisti e Ficha Limpa— foram decididos após situação de impasse na Corte e resultaram em fundamentações atabalhoadas. Com a impressionante proximidade dos votos dos ministros, reduz-se a possibilidade de o cidadão entender e valorizar os julgamentos.

Seria importante que o próximo ministro viesse ajudar na confecção de decisões lapidares e bem fundamentadas, que de fato condensem a opinião majoritária do tribunal —e não um agregado confuso de opiniões minoritárias.

Para isso, ele ou ela deve ser um articulador, capaz de negociar e redigir votos que dialoguem com as preocupações dos colegas. Escusado dizer que, para exercer tal papel, sua trajetória deve despertar o respeito dos pares. Se oriundo do próprio Judiciário, deve ser capaz de expurgar motivações corporativas de seus votos.

Por fim, o ministro necessita ter consciência de que o ativismo do STF deve manifestar-se nos autos. Debates acalorados com integrantes do Executivo, articulação frequente com membros do Legislativo e pendor para entrevistas bombásticas não enriquecem o perfil desejável para o Supremo.

21 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Escolta para juíza morta foi negada pelo TJ em 2009

Decisão, diferente do que tribunal tem afirmado, está em processo administrativo ao qual Folha teve acesso

Ontem, um protesto em Niterói reuniu cerca de cem pessoas contra o assassinato de Patrícia Acioli, há dez dias

**ELVIRA LOBATO
ITALO NOGUEIRA
DO RIO**

Processo administrativo ao qual a **Folha** teve acesso revela que o Tribunal de Justiça do Rio negou, em 2009, escolta para a juíza Patrícia Acioli, diferentemente do que a instituição tem afirmado desde que a magistrada foi assassinada, há dez dias.

A recusa aconteceu em fevereiro de 2009 e está documentada em despacho da magistrada Sandra Kayat, no qual ela determina o arquivamento do pedido de escolta

“por não vislumbrar a necessidade de adoção de qualquer medida extraordinária de segurança”.

Segundo o despacho, a decisão de negar a escolta foi do então presidente do Tribunal de Justiça e atual presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), Luiz Zveiter.

Depois do assassinato da juíza, Zveiter declarou que a escolta foi retirada em 2007, quando ele ainda não era presidente do TJ, e a pedido da própria magistrada. Zveiter afirmou que não tinha havido nenhum pedido de escolta para a juíza durante sua gestão como presidente do TJ. Ele ocupou o cargo entre 2009 e o início deste ano.

Zveiter não foi localizado ontem para comentar o despacho. O TJ afirmou que só se pronunciaria amanhã.

A comprovação de que o TJ

negou a escolta foi descoberta pelo advogado da família da juíza, Têcio Lins e Silva. O despacho consta de um processo administrativo iniciado em 2008 e que está no arquivo central do TJ.

Lins e Silva afirmou que pedirá o desarquivamento do processo amanhã, para saber seu teor.

Ontem, houve mais um ato de protesto contra o assassinato da juíza, desta vez, na praia de Icaraí, em Niterói.

O evento reuniu cerca de cem pessoas, entre familiares, amigos, estudantes de direito e militantes da organização não governamental Rio de Paz.

Um dos filhos da juíza pregou uma faixa com a palavra democracia em uma cruz fincada na praia.

CONTINUA

SEM 21 AGO 2011 limites

Obcecada pelo trabalho, juíza morta na região metropolitana do Rio com 21 tiros era considerada **rígida e impulsiva** dentro e fora do tribunal

Quando ouvia comentários sobre a criação de um novo Tribunal do Júri em São Gonçalo, a juíza Patrícia Loureiro Acioli, torcia o nariz.

Único tribunal da cidade, é o que mais faz júris no Estado —o dobro de alguns da capital. Mesmo assim, ela achava que nenhum outro magistrado se empenharia como ela nos processos.

Dedicada, a juíza —morta com 21 tiros no dia 11— tinha relação quase pessoal com os processos que conduzia. Era considerada centralizadora e, para alguns, se excedia ao inquirir os réus.

A principal suspeita para o crime é que Patrícia, 47, tenha sido assassinada pelo que, formalmente, não fazia: condenar grupos de extermínio, milícias e quadrilhas formadas por policiais.

No Tribunal do Júri, o futuro dos réus não dependia dela, mas sim dos jurados. O responsável por colocá-los naquela situação é o Ministério Público, que os denuncia. Na teoria, a ela caberia apenas aplicar a pena.

Por ser a única juíza, personificou as condenações numa das cidades mais violentas do Rio. Definiu a pena de cerca de 70 policiais nos 12 anos que ficou à frente da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo. Recebeu mais de 30 informes sobre ameaças.

“Ela gostava muito do trabalho”, conta o enteado de 20 anos, que conviveu com ela desde os três anos. Ele também decidiu cursar direito, apesar da resistência dela. “Ela dizia: ‘Não faça, que você vai sofrer’.”

TEMPERAMENTO FORTE

Obsessiva com o trabalho, chegava cedo e não tinha hora para sair, conta o técnico Claudio Castro, que trabalhava em seu gabinete.

“Ela estaria de férias neste mês, mas, pela segunda vez no ano, quis continuar no trabalho”, diz Castro.

Em audiências, por vezes, ameaçou prender testemunhas, réus e até peritos quando suspeitava que estivessem mentindo. Para alguns advogados, cometia “abuso de poder”. Para colegas, ela “não aceitava ser enrolada”. Mas sempre evitava deixar o réu com algemas no tribunal.

O temperamento forte também se manifestava fora da corte. Ao ver um namorado ser ameaçado de morte durante uma festa de rua, perseguiu o algoz até sua casa e chamou a polícia para prendê-lo em flagrante. Após um tempo de discussão, desistiu da medida.

Foi repreendida pelo então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Zveiter, por supostamente “pegar testemunhas, levar para uma sala e determinar o que deveriam dizer”. Não aceitou a bronca.

Patrícia se envolvia pessoalmente com os casos que julgava. Quando defensora pública, adotou informalmente três adolescentes que atendera. Durante o jogo entre Brasil e Chile no Maracanã em 1989, atracou-se com um PM que agredia um jovem. Acabou na delegacia.

ANTES DO TRIBUNAL

Para colegas de faculdade, a juíza mantinha a determinação com que lutava por seus ideais na faculdade: “defender os pobres contra a injustiça social”.

Participou do centro acadêmico da Faculdade de Direito da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Com colegas, expulsou um professor da sala de aula por discordar de seus métodos.

Gostava de andar “à vontade”: usava calça jeans, blusinha de malha, sandália rasteira ou sapatilha.

“Nunca conheci uma pessoa que não se importasse com consumismo como ela.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 AGO 2011

Nunca vi Patrícia usando joias, sapato alto ou bolsa de grife. Gostava só de brincos, cuidar dos cabelos e um "batonzinho", lembrou a amiga Rosana Chagas, juíza.

Flamenguista, Patrícia gostava de esportes radicais. Escalou a pedra da Gávea e queria saltar de parapente.

Casou-se com Wilson Júnior em 1993. Eles se conheceram em Volta Redonda, onde iniciara a magistratura. Ficaram juntos por 11 anos.

Em 2004, iniciou relacionamento com o cabo Marcelo Poubel, que fazia sua segurança. Mantiveram o namoro até fevereiro, e o haviam retornado recentemente.

Em razão das ameaças, a juíza mantinha uma pistola em casa. Treinava tiro, mas não a levava ao trabalho.

POLICIAIS

Após passar por varas da Infância e da Juventude, assumiu em 1999 a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, a segunda maior cidade do Estado. O município convive com disputa entre milícias, grupos de extermínio, máfia de vans e traficantes. Por comandar o único Tribunal do Júri da cidade — responsável por julgar crimes contra a vida—, Patrícia participava de todos esses processos.

Fez pós-graduação em justiça criminal e segurança pública na UFF (Universidade Federal Fluminense). Numa das aulas, discutiu com um major que defendia a política de confronto. E desabafou sobre uma das suas atividades: julgar PMs.

"[Prender PM] é o que eu faço todo dia. Justamente por isso, eu fico muito mal. Muitas vezes, eu vejo um policial sentado... Um homem honrado, uma pessoa de bem tomando 40 anos de prisão porque ninguém do Estado vai lá para dizer que foi ele que deu essa orientação."

TRAJETÓRIA

1989

Nomeada Defensora Pública

1993

Passa em concurso e assume como juíza em Volta Redonda

1999

Chega à 4ª Vara Criminal de São Gonçalo

2002

Passa a andar com seguranças do Tribunal de Justiça

2007

TJ retira a equipe de segurança

2009

PF descobre ameaça feita pelo bicheiro Luís Anderson Coutinho

2011

Patrícia Acioli é morta com 21 tiros quando chegava em casa em Niterói

1.305

são os processos existentes na 4ª Vara Criminal de São Gonçalo

50

são os casos de auto de resistência (morte em confronto com a polícia) a serem julgados. Todos envolvem policiais

90

júris foram realizados em 2010 na 4ª Vara Criminal (pouco mais de 7 julgamentos por mês)

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 21 AGO 2011

PATRÍCIA ACIOLI Juíza assassinada no dia 11 mantinha os ideais da época de faculdade, dizem colegas



Acima e à esq., Patricia de bermuda preta e blusa cinza, com a turma de direito da UERJ; à dir., em 1987, em sua formatura

- > Patricia Aciole
- > nascida em 14/02/1964, em Niterói - 47 anos
- > Duas filhas e um enteado

RAIO-X DE SÃO GONÇALO

Taxa de homicídio (2010)	40,4 homicídios / 100 mil habitantes (a taxa média no RJ é de 29,8 / 100 mil habitantes)
População (2010)	999.728
PIB per capita (2008)	R\$ 8.327,65



21 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Casal suspeito de sequestro registrou menina em 2 dias

S., 7, virou 'filha legítima' de dona de casa
e aposentado em cidade de MG

**Oficial de cartório diz
que suspeitos
cumpriram todos os
requisitos para fazer o
documento da criança**

Dois dias depois de, segundo a polícia, sequestrar a menina S. de 7 anos em uma feira de artesanato na cidade de Contagem (região metropolitana de Belo Horizonte), a dona de casa Neli Maria Neves, 53, já tinha "legalizado" a aquisição do novo membro de sua família.

Bastou ir a um cartório em São Joaquim de Bicas, cidade vizinha, e cumprir três requisitos para S., que tem pai, mãe e irmãos biológicos vivos — e já era registrada —, tornar-se, no dia 9 de agosto, de uma penada, "filha legítima" de Neli e de seu companheiro, o PM aposentado Jair Narcizo de Lacerda, 65.

O oficial substituto do cartório de São Joaquim de Bicas, Audaces da Silva Maia, disse à **Folha** que o casal cumpriu todos os requisitos legais para fazer o registro da menina. Ou seja:

1. Apresentou comprovante de residência (era falso soube-se depois, já que a dupla não mora em São Joaquim, mas em Contagem).

2. Apresentou duas testemunhas, parentes de Neli, que declararam ter visto a mulher grávida da menina.

3. Apresentou uma boa história: quando o escrivão pediu a Neli documento da maternidade comprovando o parto, ela argumentou que havia dado à luz em casa. O cartório quis saber o porquê da demora no registro.

Neli respondeu que ela e o companheiro haviam se separado, e que voltaram às boas, razão pela qual regularizariam a situação de S..

O cartório acreditou em tudo e lavrou a certidão. S. mudaria apenas o sobrenome. "Se não fizessemos a certidão, corríamos o risco de levar bronca do juiz. Os cartórios não podem negar o documento fundamental para a pessoa existir como detentora de direitos", defende-se oficial do cartório.

O caso foi desvendado pela equipe da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida da polícia mineira.

Divulgado o seu retrato falado, a suposta sequestradora tratou de devolver a menina para uma família conhecida, e de mudar a cor e o corte do cabelo, para não ser reconhecida. Mas foi. Na última terça-feira, a delegada Cristina Coelli, 49, fez a prisão.

"Esse episódio é muito preocupante. Veja, a nova certidão era de verdade e o

cartório existe. Mesmo baseada em fato inexistente [o parentesco entre o casal e a menina], o documento tinha valor de verdade. Com o documento, a sequestradora poderia até retirar a criança do país", afirma a delegada.

Segundo a policial, registros tardios de nascimento — aqueles que são feitos muito tempo depois do parto — deveriam ser sempre cruzados com as listas de desaparecidos dos Estados (o Ministério da Justiça registra mais de 10 mil em todo o país). Isso ainda não é a norma.

A Divisão de Desaparecidos está agora às voltas para entender as motivações do suposto sequestro da menina S., já que não houve pedido de resgate. Também investiga a situação da jovem de 24 anos, que vivia com o casal e que também foi registrada como filha, sem sê-lo.

A polícia já sabe que a moça é filha biológica de uma tia alcoolista de Neli. Teria um déficit cognitivo e um forte apego emocional a sua suposta captora.

No bairro de Fonte Grande, em Contagem, vizinhos afirmam que ela cursou a escola, que ocupava um apartamento normal na casa em que vivia com o casal, e que saía à rua sempre acompanhada pela "mãe". Não estaria drogada ao ser encontrada, como chegou a ser divulgado.

21 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Borracheiro é condenado a 15 anos pela morte de ex-mulher em MG

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE BELO HORIZONTE - Um borracheiro que matou a ex-mulher no ano passado dentro do salão de beleza da vítima, na região de Venda Nova, em Belo Horizonte, foi condenado na sexta-feira a 15 anos de prisão.

A princípio, o júri condenou Fábio Willian Silva Soares a uma pena de 16 anos. Mas, como ele era réu primário e con-

fessou o assassinato, a Justiça diminuiu a pena em um ano. Defesa e acusação afirmaram que vão recorrer da decisão.

Familiares de Maria Islaine Moraes mostraram-se satisfeitos com a sentença. A cabeleireira havia registrado diversos BOs denunciando as ameaças que sofria. Quando ela morreu, a família entregou cópias de oito queixas à polícia.

Justiça manda retirar outdoor evangélico criticado por gays

DE RIBEIRÃO PRETO - A Justiça de Ribeirão Preto (313 km de São Paulo) determinou a retirada da mensagem com citações evangélicas em um outdoor que gerou críticas pelo movimento gay da cidade.

A liminar foi concedida para ação civil pública movida pela Defensoria Pública de Ribeirão. Segundo o defensor público Victor Hugo Albernaz,

a decisão determina a imediata retirada, sob pena de multa de R\$ 10 mil.

A obrigação de retirada foi dirigida à Casa de Oração, igreja evangélica autora das mensagens, e à Nobili Painéis, proprietária do outdoor.

À **Folha** o pastor Antonio Hernandes Lopes disse que só se manifestará após ser notificado.

22 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Sob risco de punição, magistrados de SP aceleram processos

Desembargadores com acúmulo de ações paradas são retirados das causas e precisam explicar razão da demora

Apoio à medida não é unânime; pelo menos três juízes anteciparam aposentadoria para evitar eventual punição

DANIEL RONCAGLIA
DE SÃO PAULO

Uma norma baixada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo há cinco meses para punir magistrados improdutivos contribuiu para acelerar o julgamento dos milhares de recursos processuais que congestionam o Judiciário do Estado.

De janeiro a julho deste ano, os desembargadores paulistas despacharam 314 mil recursos que chegaram à segunda instância, 23% a mais que no mesmo período do ano passado.

Como não houve aumento no número de desembargadores, o TJ acredita que a maior produtividade pode ser resultado da norma.

Pressionado pela necessidade de cumprir metas estabelecidas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o Órgão Especial do tribunal baixou em março uma resolução para fiscalizar com rigor o trabalho dos magistrados.

O texto determina que de-

seembargadores com acúmulo de processos parados sejam retirados das causas e justifiquem a demora. Ele também pede explicações dos magistrados com produtividade igual ou inferior a 70% da média de seus pares.

As punições incluem aposentadoria compulsória e afastamento remunerado.

A resolução também fez os magistrados com melhor desempenho vigiarem os mais lentos, já que esses receberam parte dos processos que estão parados.

Foi dado um prazo de 120 dias para que fossem julgados processos iniciados até dezembro de 2006, ou de 2007 caso envolvam homicídios e crimes contra a vida.

Até o final do mês, o tribunal deverá divulgar um balanço dos 47 mil processos dessa lista.

MONITORAMENTO

Em um primeiro momento após a edição da resolução, os desembargadores com mais de 3.000 processos em mãos foram questionados.

Segundo o CNJ, dos 441 magistrados na segunda instância, 56 tinham esse volume de ações em março. Agora, o número caiu para 33.

Nesse período, três chegaram a responder a um pro-

cesso administrativo pela baixa produtividade.

Com isso, tornou-se comum que sessões de câmara se prolongassem até depois das 21h e que funcionários fossem convocados para trabalhar no final de semana.

Para o presidente da Seção de Direito Criminal do TJ, Ciro Pinheiro e Campos, a resolução serviu para "conscientizar" os magistrados do problema no tribunal. "Houve uma predisposição de todo mundo trabalhar."

O vice-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Marcos da Costa, afirmou que a categoria percebeu uma maior agilidade nos julgamentos.

Para ele, no entanto, não é possível saber se a norma resolveu a lentidão. "No longo prazo não sabemos se a medida será suficiente."

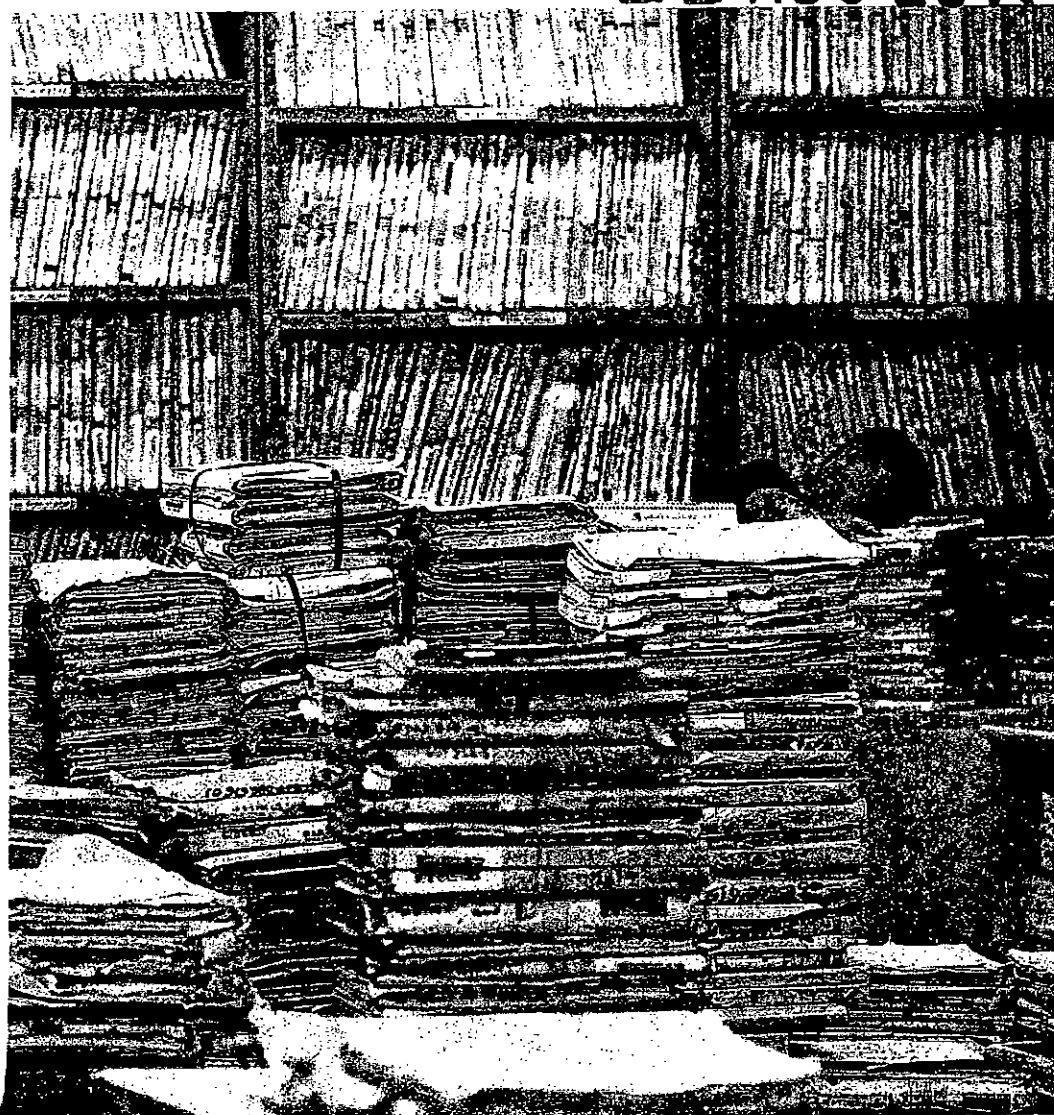
A medida não foi unanimidade no TJ. Pelo menos três desembargadores anteciparam aposentadoria para evitar eventual punição.

Um deles atacou a medida em carta aos colegas. "Sombrios tempos vive nossa corte, (...) pois, sob os influxos inquisitoriais e midiáticos vindos de Brasília, pretende dar valor, apenas, ao juiz moderno", afirmou Antônio Carlos Vieira de Moraes.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

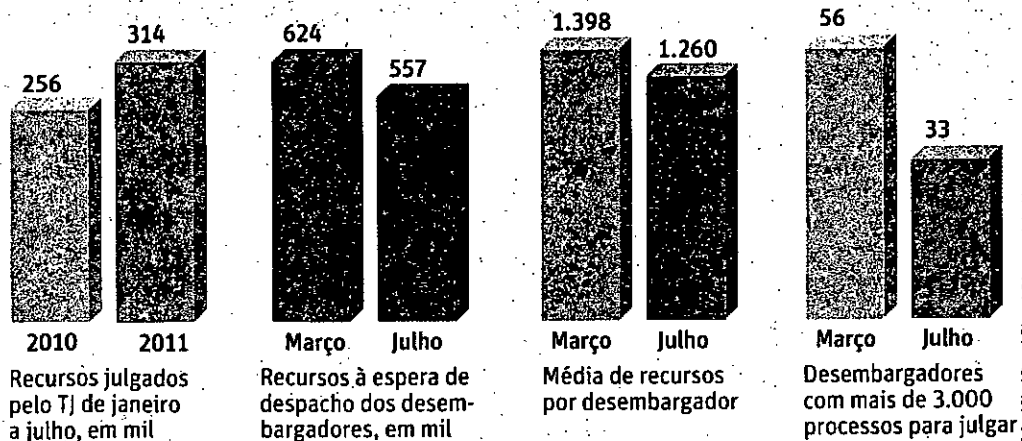
CONTINUAÇÃO 22 AGO 2011



Funcionário trabalha entre pilhas de processos em cartório do TJ de São Paulo

LIMPEZA NO CARTÓRIO

Criação de norma que pune magistrados improdutivos, em março, acelerou julgamento de recursos em São Paulo



22 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Aposentadoria precoce

Com espírito jocoso, talvez seja o caso de observar que já não se fazem idosos como antigamente.

O chiste não inspira saudosismo —ao contrário. É que os padrões de longevidade e a própria imagem da velhice mudaram, para melhor, nas últimas décadas.

Ainda provoca admiração, mas se torna cada vez mais comum a presença, no cenário público, de pessoas que, aos 80, 90 ou mesmo 100 anos, mantêm atividade nas suas áreas profissionais.

Se uma figura como Oscar Niemeyer é, sem dúvida, uma exceção, dificilmente a lucidez e a disposição intelectual de um crítico como Antonio Candido (aos 93) ou do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (que comemorou seus 80) correspondem à imagem, antes tão corrente, de uma extrema ancianidade.

Outros exemplos poderiam ser invocados (e tenderão a ser mais frequentes no futuro) a propósito de uma norma constitucional que, sem dúvida, cumpre reconsiderar.

Não corresponde, com efeito, à realidade contemporânea a regra que determina a aposentadoria compulsória dos funcionários públicos ao completarem 70 anos.

A norma, que consta do artigo 40 da Constituição, tinha sua razão de ser e esta **Folha** a endossou em editorial —quando se procura-

va, em especial no Judiciário, zelar pela renovação das estruturas.

Já não parece razoável, todavia, a ideia de que, aos 70, o magistrado ou o servidor público se encontrem no crepúsculo da carreira.

Um projeto de emenda constitucional coloquialmente denominado de “PEC da bengala” foi apresentado no Congresso em 2005. Se vale insistir na imagem, não caminhou muito nos corredores do Legislativo desde então.

Na verdade, procurava-se resolver uma situação específica nos tribunais superiores (fixando a aposentadoria compulsória aos 75, e não mais aos 70 anos), enquanto a extensão do mesmo princípio ao conjunto do funcionalismo público seria formulada em lei complementar.

Tanto pela nova realidade demográfica do país quanto pela necessidade de contar, cada vez mais, com mão de obra qualificada na administração pública, não parece exagerado o limite de 75 anos para a carreira de servidor.

A aposentadoria compulsória aos 70 anos, tal como prevista na Constituição, é que envelheceu —e parece ser a lentidão dos procedimentos legislativos no Brasil a única razão para que se mantenha inalterada.

22 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO PAUTA POLÊMICA

O próximo assunto polêmico a ser apreciado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) é a autorização para a realização de aborto em casos de anencefalia, em que a má formação do encéfalo impede o bebê de sobreviver após o nascimento. O processo deve voltar à pauta assim que a presidente Dilma Rousseff nomear o substituto para a vaga de Ellen Gracie, que acaba de se aposentar.

PASSO ADIANTE

A expectativa no próprio STF é que agora a autorização para o aborto seja aprovada sem dificuldades, na esteira do resultado do julgamento que permitiu a união homoafetiva. E também porque imagina-se que a presidente Dilma Rousseff acabe nomeando ministro de perfil liberal nessas questões.

BENGALA

E o presidente do Supremo, Cezar Peluso, garantiu a vários colegas que o clima está "muito bom" ou "ótimo" para a aprovação da PEC da bengala. Ela permitiria que os ministros só se aposentassem no STF ao completar 75 anos — e não 70, como é hoje. Peluso é diretamente beneficiado. Pelas regras atuais, ele se aposenta em setembro de 2012.

MÔNICA BERGAMO BIBLIOTECA JURÍDICA

O jurista Modesto Carvalho autografou o livro "Acordo de Acionistas - Homenagem a Celso Barbi Filho", em seu escritório de advocacia nos Jardins. Passaram por lá muitos advogados. Entre eles, Otávio Yazbek.

PAÍNEL DO LEITOR STF

Interessante o editorial "Escolha no Supremo" (**Opinião**, ontem). Entre as questões que o tema suscita, duas merecem atenção: a necessidade de ter como critério material da escolha uma análise sobre a conduta do indicado em relação aos direitos humanos e, em uma perspectiva de médio prazo, a regulamentação do procedimento de indicação presidencial, estabelecendo mecanismos de controle e participação social para esse importante momento da política de Justiça no Brasil.

ANTONIO SERGIO ESCRIVÃO FILHO (Brasília, DF)

FOLHA DE S. PAULO

Miopia

FAUSTO MARTIN DE SANCTIS

22 AGO 2011

Chamar de política uma ação que é proveniente da Justiça Federal, resultado da atuação do Ministério Público e da polícia, seria uma temeridade

Autoridades têm desqualificado as ações que prenderam 36 pessoas na Operação Voucher, deflagrada em 9/8. A crítica restringe-se ao número de prisões, à exposição e ao uso de algemas. Não há censura semelhante para presos comuns.

Alegar motivação política pode desviar o foco e encobrir muitos "pecados". Não houve a mesma indignação quanto aos próprios fatos que envolveriam homens públicos de altos escalões do Ministério do Turismo, tampouco ao relacionamento, em tese, promíscuo de um grupo que repassaria recursos para empresas fictícias.

Deixam a impressão de que ignoram a perplexidade de todos pela notícia da apropriação privada do bem público. Com sutileza, passam-se mensagens negativas: em política tudo é permitido e faz parte das regras do jogo.

Aparentemente, não seriam mais capazes de discernir entre trabalho sério-investigativo do Estado e as ambições do poder. Até os fatos virem à tona, a liberdade de seus protagonistas seria, em tese, total.

Os personagens agora são outros, mas os fatos são os mesmos de sempre. O sistema criminal tímido estimularia tais crimes? Não teria havido aloprada ação estatal, como alguns insistem em divulgar, já que recursos públicos estariam sangrando e as algemas atenderiam a norma universal de segurança.

Chamar de política a ação proveniente da Justiça Federal, resultado da atuação do Ministério Público e da polícia, seria uma temeridade. Não se pode de antemão qualificar investigados como vítimas quando, sendo de Direito, o Estado age em nome de todos e pautado na lei.

Se existem elementos, espera-se atuação com rigor. Nesta ação, homens públicos poderosos certamente sentem que as leis podem atingi-los tão duramente quanto a qualquer um. Um sistema judicial que, independentemente da consagração da presunção de inocência, aja de maneira implacável.

E aí as coisas deveriam ser vistas com um cristal distinto, e não mais pela seguinte (des)orientação: desnecessidade de algemas e de publicidade de decisões judiciais, muito menos prisão, até porque sempre faltaria algum dado concreto; esta deveria ser evitada, mesmo no caso de ameaças, destruição de provas, quadrilha ou bando (este tido por não grave).

Seria determinante a substituição da prisão por uma medida alternativa (recolhimento noturno em casa, proibição de se aproximar da vítima ou de se ausentar da cidade...), mesmo que patente a impossibilidade de controle; quanto à fuga, um direito, e não a frustração à aplicação da lei.

O estrangeiro possuiria a faculdade de ser ouvido onde reside, mesmo que isso representasse a inutilidade da eventual pena; a credibilidade da vítima, das autoridades processantes e da lei seria colocada em xeque.

O homem é capaz do melhor e do pior, dependendo se desassociado do direito e da justiça. Deve-se observar os abismos da alma, como aconselhava Chamfort, para talvez concluir pela desmedida ambição que anima e domina certas ações, evitando tomar o dito pelo não dito.

Severidade extremada ou suavidade excessiva não podem ser as respostas de um sistema punitivo, que deve ter existência real e demandar tratamento sempre equânime. Tal forma de agir das instituições é que as torna legítimas.

Aliás, códigos de conduta não discriminam. Não se pode aceitar, creia-se, que seja bom e normal viver nas condições da faixa de Gaza, ainda que, aqui ou acolá, atitudes ufanistas encubram a ordem do dia. Revelam olhares sombrios e obtusos sobre o que seja vida justa em comum.

FAUSTO MARTIN DE SANCTIS é juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e escritor.

22 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

OAB discute licença-natalidade e igualdade para casais gays

Estatuto busca estender casamento e adoção a homossexuais

JOHANNA NUBLAT
NÁDIA GUERLEND
DE BRASÍLIA

Casamento e divórcio, proteção contra a violência doméstica, acesso à adoção e à herança, além de punição a atos discriminatórios.

Esses são alguns dos direitos garantidos hoje a heterossexuais que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pretende estender a homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais.

Um anteprojeto de lei e uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) foram elaborados pela comissão de diversidade sexual do Conselho Federal da ordem e serão apresentados na terça-feira.

O anteprojeto cria o Estatuto da Diversidade Sexual, que prevê, por exemplo, que a administração pública ofereça iguais oportunidades de trabalho, além de criminalizar a homofobia —o que pode superar a atual discussão sobre o tema no Congresso.

Os direitos do estatuto não poderão ser ignorados pelos legisladores, diz Maria Benedita Dias, presidente da comissão. “Um dia vão ter que aprovar”, disse em evento.

O estatuto aborda um tema controverso: quando fazer a cirurgia em intersexuais —pessoas cujo sexo não é identificado como padrão masculino ou feminino, tratadas no passado por “hermafroditas”.

O anteprojeto proíbe cirur-

gias irreversíveis em crianças intersexuais. Isso se não houver risco de morte.

Para Anibal Guimarães, colaborador do texto, é melhor que a decisão sobre a cirurgia seja tomada quando a pessoa tiver maturidade para entender o diagnóstico.

No Hospital das Clínicas de São Paulo a cirurgia é feita tão logo se identifique o distúrbio. “É mais saudável que deixar a criança ser criada ambigualmente, até ter o poder de decidir”, diz Elaine Costa, supervisora do serviço que atende esses pacientes.

LICENÇA-NATALIDADE

As propostas atingem também os heterossexuais, com a substituição das licenças

maternidade e paternidade pela “licença-natalidade”, usufruída independentemente do sexo e da orientação sexual. Nos primeiros 15 dias após o nascimento ou a adoção, ambos teriam a licença. Nos outros seis meses, os pais podem se alternar.

O estatuto precisa ser aprovado pelo pleno do Conselho Federal da OAB, antes de ser levado ao Congresso.

Para garantir que as medidas não esbarrem na inconstitucionalidade, a comissão elaborou uma PEC que institui o casamento civil independente de orientação sexual, a licença-natalidade e bane a discriminação em função de orientação sexual ou identidade de gênero.

> SAIBA MAIS

Decisões sobre casamento gay são contraditórias

DE BRASÍLIA

Três meses depois de o STF reconhecer as uniões homoafetivas, e na ausência de legislação específica, juízes têm dado decisões desencontradas sobre o casamento civil.

Antes, os casais pediam a declaração de união estável e só depois tentavam converter para o casamento,

com base no artigo da Constituição, que obriga a facilitar a conversão.

No último mês, ao menos três decisões no Estado de São Paulo autorizaram o casamento direto de homossexuais, nos moldes do heterossexual. Mas em Santo André, ABC paulista, a simples conversão foi negada.

“Acho que a juíza ainda não nos reconhece como humanos”, diz José Roberto Arns, 34. Ele e o companheiro estão juntos há oito anos e moram com a filha de Arns. O casal afirma que vai insistir pelos direitos.

TRIBUNA DO PARANÁ

x  Ética

Marcado pra terça-feira novo depoimento do presidente da Câmara. Deputado faz mais uma denúncia: o jornal fantasma

Sessão secreta

O presidente do Conselho de Ética da Câmara de Curitiba, Francisco Garcez (PSDB), marcou para terça-feira a reunião fechada para ouvir o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB) sobre as questões que o parlamentar não quis responder na sessão de quinta-feira por considerar de foro íntimo. Nesta sessão, Derosso voltará a ser questionado sobre a participação de sua esposa, Cláudia Queiroz Guedes, nos contratos de publicidade da Casa.

A principal denúncia contra o presidente da Câmara é ter favorecido a agência de Cláudia Queiroz Guedes nas licitações e aditivos de publicidade da Casa entre 2006 e 2010, mas, no depoimento de quinta-feira, Derosso não respondeu a nenhum questionamento que citasse o nome de sua mulher, alegando constrangimento desnecessário e tendo a garantia do presidente do conselho que seria novamente ouvido em sessão fechada.

Jornal fantasma

Na sessão secreta de terça-feira, Derosso também poderá ser questionado a respeito do jornal "Câmara em Ação", para o qual teriam sido destinados R\$ 16,6 milhões entre 2004 e 2010, mas não há registros da existência do periódico. A vereadora Professora Josete (PT) pretende protocolar representação no Conselho de Ética na próxima sessão do conselho (provavelmente segunda-feira) com a denúncia sobre o "jornal fantasma", que teria Cláudia Queiroz Guedes como jornalista responsável.

A denúncia sobre o jornal já foi protocolada no Ministério Público pelo deputado federal Dr. Rosinha (PT). O "Câmara em Ação" seria uma publicação impressa mensal da Câmara de Curitiba, mas não foram encontrados registros de sua distribuição. "Ou o jornal simplesmente não era impresso ou, no mínimo, a tiragem oficial, que consta dos pagamentos milionários feitos à empresa Visão Publicidade, está muito, mas muito superfaturada", afirma Rosinha. "Conversamos com vários vereadores e ex-vereadores, é também com servidores que há anos trabalham na Câmara de Curitiba, e ninguém nunca viu um único exemplar desse jornal impresso.

"Como se explica que nem mesmo a biblioteca da Casa tenha ao menos um exemplar de cada edição do jornal financiado pela Câmara? Nem ao menos para arquivo", disse Josete, que só encontrou o jornal em formato PDF no site da Câmara.

20 AGO 2011



Derosso: contratos.

20 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Blindagem

O presidente de Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, determinou a aquisição de automóvel blindado e coletes à prova de balas, que serão usados por juizes que receberem ameaças.

20 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Supremo vai regulamentar prazo do aviso prévio

Os empresários da indústria, da agricultura, dos serviços e comércios, do sistema financeiro e dos transportes concordaram em conceder aviso prévio proporcional de até 90 dias, informou ontem Robson Braga, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O assunto será regulamentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os empresários, segundo Braga, concordaram com a manutenção do prazo atual de 30 dias, com acréscimo de três dias por ano trabalhado - limitado ao período de 20 anos. Com isso, o prazo máximo do aviso prévio subiria para até 90 dias, desde que o trabalhador tenha trabalhado durante 20 anos na empresa.

O aviso prévio é um direito garantido pela Constituição, mas até agora não foi regulamentado pelo Congresso. O trabalhador tem, atualmente, direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo o período mínimo de 30 dias, conforme a Constituição. Diante da falta de regulamentação, convencionou-se pagar 30 dias, independente do tempo de trabalho do funcionário.

Em documento entregue formalmente ao ministro do STF, porém, os empresários propuseram a manutenção do prazo de 30 dias, com um acréscimo de um dia por ano trabalhado, e não três. A proposta dos empresários, ainda de acordo com o documento, só valeria para novas demissões.

Saúde

A Promotoria de Justiça de Defesa de Saúde Pública propôs nova ação civil pública contra o Estado questionando a falta de investimentos suficientes na área da saúde.

TRIBUNA DO PARANÁ

Crônicas de Mara

mara@tribunadoparana.com.br

21 AGO 2011

É hora de reagir

Com uma irônica salva de 21 tiros destinada a autoridades máximas e personalidades, a juíza Patrícia Acioli de Niterói (RJ) foi assassinada covardemente, quando chegava em casa, após mais um dia de intenso trabalho. Ela combatia o crime organizado, como todos sabem, e colocou muitos marmanjos bandidos na cadeia, inclusive policiais que jogavam no time adversário.

A morte de Patrícia deixou todos nós de luto. Cada bala que atravessou seu corpo franzino que abrigava uma coragem indescritível atravessou também o coração do brasileiro. Ali não foi assassinada apenas uma mulher, mãe de família e trabalhadora honesta. Foi morta também a dignidade de todo um País. Não podemos permitir de coisas assim tornem a acontecer. É hora de reagir. O crime organizado tem que sofrer um revés a altura de sua ousadia e os demônios sanguinários que dele participam precisam conhecer o peso da mão da Justiça.

Não se caíem às vozes nem se intimidem os cidadãos de bem. Estamos todos mortalmente feridos, mas juntos encontraremos as forças necessárias para exorcizar estes satãs que querem subjugar os homens de boa vontade, explorando-

os pela violência e pelo derramamento de sangue. Trata-se de bestas que falam a linguagem das armas, das drogas e do dinheiro sujo. Parecem muitos, mas são minoria. Parecem inteligentes, mas são acéfalos nos quesitos respeito e dignidade. Tumores malignos da sociedade, precisam ser extirpados para que os corações de todos nós possam bater em paz.

Paz é tudo o que queremos. Por isso, é justo que atendamos o pedido do presidente da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro, Antônio César Siqueira, que após a morte de Patrícia, afirmou: "Mais do que nunca, a Magistratura precisa do apoio da sociedade para cumprir sua tarefa como guardiã da Justiça, em defesa do Estado de Direito e em favor de um país mais seguro, menos violento e capaz de garantir ao seu povo um dos mais essenciais direitos, que é o de ir e vir. Precisamos ter absoluta consciência de que é possível transformar nossa pátria numa terra onde nenhuma pessoa tenha sua vida ameaçada simplesmente por realizar o seu trabalho com eficiência, compromisso e responsabilidade. Lutar por esse ideal é uma dívida da Magistratura com a juíza Patrícia Acioli."

22 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Reabertura

O Tribunal de Justiça do Rio vai desarquivar o processo administrativo que concluiu ser desnecessária a escolta ou "qualquer medida extraordinária de segurança" para a juíza Patrícia Acioli, assassinada na porta de casa, em Niterói. Com a proteção especial à juíza descartada, o processo, aberto em setembro de 2008, foi arquivado em fevereiro de 2009, por determinação do desembargador Luiz Zveiter, presidente do TJ na época.

Proteção

Zveiter negou que Patrícia tenha pedido proteção ao tribunal. Segundo o desembargador, a juíza encaminhou informações do Disque Denúncia de que sua vida estava em risco, mas não formalizou qualquer solicitação de escolta.

Segurança

"Com o processo desarquivado, tudo será esclarecido. As informações do Disque Denúncia foram apuradas, mas não confirmadas. A juíza Patrícia foi comunicada do arquivamento do processo e não manifestou contrariedade. Em junho de 2009, quando estivemos juntos, ela também não pediu segurança", afirmou Zveiter, presidente do TRE.

20 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

A contratação de concursados

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) deve contribuir para a moralização dos concursos públicos no País. Em um julgamento que tem efeito vinculante vertical, ou seja, aplica-se a todos os casos do gênero em todas as instâncias, o STF entendeu que os aprovados em concursos públicos, dentro do número de vagas estabelecido no edital, têm direito à nomeação pelos órgãos da administração direta ou indireta que os promoveram. A decisão, que transforma uma expectativa de direito em direito líquido e certo, vem fazer justiça a inúmeros cidadãos que passaram em concursos, mas deixaram de ser nomeados por displicência, má-fé ou injunções políticas para os cargos aos quais se candidataram em concurso público. A decisão tem também a vantagem de aliviar a pressão sobre a Justiça, na qual tramitam milhares de ações de candidatos aprovados em concurso para vagas especificadas e que não foram aproveitados, apesar de julgamentos a seu favor até mesmo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mas a principal consequência da decisão é que os órgãos públicos deverão, de ora em diante, realizar concursos somente quando forem estritamente necessários para suprir vagas efetivamente existentes, em vez de trabalhar com base em estimativas muitas vezes infladas, como vinha ocorrendo.

O STF foi provocado por um

recurso extraordinário interposto pelo Estado de Mato Grosso, que questionava a obrigação da administração pública de nomear candidatos aprovados para o cargo de agente auxiliar de perícia da Polícia Civil. O governo daquele Estado terá agora de dar posse aos habilitados pelas provas a que foram submetidos.

Quanto à existência ou não de verbas específicas para tanto, a presunção é que elas constem do orçamento, condição essencial para que seja determinada a realização de concurso público. Ocorre, no entanto, que frequentemente as verbas

Decisão do STF define normas mais rígidas para a contratação de concursados

destinadas a esse fim são remanejadas pelos governos, razão pela qual eles deixam de admitir concursados em seus quadros permanentes. Há também os casos em que, as vagas realmente existem, mas foram preenchidas por funcionários interinos, que, incapazes de passar pelas provas de seleção, pressionam para continuar em seus cargos, contando com apadrinhamento político.

O STF não se pronunciou sobre o prazo de validade dos concursos públicos, geralmente de dois anos depois de divulgada a lista dos aprovados. Pode perfeitamente acontecer que um novo gestor público chegue à conclusão de que os concursos anteriormente marcados para preenchimento de

vagas se tornaram desnecessários em consequência de medidas de racionalização administrativa ou de economia de recursos. Em casos como esses, advogados especializados aconselham os concursados que suspeitem de que podem vir a ser prejudicados a entrar com uma mandado de segurança preventivo até 120 dias antes do término do prazo de validade do concurso, pleiteando uma liminar capaz de garantir a nomeação. Isso significa que a decisão do STF, apesar da amplitude de sua aplicação, não deve eliminar inteiramente as ações desse tipo na Justiça, embora deva reduzi-las consideravelmente.

De qualquer forma, a decisão do Supremo impõe ao poder público a adoção de critérios rigorosos antes de decidir pela abertura de concursos. Em primeiro lugar, as vagas de cargos burocráticos ou técnicos não deveriam ser ocupadas, em hipótese alguma, por interinos, o que, aliás, contraria disposições constitucionais. Isso se aplica também às empresas estatais, como, por exemplo, a Petrobrás.

Espera-se que o julgamento do STF surta efeito na contenção das despesas de pessoal no setor público, de acordo com uma política firme de austeridade fiscal. Significativamente, o Ministério do Planejamento congelou a realização de concursos em órgãos sob o seu controle. O número de nomeações autorizadas por aquela pasta, por sinal, foi 90% menor no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2010.

O Planalto, a PF e as prisões escandalosas

Quando nos deparamos com as notícias das últimas operações da Polícia Federal (PF) envolvendo o alto escalão do governo, convém indagar se o mais preocupante é o interesse do governo em saber da operação com antecedência ou a alegação da PF de que não precisa prestar contas de nada a ninguém.

Sim, porque ninguém duvida de que num Estado republicano é promíscua a interferência indevida do poder no desenvolvimento de atividades de polícia judiciária, mas todo mundo concorda que a PF está subordinada ao Executivo e não está, digamos, desobrigada de prestar contas de sua atuação aos escalões superiores, que, em última instância, são o ministro de Estado da Justiça e a presidente da República.

Causa certo espanto a afirmação do presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal no Estado de São Paulo, Amaury Portugal, de que os delegados não precisam dar satisfações de nada a ninguém, senão ao juiz do caso. É verdade que uma das funções institucionais da PF é dar cumprimento às decisões judiciais proferidas durante as investigações, tal como mandados de busca e apreensão e de prisão temporária ou preventiva. O fato de estar obrigado a cumprir a decisão judicial, sob pena de incorrer em crime de desobediência, porém, não exime de modo algum o delegado de se submeter às regras de hierarquia do Poder ao qual está subordinada, o Executivo.

A questão que se coloca, então, é se é lícito o Planalto saber da operação com antecedência, ou seja, antes de ela ser deflagrada. Sobre isso não existe regra

clara no nosso ordenamento, mas também não existe nenhuma norma que proíba a prévia comunicação.

A primeira vista parece estranho o interesse da presidente Dilma em conhecer os detalhes da operação antes da sua realização. Por outro lado, é preciso reconhecer que comunicar a existência da investigação e os deta-

Causa mais espanto a aparente insubordinação do órgão policial do que a curiosidade da presidente

lhes da operação que se avizinha não é obrigatoriamente ilegal.

O motivo para a questão ter atraído os olhos atentos da opinião pública não é, obviamente, o fato de a presidente Dilma querer saber da operação, mas o receio de que, ao tomar ciência prévia dela, o Planalto possa desvirtuar o objeto da investigação e influenciar a normal obtenção da prova.

Aqui parece situar-se o ponto fulcral da questão. Nosso ordenamento jurídico dispõe de mecanismos de proteção da legalidade, como a cominação de pena criminal para os agentes públicos que pratiquem ou deixem de praticar ato de ofício para satisfazer interesse pessoal, dando ordem, por exemplo, para que a operação seja abortada sem nenhum fundamento jurídico válido. Ou, pior até, prevê penas para quem fraude provas ou outros elementos da investigação com a operação já deflagrada, comunicando previamente os sujeitos alvos da operação, a fim de que previnam a descoberta de provas comprometedoras.

Veja-se, pois, que a questão toda gira em torno de uma presunção, qual seja, a de que a presidente poderia usar o poder que tem para frear a atuação policial; lo-

go, quando a PF busca evitar que a presidente saiba da operação, não está fazendo outra coisa senão questionar a credibilidade e as boas intenções da chefe do Executivo. Novamente não se sabe o que é mais grave, se o elo político estreito que liga o Planalto aos investigados ou a suspeita da PF de que o sucesso da operação correria risco se ela fosse antecipadamente comunicada à presidente da República.

O interesse prévio da presidente pelas investigações pode, no máximo, ser objeto de crítica política. E, nesse aspecto, não faltam bons argumentos para questionar sua atuação. O fato, porém, é que, do ponto de vista jurídico, causa mais espanto a aparente insubordinação do órgão policial do que a curiosidade demonstrada pelo Planalto tocante aos atos investigativos.

É sabido que o poder torna as pessoas mais suscetíveis à prática de atos ilegais. Essa, a propósito, é a força motriz dos casos de corrupção que assolam o País e desencadearam as recentes operações da PF. É certo também que, quanto maior o poder que a pessoa detém, maior a capacidade de ser subvertida a legalidade para a satisfação de interesses pessoais e políticos. É preciso, todavia, enfrentar os desafios do Estado de Direito dentro da legalidade, por mais difícil que isso possa ser. Não é porque a presidente tem, em tese, o poder – ou a mera possibilidade, na acepção vulgar da palavra – de atrapalhar as investigações que deveremos concordar, então, que seja anulada a subordinação da PF ao chefe do Poder Executivo.

CONTINUA

20 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com todo o respeito às opiniões contrárias, deveríamos propor-nos a fazer o exercício pedagógico de boa convivência republicana e eleger a lógica inversa à que está colocada. Deveríamos partir do pressuposto de que a presidente da República, tendo em vista a importância do cargo que ocupa e a legitimidade com que governa, eleita pela maioria da população para comandar o destino do País, não se arriscaria a sujar suas mãos com a lama que assola alguns setores do governo, sabedora de que sua permanência no cargo não resistiria um dia sequer caso viesse à tona alguma tentativa do Planalto, mínima que fosse, de acovardar os agentes policiais ou boicotar as investigações da PF.

Por mais difícil que seja confiar tamanho poder à presidente da República, isso ainda parece mais condizente com o espírito republicano do que permitir o afrouxamento dos laços que ligam a PF ao Poder Executivo, dando margem a que, em vez de prestar contas na linha hierárquica legalmente constituída – e prestar contas não implica perder a autonomia técnica –, o órgão de repressão estatal atue nos subterrâneos do poder anônimo, muito mais pernicioso à saúde do Estado de Direito, já tão combatida pelas mazelas estampadas todos os dias nas páginas dos jornais.

ADVOGADO CRIMINALISTA,
É CONSELHEIRO DA COMISSÃO
DE PRERROGATIVAS DA
SECCIONAL PAULISTA DA OAB

20 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

PARANÁ

Juiz terá colete à prova de bala e carro blindado

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, anunciou ontem investimento

de R\$ 300 mil para a compra de carros blindados e coletes à prova de bala para juízes ameaçados. No Rio, 29 veículos foram apreendidos em dois dias de operação contra o transporte irregular em São Gonçalo.

6 casos
DE AMEAÇAS
CONTRA JUÍZES
DO PARANÁ SÃO
INVESTIGADOS

A polícia não descarta o envolvimento da máfia das vans na morte da juíza Patrícia Acioli.

20 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Delegada pede prisão de Durval Barbosa no DF

Pivô do escândalo do 'mensalão do DEM' estaria obstruindo investigação e coagindo testemunhas, alega Adriana Aguiar; Justiça analisará pedido

Por obstruir as investigações, coagir testemunhas e prestar informações falsas, o ex-secretário Durval Barbosa, pivô do escândalo do "mensalão do DEM" do Distrito Federal, teve a prisão preventiva decretada ontem. O pedido foi feito pela delegada Adriana de Oliveira Aguiar, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

O pedido está nas mãos do juiz da 6.ª Vara Criminal de Brasília,

Sebastião Coelho da Silva. A representação da delegada incluiu o pedido de prisão preventiva de Kelly Cristina Melchior de Souza Barbosa Rodrigues, atual mulher de Durval. Foi pedida ainda a prisão temporária de Cleuza Bento Rodrigues, empregada doméstica da família do ex-secretário.

Apesar de ser conhecido pelo envolvimento no esquema de corrupção revelado em 2009 pela Operação Caixa de Pandora, o inquérito que fundamentou o pedido de prisão colheu indícios e provas de envolvimento de Durval e da atual mulher em crime de pedofilia.

O inquérito foi aberto em fevereiro passado, a partir de uma denúncia da ex-mulher do secretário, a empresária Fabiani Christine Silva Barbosa Rodrigues.

Fabiani acusa o ex-marido e Kelly de abusarem de duas crianças. Um laudo, com 50 páginas, elaborado por uma equipe de psicólogos da 1.ª Vara da Infância e da Juventude (VIJ), concluiu que houve abuso.

Os advogados de Durval, Mar-



Polícia Federal

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reforçou ontem à noite em São Paulo a defesa da corporação e disse que ela precisa ser cada vez mais autônoma para ser eficiente.

Pedofilia. Durval é acusado de abusar de duas crianças

gareth de Almeida e Dante Teixeira Maciel, dizem que a acusação é parte de um processo de vingança por parte da ex-mulher, que também foi denunciada pelo ex-secretário como beneficiária do esquema de corrupção montado no governo de José Roberto Arruda (DEM).

A quebra de sigilo telefônico no inquérito mostrou que a empregada Cleuza Rodrigues pressionava e ameaçava as demais empregadas da casa a depor contra a ex-mulher de Durval. O ex-secretário também usou os policiais da escolta que o protege como testemunha especial do caso do mensalão para investigar os passos da ex-mulher e das testemunhas do inquérito por abuso de crianças.

Cargo. Mesmo tendo sido investigado pela Polícia Civil do DF, na Operação Megabyte, no governo Joaquim Roriz (2003-2006), Durval Barbosa assumiu o cargo de Secretário de Relações Institucionais no governo de Arruda. Por comandar, com autorização de Arruda, um esquema de arrecadação e distribuição de propinas cobradas em contratos superfaturadas, Durval fez um acordo de delação premiada e transformou-se no principal denunciante da Operação Caixa de Pandora, da PF, deflagrada em novembro de 2009.

Sob monitoramento da Polícia Federal e do Ministério Público, Durval gravou centenas de vídeos com cenas de políticos e empresários pagando e recebendo propina. O inquérito do escândalo está com o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, à espera da denúncia. A deputada Jaqueline Roriz corre o risco de perder o mandato porque foi flagrada recebendo dinheiro em uma das gravações.

20 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Empresário tenta evitar aviso prévio retroativo

STF pode ampliar prazo de indenização e empresários até aceitam 90 dias de aviso prévio; corte dará a palavra final

Mariângela Gallucci/BRASÍLIA

O setor privado quer evitar que o Supremo Tribunal Federal (STF) defina uma nova regra para a concessão do aviso prévio com efeito retroativo, ou seja, que possa ser aplicada até mesmo para as demissões já feitas pelas empresas.

Em junho, os ministros da Corte decidiram que irão definir uma fórmula de cálculo do aviso devido aos trabalhadores em caso de demissão sem justa causa, para que o valor seja proporcional ao tempo de serviço.

O cálculo definido pelo Supremo será aplicado enquanto o Congresso Nacional não aprovar uma lei específica sobre o assunto.

Diante das possíveis repercussões sobre o caixa das companhias, dirigentes de confederações empresariais estiveram reunidos esta semana com o ministro Gilmar Mendes, relator do processo que levou a discussão do assunto no Supremo Tribunal Federal.

No encontro, os empresários entregaram um memorial ao ministro onde defendem que o tribunal deve, na verdade, fixar um prazo para que o Congresso regule o aviso prévio proporcional, como previsto na Constituição Federal de 1988, mas que nunca foi feito.

No entanto, se o Supremo realmente quiser definir as regras, as entidades pedem que sejam levados em conta alguns dados. A principal preocupação é evitar que o STF dê efeito retroativo à decisão, por conta do impacto que isso teria no balanço das companhias.

O empresariado quer que os



Votos. O ministro do SFT, Gilmar Mendes, relator da proposta

trabalhadores demitidos antes da decisão do Supremo não tenham direito ao pagamento extra.

No documento apresentado ao ministro do STF, os empresários não apresentaram nenhuma proposta específica de limite de prazo para o aviso, mas admitiram após o encontro que esse prazo pode ser elevado até 90 dias.

Vale. A discussão sobre o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço surgiu durante o julgamento dos processos de quatro ex-funcionários da Vale.

Durante a sessão, diversas propostas foram aventadas. Como não houve consenso sobre a fórmula que deveria ser aplicada, os ministros decidiram adiar a discussão.

No momento, o ministro Gilmar Mendes estuda os parâmetros para regulamentação do benefício e deve levar o assunto para discussão no plenário no próximo mês.

Experiências. Representantes dos empresários pedem que o Supremo leve em conta experiências de outros países e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estipulando período de aviso prévio proporcional em "patamares plausíveis e suportáveis a todos os empregadores".

Eles reclamam que o empresário já está sobrecarregado pela alta carga de impostos e encargos "fatores que atrasam o crescimento econômico e tiram o estímulo de criação e geração de novos empregos".

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz pune Google por blogs que criticam prefeito no CE

Carmen Pompeu / FORTALEZA
ESPECIAL PARA O ESTADO

O juiz Augusto Cezar de Luna Cordeiro Silva, da 1.ª Vara da Comarca de Várzea Alegre (CE), determinou o bloqueio de R\$ 225 mil das contas do Google Brasil Internet por descumprimento de ordens judiciais em ação movida pelo prefeito da cidade, José

Helder Máximo de Carvalho (PMDB). O prefeito pediu à Justiça a retirada do ar de três blogs hospedados pelo Google.

Carvalho afirmou que os sites denigrem a sua imagem por meio de textos anônimos, que o acusam de corrupção e desvio de verbas públicas. Ele alegou que os responsáveis pela alimentação dos blogs são ocultados pe-

lo provedor.

Em fevereiro, o juiz titular da comarca, Gustavo Henriqué Cardoso Cavalcante, ordenara ao Google que removesse as páginas e indicasse os responsáveis por sua produção. A empresa recorreu. Alegou o direito constitucional à informação e a impossibilidade de fornecer dados dos criadores dos blogs.

Em nova decisão, em maio, o juiz aplicou multa diária de R\$ 5 mil em caso de novo descumprimento. O Google não recuou. O juiz então bloqueou as contas da empresa.

Zé Elias sai da cadeia após prisão de 30 dias por dívida de pensão alimentícia

O ex-jogador de futebol Zé Elias deixou ontem o 33.º Distrito Policial, em Pirituba, zona norte. O ex-corintiano ficou quase 30 dias preso por não pagar R\$ 932 mil de pensão alimentícia a dois filhos. A Justiça de São Paulo autorizou a libertação. Zé Elias, de 34 anos, foi detido em 21 de julho quando se apresentou à polícia depois de receber mandado de prisão pela dívida. Segundo a polícia, os valores se referem ao período de maio de 2008 a maio de 2010. No início do mês, a Justiça redu-



ziu de R\$ 25 mil para um salário mínimo (R\$ 545) a pensão para cada filho e para a ex-mulher de Zé Elias. Como o ex-jogador cumpriu os 30 dias de prisão, a dívida anterior foi suspensa, ou seja, não pode mais ser cobrada.

BELO HORIZONTE

Condenado homem que matou mulher em salão

O borracheiro Fábio Willian da Silva Soares, de 31 anos, foi condenado a 15 anos de prisão por matar, em 2010, sua ex-mulher, a cabeleireira Maria Islaine Moraes, de 30. O crime foi gravado por câmeras do salão de Maria.

FÓRUM DO LEITOR

Presos e presos...

Advogados, juizes e o ministro da Justiça consideraram as imagens dos presos por surrupiarem verbas públicas ofensivas à dignidade humana. Que Deus os proteja de tomar conhecimento das condições dos presos acusados de furto de "bolsa de feira". Por que só se preocupam com criminosos de colarinho branco? E a galera?

PEDRO VARGAS

pv_pedrovargas@yahoo.com.br
Marília

FÓRUM DO LEITOR

Injustiça e desabuso

Um absurdo as declarações do ministro do STF Marco Aurélio e do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos defendendo como *abuso e humilhação* a publicação das fotos dos crápulas que meteram a mão na grana do Ministério do Turismo. Eles só esqueceram que os verdadeiros abuso e humilhação são as imagens do descaso de centenas de coitados nos hospitais públicos jogados em macas pelos corredores por falta de leitos, e até mesmo no chão, cujos médicos e enfermeiros são as latrinas e os ratos que os rodeiam. Sem falar nas escolas! Tudo isso causado por desvios de dinheiro público, que poderia ter sido investido com toda a justiça e desabuso nessas áreas. Concordo com o ministro Marco Aurélio quando disse que o Brasil está sangrando. Realmente, o Brasil está sangrando nos hospitais públicos, nas escolas, dentro das casas, nas favelas e nas prisões por falta de investimento em saúde, educação, segurança, moradia, etc. Enfim, até a juíza Patrícia Acioli, por falta de segurança, sangrou até a morte, com 21 tiros de feridos contra ela.

VALDY CALLADO

valdypinto@hotmail.com
São Paulo

MARACANÃ - COPA 2014

TRT vai julgar greve dos operários na segunda

O impasse entre os trabalhadores e o consórcio que administra a obra de reforma do Maracanã para a Copa de vai ser resolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio. Com a não aceitação dos operários das propostas do consórcio Maracanã Rio 2014, a greve vai continuar até segunda-feira, quando o caso será julgado, às 11 horas. Paralisados desde quarta-feira, os trabalhadores pedem aumento na cesta básica, adiantamento quinzenal, plano de saúde e melhores condições de trabalho. Um acidente com um funcionário, na manhã de quarta-feira, precipitou a greve.

21 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

A ameaça do 'Estado leiloado'

Deputado que inspirou personagem de *Tropa de Elite 2*
está em lista atribuída a assassinos da juíza

Na terça-feira, cinco dias após o brutal assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, uma informação assustadora foi transmitida ao deputado estadual

Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Segundo relato feito ao Disque-Denúncia, a morte da juíza teria sido encomendada por três detentos do presídio Ary Franco e, na lista dos criminosos, estariam mais duas pessoas marcadas para morrer; outro juiz, da 4ª Vara Federal de Niterói, e o próprio Freixo.

"Receio dá, pois eles podem tirar minha vida, sim. E não tenho nenhum projeto de virar memória", admite o niteroiense de 44 anos, casado, pai de dois filhos. Formado em história pela Universidade Federal Fluminense e ex-pesquisador da ONG Justiça Global, Freixo coordenou projetos educacionais em presídios e, em mais de uma ocasião, atuou como negociador durante rebeliões. Eleito com amplo apoio da classe artística e intelectual do Rio, presidiu em 2008 a CPI das Milícias, que investigou as conexões desses grupos com parlamentares e resultou na cassação do deputado Álvaro Lins. Desde então, vive escutado por seguranças. Foi Freixo quem inspirou o cineasta José Padilha na construção do personagem Diogo Fraga, militante de direitos humanos e antagonista do Capitão Nascimento que depois se alia a ele no filme *Tropa de Elite 2*.

Nesta entrevista, que concedeu ao *Aliás* na saída da missa de sétimo dia da juíza Acioli, quarta-feira, o deputado dispara contra a política de segurança pública fluminense e federal. Considera a execução ocorrida no dia 11 "um divisor de águas" na ação do crime organizado, que até então via juízes, promotores e deputados "cadáveres caros demais". Ensina que, diferentemente dos traficantes, os milicianos não constituem um Estado "paralelo", mas "leiloado": são máfias dotadas de projeto de poder, domínio de território e influência eleitoral, constituindo "uma instância do crime organizado muito superior". E faz um alerta: se não houver resposta firme das autoridades, o crime contra a juíza será o primeiro de muitos.



**Entrevista
Marcelo
Freixo**

EX-PROFESSOR DE
HISTÓRIA. DEPUTADO
ESTADUAL PELO PSOL.
PRESIDIU A CPI DAS
MILÍCIAS EM 2008

● Como se sentiu ao ver seu nome na lista de ameaçados em que constava a juíza Acioli?

Desde que presidi a CPI das Milícias recebo ameaças. A última foi no mês passado. Elas chegam por carta, pelo Disque-Denúncia, por presos que respeitam meu trabalho e dizem ter ouvido planos do tipo ou por interceptações telefônicas feitas pela polícia.

● Até que ponto vale expor a si próprio e a sua família com esse trabalho?

(Pausa) Receio dá. Estou saindo muito abalado da missa de Patrícia. Pensei que ali, no lugar dos filhos dela, poderiam estar os meus. Claro que isso passa pela minha cabeça, mexe comigo. Se dissesse que não, estaria mentindo. A gente se sente vulnerável. Sei que não posso deixar de fazer o que faço, mas preciso tomar cuidado. Porque eles podem tirar minha vida, sim. E eu não tenho nenhum projeto de virar memória.

● Conhecia a juíza Acioli pessoalmente?

Embora não fôssemos amigos, eu a conhecia por trabalharmos na mesma área. Tivemos mais contato na época da CPI. Em sua atuação como juíza ela enfrentou fundamentalmente as milícias e grupos de extermínio de São Gonçalo. E, quando a CPI terminou, mandei o relatório para ela e nos falamos por telefone. Eu a admirava muito. Patrícia não morreu por sua ousadia ou por sua coragem, mas pela covardia dos outros. Falta prioridade, projeto público para se combater o crime organizado no Brasil. Então a luta fica dependendo de alguns poucos deputados, promotores, juízes... que viram alvo fácil.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 AGO 2011

● **Por que o sr. declarou que 'se a resposta não for rápida, o crime organizado vai atingir uma nova etapa'?**

Porque o crime organizado rompeu uma barreira que ainda não havia rompido. É a primeira vez que isso aconteceu no Rio de Janeiro. Não tenho a menor dúvida de que os mandantes e os executores são pessoas incomodadas pelo trabalho de Patrícia como juíza. Não foi uma vingança pessoal, eles fizeram um atentado contra o poder público. Calaram a Justiça, não a Patrícia. E, se o crime organizado pagou para ver, o Estado tem que responder à altura. Senão, ela será a primeira de muitos. Desde a época em que presidi a CPI, ouço dizer que somos "cadáveres caros demais", que eles não teriam coragem de nos matar porque a repercussão seria grande. Pois é, fizeram. E agora, qual vai ser a resposta?

● **É característica do crime organizado, de tempos em tempos, fazer uma ação assim, para servir de aviso, intimidar?**

Eles só agiram assim porque tiveram facilidade. O Tribunal de Justiça facilitou ao não garantir a proteção que Patrícia queria.

● **O presidente do TJ-RJ, Manoel Alberto Rebelo, insiste em que a juíza não pediu escolta. Não é verdade, e tenho documentos que o comprovam. Patrícia em nenhum momento se negou a ter segurança. Acho um absurdo que, enquanto o País inteiro se escandaliza, no Rio setores do Tribunal de Justiça tentem desqualificar a vítima. Dizer que ela não tinha proteção porque mandou um ofício! É uma vergonha. Só falta dizer que ela se suicidou. Reiteradas vezes Patrícia pediu proteção e discordou da redução de sua segurança, decidida por eles. Aí vem o presidente do TJ e, no lugar de dizer "peço desculpas à família e à sociedade, pois o Tribunal errou", põe a culpa nela. Era o mínimo de grandeza que se esperava do TJ. Tirou a segurança de uma juíza quando não podia ter tirado. Não deu autonomia para ela escolher seus seguranças, quando deveria ter dado. Eu ando com escolta. Desde quando não serei eu a escolher meus seguranças? Isso é um absurdo. O cara vai saber onde móro, quem é meu filho e eu não posso decidir quem será?**

● **E a declaração do Flávio Bolsonaro (PP-RJ), filho do deputado federal Jair, de que a juíza 'humilhava' policiais nos julgamentos? É curioso que o deputado não tenha essa opinião quando se trata de outros réus. É uma visão seletiva de garantia de direitos.**

● **O governo do Rio chegou a recusar ajuda da Polícia Federal nas investigações e foi preciso que o presidente do STF, Cezar Peluso, interviesse junto ao Ministério da Justiça para a PF entrar no caso. Por quê?**

Nada mais me espanta no governo do Rio de Janeiro. Eles já não conseguem me surpreender, pois o absurdo virou regra. Um assassinato com esse peso, que é um atentado contra a República, a Polícia Federal se coloca à disposição e o governo do Rio diz que não quer? Mas por que não? Se a recusa foi por vaidade, trata-se de um equívoco, uma tolice. Se não, é suspeito. Ou estão querendo dizer "vamos resolver sozinhos, estamos podendo, investigamos muito bem", o que não é verdade, ou temem que apareçam coisas que não possam ser ditas. Felizmente, o STF e o Poder Judiciário como um todo entenderam o significado do que ocorreu. A morte da Patrícia é um divisor de águas.

● **O crime organizado pode constranger a magistratura no Brasil, como fez na Itália durante a Operação Mãos Limpas?**

Já está constrangendo. Hoje mesmo conversei com um juiz cujo nome não posso revelar que também não tem proteção alguma. Está absolutamente preocupado. Quando terminou a CPI, definimos no relatório: milícia é máfia. Então, fui convidado pela Anistia Internacional a apresentar o relatório em outros países: No primeiro, a Alemanha, tive grande dificuldade em explicar. Vai dizer a um alemão que tem polícia envolvida, que eles dominam o transporte por vans e a distribuição de gás, que cometem extorsão e exploram até prostituição infantil... Já no último país da viagem, a Itália, eu mal começava a falar e eles já diziam: "Ah, sabemos como funciona. É igual aqui". A milícia, como a máfia, envolve agentes públicos, domina território, empreende atividades econômicas, tem projeto de poder e age dentro do Estado. Ela não é um Estado paralelo, é um Estado leiloado.

● **É isso o que quer dizer quando fala em 'crime organizado como projeto de poder'?**

Sim. E é o que diferencia a milícia de todas as outras organizações criminosas que já tivemos no Rio. Todos os líderes dos grupos milicianos são agentes públicos da área da segurança. Eles também, invariavelmente, comandam os centros sociais nas comunidades. Então, passam a ter domínio eleitoral dessas áreas. Sempre elegeram gente e também mataram muita gente: a maior concentração de homicídios no Rio de Janeiro hoje ocorre nas áreas das milícias.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 21 AGO 2011

● **Para quem vive nas comunidades, qual é a diferença entre estar sob o jugo do traficante ou do miliciano?**

A milícia é uma instância do crime organizado muito superior. Veja que só tivemos uma redução recente no número de homicídios no Rio porque houve certo enfraquecimento das milícias nos últimos três anos – depois que as autoridades foram obrigadas a agir pela mobilização da opinião pública após a CPI e o sequestro de uma equipe de jornalistas (*em maio de 2008, um grupo de milicianos da favela do Batan, em Realengo, sequestrou uma repórter, um fotógrafo e um motorista do jornal O Dia que faziam uma reportagem no local e os torturou por duas semanas*). Perto das milícias, os traficantes dos morros são só garotos violentos com armas na mão e nada na cabeça.

● **A melhoria das condições econômicas nas comunidades ajuda a explicar o crescimento das milícias?**

Sim, porque máfias se instalam onde há dinheiro para ser coletado, não onde só há miséria. E se você olhar em 2007, antes da CPI, vai ver até o governador Sérgio Cabral inaugurando uma obra em Campo Grande ao lado de um vereador e um deputado que acabaram presos por envolvimento com a milícia (*o deputado Natalino José Guimarães e seu irmão, o vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho*). Está no YouTube isso, é uma cena patética. Mas mostra como as autoridades viam as milícias como um mal menor. O ex-prefeito Cesar Maia chegou a chamá-las de “autodefesa comunitária”. O atual, Eduardo Paes, também as defendeu em uma entrevista na TV. O tráfico sempre se colocou à margem da lei e contra o Estado. A milícia está dentro do Estado. E no sistema eleitoral. O mapa de votação do ex-secretário de segurança do Rio (*o deputado federal pelo PSDB-RJ*) Marcelo Itagiba concentra-se nas áreas de milícia.

● **Parlamentares como Cidinha Campos (PDT-RJ) o acusam de fazer proselitismo e dispor da proteção de policiais que deveriam estar nas ruas. Qual é a sua resposta?**

A realidade se impõe contra a mediocridade. Deixo que os eleitores respondam. O meu grupo de seguranças é reduzido e condiscente com a situação de risco (*dez policiais se revezam na proteção de Freixo e de sua família 24 horas por dia*).

● **O sr. é crítico tanto em relação ao governo estadual quanto ao federal. Com a experiência que acumulou, como deveria ser uma política de segurança consistente?**

Em primeiro lugar, qualquer projeto de segurança deveria ser feito em parceria entre os governos estaduais e o federal. A questão é nacional e a segurança pública deveria estar acima de cor partidária ou ideologia: deve ser projeto de Estado, não de governo. A parceria na área de inteligência tinha que ser sistemática. No caso do Rio, as UPPs são importantes, mas não bastam. E há política por trás delas: por que a região de Copacabana tem tantas UPPs e na Baixada Fluminense, onde os índices de criminalidade são mais altos, não há nenhuma? O mapa das UPPs é um projeto de cidade, não de segurança pública. Outra pergunta: por que não há nenhuma UPP em áreas de milícia? Porque talvez elas ainda interessem à elite política corrupta do Rio. Temos uma polícia muito corrupta porque é grande a corrupção na política.

● **Em Tropa de Elite 2, o tráfico sai de cena para dar lugar às milícias como inimigo público número 1. Como combatê-las?**

Propostas concretas existem, a questão é querer fazer. Antes de mais nada, é preciso tomar o território das milícias, como se fez com o tráfico. E intervir em suas atividades econômicas. No transporte, a licitação das vans talvez pudesse ser feita por meio de licenças individuais e não via cooperativas dominadas pelo crime. A distribuição do gás também precisa ser mais bem fiscalizada: a Agência Nacional do Petróleo tem só cinco agentes em todo o Estado do Rio. E, claro, precisamos melhorar o salário e a formação do policial, além de dar mais estrutura às ouvidorias e à corregedoria.

21 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Câmara cassa prefeito de Campinas

Impeachment de Dr. Hélio foi aprovado por 32 votos a 1 e defesa irá

à Justiça; vice assume já sob ameaça de nova Comissão Processante

Por 32 votos a 1, a Câmara Municipal de Campinas cassou às 5h30 de ontem o mandato do prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), reeleito em 2008 com apoio de 12 partidos, coligação jamais vista na cidade. Dr. Hélio dá lugar ao vice Demétrio Vilagra (PT), que chegou a ser preso em maio pela Polícia Federal e também pode enfrentar processo de impeachment. A defesa do prefeito cassado vai recorrer ao Judiciário para anular a decisão da Câmara.

Após 44 horas de julgamento, Dr. Hélio deixará a prefeitura quase sozinho. Só o vereador Sérgio Benassi (PC do B) votou contra a cassação. Nem os oito parlamentares do PDT nem os três do PT, principal partido aliado, ficaram ao lado do prefeito cassado. "Nós éramos a bancada que faria a diferença (na votação do impeachment). Tivemos coragem suficiente para peitar, encarar as executivas estadual e nacional, e mostrar que somos destemidos", afirmou o vereador Antônio Flores (PDT). "A minha integridade é inegociável, não está à venda por preço algum."

Segundo o presidente do PT local, Ari Fernandes, o voto da bancada não foi uma ruptura, mas a constatação de que a aliança perdeu a consistência política. Enquanto os vereadores usavam a tribuna, Vilagra discutia fora da Câmara com seu grupo político mudanças no secretariado. Embora só vá assumir o cargo após publicação da decisão no *Diário Oficial do Município*, o petista disse em uma carta divulgada ontem que está preparado para assumir o cargo.

A defesa de Dr. Hélio, que abandonou a Câmara na quinta-feira e abriu mão das duas horas de argumentação a que tinha direito, vai recorrer da decisão na Justiça. "Não jogamos a toalha", disse o advogado Alberto Rollo.

Novo processo. Antes mesmo de assumir a prefeitura, Vilagra já é ameaçado pelo risco de ser cassado. O vice deve ser alvo de uma nova Comissão Processante. O petista é acusado pelo Ministério Público de supostos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e fraudes em licitações. Vilagra chegou a ser preso em megaoperação deflagrada em maio.

Na quinta, o presidente do PSOL campineiro, Paulo Búfalo, protocolou um pedido de formação de Comissão Processante para investigar Vilagra. "Ele (Demétrio) vai ser prefeito e é alvo de

denúncia do Ministério Público", afirmou Búfalo.

A Câmara responsabilizou Dr. Hélio em três denúncias: omissão em relação às infrações político-administrativas e atos de corrupção praticados na Sanasa; irresponsabilidade legal e política na defesa de bens, rendas e direitos do município no parcelamento do solo; e comportamento incompatível com o decoro ao ignorar tráfico de influência na liberação de alvarás para instalação de antenas de celulares.

Durante a sessão, manifestantes cantaram músicas de protesto e se despediram do prefeito ao amanhecer: "Ai, ai, ai, está chegando a hora, o dia já vem raiano meu bem, e o Hélio já vai embora". "Não é o melhor do mundo, mas é necessário para estancar a sangria que se via na cidade", disse o tucano Artur Orsi, autor do pedido de cassação.

CRONOLOGIA

● 3 de abril de 2011

O Estado revela que força-tarefa do Ministério Público Estadual investiga a Sanasa, empresa de abastecimento de Campinas, sob suspeita de corrupção, desvio de recursos e licitações dirigidas

● 20 de maio

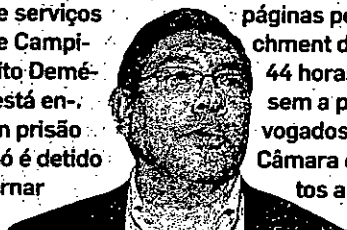
Megaoperação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da Polícia Civil prende 11 pessoas por fraudes em licitações e contratações de serviços pela Prefeitura de Campinas. O vice-prefeito Demétrio Vilagra (PT) está entre os que tiveram prisão decretada, mas só é detido no dia 26, ao retornar da Espanha

● 21 de maio

O vereador Artur Orsi (PSDB) entra com pedido de impeachment de Dr. Hélio (PDT) na Câmara Municipal de Campinas, após as denúncias de que a primeira-dama e ex-chefe de gabinete do prefeito, Rosely Nassim, era a chefe do esquema de corrupção na prefeitura

● 16 de agosto

Após quase três meses, a Comissão Processante apresenta relatório final de mais de 1.600 páginas pedindo o impeachment de Dr. Hélio. Após 44 horas de sessão e sem a presença dos advogados do prefeito, a Câmara cassa por 32 votos a 1 o mandato de Dr. Hélio



21 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

TRE mineiro apura suposto abuso eleitoral

A Justiça Eleitoral mineira determinou que o governo do Estado forneça ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) senhas do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). O objetivo é permitir ao Judiciário investigar denúncia de abuso de poder econômico por parte do governador Antonio Anastasia (PSDB) e do vice Alberto Pinto Coelho (PP) nas eleições do ano passado.

O desembargador Brandão Teixeira deu prazo de cinco dias para que a Secretaria da Fazenda forneça as senhas aos técnicos do TRE. A ação contra Anastasia e Coelho foi proposta pelo ex-ministro Hélio Costa (PMDB), derrotado pelo tucano na eleição. O governador disse estar tranquilo sobre o caso e que atenderá a solicitação. / MARCELO PORTELA

22 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

TJ-RJ julgou que juíza assassinada não precisava de proteção

Desembargador afirma que Patrícia Acioli não pediu escolta, só passou informação sobre ameaça não confirmada

Luciana Nunes Leal / RIO

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) vai desarquivar hoje o processo administrativo que concluiu ser desnecessária a escolta ou "qualquer medida extraordinária de segurança" para a juíza Patrícia Acioli, assassinada há 11 dias na porta de casa, em Niterói. Com a proteção especial à juíza descartada, o processo, aberto em setembro de 2008, foi arquivado em fevereiro de 2009, por determinação do desembargador Luiz Zveiter, presidente do TJ-RJ na época.

Zveiter negou ontem que Patrícia tenha pedido proteção ao tribunal. Segundo o desembargador, a juíza encaminhou informa-

ções do Disque-Denúncia de que sua vida estava em risco, mas não formalizou qualquer solicitação de escolta.

"Com o processo desarquivado, tudo será esclarecido. As informações do Disque-Denúncia foram apuradas, mas não foram confirmadas. A juíza Patrícia foi comunicada do arquivamento do processo e não manifestou contrariedade. Em junho de 2009, quando estivemos juntos, ela também não pediu segurança", afirmou Zveiter, que hoje é presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Em setembro de 2008, o Departamento de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informou que "não foram confirmados dados que apontem adoção de medidas de segurança ostensiva" a Patrícia. Em fevereiro, a juíza Maria Sandra Kayat Direito assinou o despacho de arquivamento do processo, "por não se vislumbrar a necessidade de adoção de qualquer medida extraordinária de segurança".

Primo de Patrícia, o jornalista Humberto Nascimento disse que a juíza fazia questão de comunicar formalmente ao TJ-RJ todas as informações que recebia sobre possíveis tentativas de assassinato. "Ela dizia: 'se acontecer alguma coisa comigo, está tudo documentado'", afirmou Humberto.

● Ameaça

10

magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) estão ameaçados ou em situação de risco, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

22 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

A resistência dos servidores

O acordo a que a base governista que se manteve fiel ao governo – pois uma parte dela estava disposta a não seguir as orientações do Planalto – teve de recorrer para evitar a derrota na primeira comissão técnica da Câmara que examina o projeto de criação da previdência complementar do servidor mostra como continua difícil mudar o regime de aposentadorias do setor público. A derrota nessa votação retardaria ainda mais a mudança.

Prevista na reforma previdenciária aprovada em 2003, a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) foi proposta pelo governo em 2007, mas o projeto ficou parado na Câmara. Recentemente, a presidente Dilma Rousseff instruiu o ministro da Previdência a negociar com a base governista o exame do projeto, pois a instituição do novo regime previdenciário para o setor público federal é considerada essencial para o ajuste fiscal de longo prazo.

Os números não deixam dúvidas quanto à necessidade de uma efetiva reforma do regime previdenciário do servidor federal. O déficit do regime dos funcionários da União é bem maior do que o do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende todos os trabalhadores do setor privado, e cresce ao ritmo de 10% ao ano. Em 2010, de acordo com dados do Ministério da Previdência, o déficit do regi-

me próprio, que beneficia 950 mil servidores aposentados, alcançou R\$ 51,2 bilhões, enquanto o do RGPS, que beneficia 28 milhões de aposentados, foi de R\$ 42,9 bilhões. Ou seja, cada funcionário aposentado custa R\$ 53.895 por ano para o contribuinte – pois o déficit é coberto pelo Tesouro –, enquanto o do regime geral custa R\$ 1.532.

O objetivo da reforma é estabelecer um mínimo de equidade entre os servidores públicos e os trabalhadores do setor privado. O valor dos proventos de aposentadoria e pensões do servidor será limitado ao máximo dos benefícios pagos pelo

Sem mudar o regime de aposentadorias não haverá o equilíbrio das contas públicas

RGPS, hoje de R\$ 3.689,66. Para obter valor superior a esse, o servidor deverá aderir à Funpresp, um sistema de previdência complementar baseado no regime de contribuição definida, como o que existe para o setor privado.

Um dos pontos que causavam grande discussão era a instituição de regimes especiais para diferentes carreiras, como a de magistrado. O projeto do governo estende o novo regime a todos os servidores federais civis, titulares de cargos efetivos da União, autarquias e fundações, inclusive membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do TCU.

Para não ferir direitos adquiridos, o projeto em exame no Congresso estabelece que as novas

regras vigorarão obrigatoriamente apenas para os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência da nova lei. Os que estiverem desempenhando suas funções poderão, voluntariamente, se transferir do regime atual para o novo.

Essas regras foram mantidas pelo relator do projeto na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, deputado Silvio Costa (PTB-PE). Certo de que o interesse do governo no projeto seria respaldado pelos deputados da base governista da Comissão, o relator chegou a ler seu relatório na sessão de quarta-feira passada. Mas, num ambiente tumultuado pela grande presença de servidores e pelo interesse de alguns deputados em agradar à plateia, o relator, que também é presidente da Comissão, acertou com as lideranças governistas o adiamento da votação.

Costa estimava que, se o texto fosse votado, teria 13 votos a favor e 13 contra. “Nós corríamos o risco de perder, e quando digo ‘nós’ é o País”, disse, depois de acertado o adiamento da votação. “O Brasil ia perder, por conta de alguns demagogos que fazem o jogo do corporativismo.”

Enquanto o proclamado interesse do governo no projeto de criação da previdência complementar dos servidores se mantém apenas no terreno da retórica, sem resultados práticos na sua tramitação no Congresso, o tema certamente continuará a alimentar a demagogia dos que estão preocupados apenas com votos, não com o País.

Radiografia 22 AGO 2011 da corrupção

Muitos leitores, aturidos com a extensão do lodacal que se vislumbra na onda de corrupção reiteradamente denunciada pela imprensa, manifestam profundo desalento. "Não vai acontecer nada. Os bandidos não estão na cadeia, mas no comando do Brasil." O comentário foi-me enviado por um jovem universitário. É tremendo, pois reflete o sentimento de muita gente.

O governo de Dilma Rousseff, sustentado por uma coligação pragmática e aética que foi concebida por seu antecessor, é, rigorosamente, refém do crime organizado. O mensalão do PT, que dificilmente será julgado em tempo hábil pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi o primeiro lance. Representou o pulo do gato, o caminho das pedras de um projeto de poder autoritário, corrupto e corruptor.

A presidente da República, fustigada por escândalos no seu governo que brotam como cogumelos, tem sido rápida na tomada de providências. Ao contrário do antecessor, Dilma não é, aparentemente, leniente com a corrupção. O Ministério dos Transportes, por exemplo, foi palco de uma enxurrada de demissões. Mas uma coisa é o feudo do PR. Outra, bem diferente, são as capitânicas hereditárias do PMDB. Aí, sem dúvida, o discurso de Dilma é diferente. Em vez de apoiar ação saneadora da Polícia Federal (PF), Dilma classificou como "acinte" a sua conduta em operação por suspeita de desvios no Ministério do Turismo. A presidente ficou furiosa ao ver a foto de um dos detidos chegando algemado a Brasília. Irritou-se também por, supostamente, não ter sido informada previamente da operação policial.

Independentemente de excessos pontuais de alguns agentes da PF, que devem ser punidos, o que os brasileiros esperavam da sua presidente era o apoio ao essencial, e não o escândalo com o acidental. Mas não foi o que ocorreu, sempre em nome da governabilidade. E é exatamente isso

Para o País sair deste pântano com a urgência que se impõe os culpados têm de ser punidos

so que é preciso romper. A política é a arte da negociação, mas não pode ser a ferramenta da bandidagem.

O que você, amigo leitor, pode fazer para contribuir para a urgente e necessária ruptura do sistema de privatização do dinheiro público que se enraizou nas entranhas da República?

Em primeiro lugar, pressionar as autoridades. O STF, por exemplo, deve sentir o clamor da sociedade. Julgar o mensalão não é uma questão de prazos processuais. É um dever indeclinável. A Suprema Corte pode dar o primeiro passo para a grande virada. Se os réus do mensalão, responsáveis "pela instalação de uma rede criminosa no coração do Estado brasileiro", pagarem por seus crimes, sem privilégios e imunidades, o País mudará de patamar.

Não podemos mais tolerar que o Brasil seja um país que discrimina os seus cidadãos. Pobre vai para a cadeia. Poderoso não só não é punido, como invoca presunção de inocência, submerge estrategicamente, cai no esquecimento e volta para roubar mais. Registro memorável discurso do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo, quando assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral: "Perplexos, percebemos, na simples

comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou um país do faz de conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam - o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mau tivessem feito".

De lá para cá, infelizmente, a coisa só piorou. A ausência de punição é a mola da criminalidade. Mas não atiremos a esmo. Não publiquemos no domingo para, na segunda-feira, mudar de pauta. Vamos concentrar. Focar no mensalão. E você, caro leitor, escreva aos ministros do STF, pressione, proteste, saia às ruas numa magnífica balada da cidadania.

Em segundo lugar, exija de nós, jornalistas, a perseverança de bulldogues. É preciso morder e não soltar. Os meios de comunicação existem para incomodar. Resgato hoje, neste espaço opinativo, uma sugestão editorial que venho defendendo há anos. Vamos inaugurar o Placar da Corrupção. Mensalmente, por exemplo, a imprensa exporia um quadro claro e didático, talvez um bom infográfico, dos principais escândalos. O que aconteceu com os protagonistas da delinquência? Como vivem os réus do mensalão? Que lugares frequentam? Que patrimônios ostentam? É fundamental um mapeamento constante. Caso contrário, estoura o escândalo, o ministro cai, perde poder político, mas vai para casa com a dinheirama. Depois, de mansinho, volta ao partido e retorna às benesses do poder, apoiado pela força da grana e do marketing. É preciso acabar com isso.

CONTINUA

22 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

A imprensa precisa ficar no calcanhar dos criminosos.

Uma democracia constrói-se na adversidade. O Brasil, felizmente, ainda conta com um Ministério Público atuante, um Judiciário, não obstante decepções pontuais, bastante razoável e uma imprensa que não se dobra às pressões do poder. É preciso, no entanto, que a sociedade, sobretudo a classe média, mais informada e educada, assumam o seu papel no combate à corrupção. As massas miseráveis, reféns do populismo interesseiro, da desinformação e da insensibilidade de certa elite, só serão acordadas se a classe média – e a formidável classe emergente –, fiel da balança de qualquer democracia, decidir dar um basta à vilania que tomou conta do núcleo do poder.

Chegou a hora de a sociedade civil mostrar sua cara e sua força. É preciso, finalmente, cobrar a reforma política. Todos sabem disso. Há décadas. O atual modelo é a principal causa da corrupção. Quando falta transparência, sobram sombras. O Brasil pode sair deste pântano para um patamar civilizado. Mas para que isso aconteça, com a urgência que se impõe, é preciso que os culpados sejam punidos.

*

DOCTOR EM COMUNICAÇÃO,
É PROFESSOR DE ÉTICA E DIRETOR
DO MASTER EM JORNALISMO
E-MAIL: DIFRANCO@IICS.ORG.BR

O ESTADO DE S. PAULO

Recém-nascido é abandonado em mochila

22 AGO 2011

Um bebê recém-nascido foi encontrado na manhã de ontem abandonado em um terreno baldio em Mauá, Região Metropolitana de São Paulo. O menino estava dentro de uma mochila, enrolado em um pano branco sujo de sangue. Ele ainda tinha o cordão umbilical.

A criança foi encontrada por volta de 9h40 por policiais militares que atenderam denúncia anônima no Jardim Zaíra. O terreno é um local íngreme e a mochila estava a cerca de 3 metros abaixo do nível da rua. "É provável que a própria mãe tenha ligado para a PM, porque o local é um grande barranco de difícil acesso", disse o sargento Sérgio da Silva, comandante do pelotão que atendeu a ocorrência.

Por causa do frio, o bebê foi levado ao Hospital Nardini, na mesma cidade, ainda dentro da mochila. Os médicos acreditam que ele tenha nascido duas horas antes de ser abandonado.

O menino está em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, mas passa bem. Segundo a Assessoria de Imprensa do hospital municipal, a criança está em observação e vai ficar no hospital até pelo menos o fim da semana. Caso a mãe não apareça, o Conselho Tutelar será acionado e o bebê deve ser encaminhado para a adoção.

O caso foi registrado como abandono de incapaz e será investigado pelo 3.º Distrito Policial de Mauá. A criança não tinha identificação, mas as enfermeiras o batizaram de Artur.

22 AGO 2011

METRO

Segurança de juízes terá R\$ 300 mil

O Tribunal de Justiça do Paraná anunciou que vai comprar carros blindados e coletes à prova de balas para os juízes ameaçados que trabalham no Estado. O presidente do TJ, desembargador Miguel Kfoury, disse que atualmente seis casos de juízes sob ameaça estão sendo monitorados pelo tribunal. Kfoury pediu ao governo a criação de um batalhão judiciário. ● METRO CURITIBA

22 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF arquiva interpelação contra ministro Asfor Rocha

A interpelação judicial só deve ser admitida para esclarecer afirmações equivocadas ou dúbias e não serve para obter provas de autoria de um fato criminoso para embasar futura ação penal. Com esse entendimento, o Supremo Tribunal Federal arquivou, o pedido de explicações feito pelo advogado Roberto Teixeira ao ministro Cesar Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça, e à revista Veja.

A decisão foi tomada por oito votos a um, vencido o ministro Marco Aurélio. A maioria dos ministros entendeu que não há razão para o pedido de explicações, já que a reportagem que provocou a interpelação não deixa dúvidas em relação ao seu conteúdo. O julgamento foi concluído depois que o ministro Ayres Britto, que pediu vista do processo na semana passada, trouxe seu voto para o plenário.

Teixeira entrou com a interpelação por conta da reportagem Calúnia ou prevaricação, publicada em abril pela Veja. Na reporta-

gem, o jornalista Policarpo Júnior narra que Asfor Rocha desistiu de concorrer à cadeira de ministro do Supremo porque viu seu nome envolvido em uma acusação de suborno, que classificou como absurda e leviana.

De acordo com a notícia, o advogado Roberto Teixeira teria dito ao então presidente Lula, seu compadre, que pagou ao ministro por uma decisão que ele não deu. Lula, então, usou o caso para justificar porque não iria nomear Asfor Rocha para o STF. Ao tomar conhecimento disso, o ministro, que antes havia sido informado por Lula que seria nomeado, fez chegar ao presidente que não queria mais a vaga.

À revista Veja, Asfor Rocha disse: "Fui vítima de leviandades por parte de pessoas que queriam inviabilizar o meu nome para o Supremo. Mas prefiro acreditar que o ex-presidente da República foi enganado por essas pessoas que usam a sordidez como linguagem".

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Depósito 22 AGO 2011 prévio para recorrer é inconstitucional

Plenário confirmou jurisprudência
vigente na Suprema Corte desde 2007.



A ministra Cármen Lúcia lembrou que, até 2007, a Suprema Corte considerava recepcionado pela Constituição de 1988 o dispositivo da CLT agora declarado não recepcionado.

A Constituição Federal de 1988 não recepcionou o dispositivo que condiciona o andamento de recurso administrativo contra a imposição de multa trabalhista à prova de depósito do valor total dessa multa. A determinação consta do parágrafo 1º do artigo 636 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 229/1967.

A decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal, foi tomada nesta quinta-feira (18/8) no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 156, ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

No julgamento, o Plenário confirmou jurisprudência vigente na Suprema Corte desde 2007. Todos os demais ministros presentes à sessão endossaram o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, que aplicou a Súmula Vinculante 21, aprovada pelo Plenário do STF. Dispõe a Súmula: "É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo".

A ministra Cármen Lúcia lembrou que, até 2007, a Suprema Corte considerava recepcionado pela Constituição de 1988 o dispositivo da CLT agora declarado não recepcionado. O leading case (caso-paradigma) que até então norteava essa orientação era o Recurso Extraordinário (RE)

Ilmar Galvão (aposentado).

Entretanto, a Corte mudou sua orientação em 2007, por ocasião do julgamento, entre outros, dos REs 389.383 e 390.513, relatados pelo ministro Marco Aurélio, em que passou a considerar que a exigência de depósito prévio do valor total da multa trabalhista imposta para dela recorrer administrativamente feria os direitos constitucionais da não privação dos bens sem o devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Tal entendimento foi confirmado, também, conforme a ministra relatora, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1976, relatada pelo ministro Joaquim Barbosa.

22 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Suspensa ADI sobre abertura de crédito por MP

Pedido de vista do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PSDB para contestar a Medida Provisória, que abriu crédito extraordinário de R\$ 18 bilhões para diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como reduziu o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 5 bilhões.

Para o relator, ministro Dias Toffoli, o processo deve ser extinto, sem julgamento de mérito, visto que a MP convertida na Lei 12.240/2010 limitava a utilização

do crédito extraordinário, "impreterivelmente ao exercício financeiro correspondente ao ano de 2010". Dias Toffoli considerou que ocorreu o "exaurimento de eficácia do ato impugnado (MP)".

Segundo o ministro, "é possível concluir que os créditos previstos, por certo, ou já foram utilizados ou perderam sua vigência, e, portanto, não subsistem situações passíveis de correção no presente, na eventualidade de se reconhecer a sua inconstitucionalidade". Por considerar a ocorrência da perda do objeto da ação, o relator votou pela a prejudicialidade da ADI.

União é condenada fazer manutenção de ponte no RS

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul condenou a União e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) a fazer obras de manutenção e implantar sistemas de sinalização e iluminação em uma ponte sobre o rio Jacuí. A sentença do juiz Ricardo Alessandro Kern, da Vara Federal de Cachoeira do Sul (RS), foi publicada na semana passada e confirmou a liminar que havia sido concedida em 2010.

A Ponte do Fandango está localizada no trecho da BR 153, que faz a ligação do Município de Cachoeira do Sul com a BR 290, caminho mais curto para acesso a Porto Alegre. A obra, que foi inaugurada em 1961, utilizou a técnica da engenharia francesa em sua estrutura em ferro e conta ainda com uma barragem e um

sistema de eclusas que permite a navegação na parte norte do rio Jacuí.

O Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública, alegando que a ponte pode ter sua estrutura comprometida com a sobrecarga de peso, uma vez que a Polícia Rodoviária Federal não fiscaliza o tráfego no local para controlar o limite de 36 toneladas por veículo e a velocidade máxima no trecho da ponte, que é de 60km/h.

O MPF alegou ainda que o DNIT não tem feito as obras necessárias de manutenção na pavimentação da pista e não há iluminação e sinalização adequadas sobre a ponte, que fica no perímetro urbano da cidade, tem a pista estreita e é utilizada por pedestres e ciclistas.

22 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Não cabe adiantamento de honorários em Ação Popular

Na Ação Popular, não haverá, em regra, o adiantamento de honorários de perito. Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao julgar recurso que questionava a antecipação dos honorários em uma ação popular contra a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). O ministro Mauro Campbell Marques, considerou que, conforme o artigo 18 da Lei 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), "nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais".

A ação popular foi promovida com o intuito de que fosse declarado ilegal o contrato de fornecimento de energia elétrica. Em primeira instância, entendeu-se pela necessidade da produção de prova pericial para solucionar o mérito do caso. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve a decisão e condenou o autor da ação e a Cemig a anteciparem os honorários periciais. Em recurso especial submetido ao STJ, o autor da ação popular se insurgiu contra a determinação de adiantar os honorários.

O ministro Mauro Campbell Marques conheceu parcialmente do recurso e lhe deu provimento. Os demais ministros da 2ª Turma acompanharam a decisão do relator. O mesmo tema será apreciado pela Primeira Seção do STJ, em sede de recurso repetitivo, após a submissão do REsp 1.253.844, de Santa Catarina, também pelo ministro Campbell, ao rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ 22 AGO 2011

NEY DE FREITAS, UM JUIZ DE VITÓRIAS



Ney José de Freitas: modernização e memória

Se me perguntarem qual a característica com que posso definir Ney José de Freitas, 58, presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Nona Região, e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, diria que o vejo como o magistrado das vitórias e primeiros lugares.

Porque as primeiras classificações caracterizam sua vida: passou pelo primário e fundamental em primeiro lugar. Entrou em primeiro lugar no vestibular de Direito da PUCPR, assim como, concorrendo com mil candidatos, homens e mulheres que para cá acorreram de todo o Brasil, ficou em primeiro lugar no Concurso para Juiz do Trabalho, em 1988; obteve o Primeiro lugar na Pós-Graduação em Direito, na PUCPR, em 1989. Foi o primeiro Mestre, na PUCPR, na área (depois, em 2003, doutorou-se em Direito Administrativo pela UFPR).

PROCESSO ELETRÔNICO

Homem de vitórias, Ney poderá contemplar neste dia 22 o a conclusão, em seu TRT, de uma nova era na justiça do trabalho em terras paranaenses, em suas 86 varas trabalhistas: a partir de agora todos os processos serão digitais.

Ser contemporâneo do futuro é obsessão e desafio para esse homem de espírito e cultor de música popular brasileira, o qual, no último dia 8, acrescentou novo marco significativo em sua biografia: é membro do poderoso Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que terá assento até 2013. Pelo menos duas vezes por mês despacha de Brasília, no poderoso CNJ.

CONTINUA

22 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

OS VOLUNTÁRIOS DA MEMÓRIA

É também visível a preocupação do juiz com todos os assuntos que envolvam a coleta e resguardo da memória do judiciário trabalhista paranaense. Como exemplo, conseguiu, com apoio de sua equipe e engajando um sem número de profissionais, ex-magistrados e funcionários aposentados do TRT, implantar o Centro da Memória do TRT.

Nesse trabalho de recuperação das pisadas do Tribunal e dos homens e mulheres que construíram sua história, conseguiu, de saída, a recuperação de 96 álbuns de fotografias, que foram agora digitalizados.

Empolgado, Ney José de Freitas – testemunham auxiliares próximos, como o jornalista Gladimir do Nascimento – consegue a adesão de muitos voluntários para essa missão. A cada semana, exemplifico, esses aposentados se reencontram para realizar tarefa o comum e que, quase sempre, só eles ainda podem fazer: identificar um sem número de tipos humanos que aparecem no acervo fotográfico. O próximo encontro será no dia 25, quando o presidente dará um dedo de prosa com o grupo, recolhendo – como bom observador que é – novos ângulos para a composição da grande empreitada.

PRESENTE, PASSADO, FUTURO

Ney de Freitas não é catequista da doutrina que professa (kardecismo). Mas, com delicadeza e muito sutilmente, responde sobre sua preocupação com o recolhimento da memória da instituição TRT com uma certa expressão religiosa. Fala sem meias palavras sobre a obrigação que temos de cuidar do passado, enquanto trabalhamos o presente e preparamos o futuro. Por isso, não esconde gratidão, quando fala do advogado Milton Vianna, fundador da antiga Faculdade de Direito de Curitiba: “Teve papel essencial para a criação do nosso TRT”, ao lado do monumental Mozart Victor Russomano.

Milton Vianna será homenageado dia 15 de setembro, quando se celebrará mais um aniversário do TRT.

PERSONAGEM DE “VOZES DO PARANÁ”

Ney José de Freitas é um tipo humano - - dizendo o mínimo - - bastante incomum. O menino pobre da Vila Guaíra, filho de um guarda civil, José de Freitas, legatário de um sobrenome do velho Paraná – os Taborda, na raiz de tudo – é capaz de mergulhar em sessões de música popular brasileira, ao som de cavaquinhos, violões, pandeiros e banjos, em rodas de samba, em casas de amigos. Assim como, com igual empenho, percorrer, a pé, quilômetros – “se for o caso” – para acrescentar à sua biblioteca de 8 mil títulos uma obra nova rara.

As metas certas que identificam esse homem de grande importância no judiciário brasileiro, envolvem, no momento, redobrado empenho: batalha para que a Universidade Federal do Paraná conceda o título de “Doutor Honoris Causa” ao compositor Watel Branco.

Para Ney, cuidar do reconhecimento de Watel, pobre e esquecido do poder público, autor de trilhas musicais das ondas do rádio e TV, que foi parceiro de Henry Mancini (o qual teria se apropriado de peça do paranaense, “A Pantera Cor de Rosa”) é um dos seus desafios maiores.

Eu não tenho dúvidas que ele se sairá bem. Afinal, fazer justiça tem sido sua marca mais definitiva.

22 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

Saída viável

*Roberto Victor
Pereira Ribeiro

Hodiernamente se fala muito em fusão e incorporação. Entende-se por estes termos, o ato de uma empresa incorporar seu patrimônio a outra empresa distinta ou vice-versa. Destarte, existe, ainda, uma modalidade conhecida doutrinariamente como: "Incorporação às avessas".

Este procedimento ocorre quando se perfaz um conjunto de atos voltados para a organização da sociedade, buscando, assim, sanar e planejar a estrutura tributária da firma. Nestes casos, o que vem ocorrendo é que uma empresa lucrativa incorpora em seu status uma empresa deficitária e, através de seus lucros, vai quitando o déficit tributário da empresa debilitada.

Em ares de recência, o STJ julgou uma ação que deixou máculas em relação a esse tipo de quitação tributária. No entanto, aconteceu que este julgado não atacou ou teceu razões em cima do mérito do procedimento que ora cha-

mamos de "saída viável" para empresas deficitárias, mas sim comentou e julgou uma operação tida e provada como fraude ou simulação empresarial. Operação esta totalmente distinta da chamada "Incorporação às avessas".

A incorporação às avessas é um procedimento considerado lícito em nosso ordenamento jurídico sendo, inclusive, reconhecido pelos órgãos que fiscalizam o comércio e por entidades que promovem os Conselhos Administrativos Fiscais. É questão ratificada e encerrada, pelo menos por enquanto, não há em que se falar em ilegalidade de tal comportamento. Trata-se de uma operação comercial-empresarial com meios que façam subsistir empresas que se atrapalharam durante o planejamento tributário de suas relações.

O colega João Paulo Carvalho, advogado especialista no assunto com banca concorrida em São Paulo, atesta: "Neste sentido, conclui-se as incorporações às avessas decorrentes de reorganização societárias e planejamentos tribu-

tários realizados em consonância com a legislação em vigor são viáveis e podem trazer inúmeras vantagens para as partes envolvidas. É bom que entendamos que não há ofensa alguma em uma empresa com lucrativa alta trazer para sua gerência e, portanto, para seu patrimônio, empresa que esteja com dificuldades na execução de seu planejamento tributário. Desta maneira, a empresa com lucros absorve para si os desafios fiscais da empresa deficitária e através dos lucros auferidos movimentada e aplica nas dificuldades da outra.

Neste ínterim, deixamos claro que os empresários que fazem este tipo de operação não estão lesando dispositivo nenhum de nosso sistema jurídico. Assim, a incorporação às avessas torna-se verdadeira saída viável e saudável para salvar empresa com problemas tributários.

* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

Coisas que a gente vê, mas não enxerga

*Jônatas Pirkiel

Na semana que passou, o país ficou dividido entre a indignação e a perplexidade, com a notícia do assassinato da juíza Patrícia Acioli, do Rio de Janeiro. Não porque este foi mais um juiz que perde a vida em razão do exercício de sua profissão. Mas porque o fato chama a atenção para a fragilidade da estrutura do Estado. Salvo engano, não se pode dizer que o crime foi encomendado pelo "crime organizado", tudo levando a crer que foi uma reação criminosa à eficiente ação e coragem desta juíza que cumpria o seu dever, no exercício de uma função de Estado.

Dividido e indignado porque este tipo de atitude é uma afronta ao próprio Estado e exige que os mandantes e executores sejam descobertos, processados e exemplarmente punidos. É o que exige a família da vítima e a soci-

idade, não só por solidariedade, mas como garantia da ordem institucional. Lembre-se que esta não foi a primeira vez que um juiz é assassinado em nosso país.

Com o assassinato da juíza, verificou-se que são muitos os juizes que se encontram ameaçados de morte e que estão sob proteção policial. Porém, o que nos chama a atenção que o Paraná é o primeiro em número de juizes ameaçados e que vivem sob escolta policial. O Rio de Janeiro, apesar do tráfico e da violência, está em segundo lugar. Estatísticas que são motivadores de toda a preocupação da sociedade que vê o Estado enfraquecido até mesmo no desempenho de sua função jurisdicional...

Em face destes acontecimentos, os magistrados brasileiros querem a aprovação do projeto de lei complementar 03/2010 - que institui a polícia do judiciário, porém desarmada, e um órgão colegiado

de juizes para o julgamento de organizações criminosas. Sendo que esta última reivindicação sofre contestação de vários setores da sociedade, mesmo porque existe uma Justiça que deve julgar igualmente a todos. Porém o fundamento da iniciativa é de que o julgamento de ações do "crime organizado" por órgão colegiado deixaria o juiz menos vulnerável.

O certo é que neste momento os juizes brasileiros devem dar demonstração de que são maiores do que a covardia criminosa daqueles que querem intimidar o próprio Estado na sua tarefa de aplicar a Lei. Temos que entender que o Estado deve fazer prevalecer a sua autoridade, impedindo que a Lei seja descumprida e o crime, organizado ou não, seja combatido.

* Jônatas Pirkiel
(jonataspirkiel@terra.com.br) é advogado criminal.

JORNAL DO ESTADO

TÁ NA LEI

22 AGO 2011

Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;

IX - monitoração eletrônica.

Esta lei alterou a Código de Processo Pena para criar diversas medidas cautelares que deverão ser utilizadas, sempre que possível, para substituir a decretação da prisão provisória.

JURISPRUDÊNCIA

Juiz não pode substituir pena privativa de liberdade somente por uma restritiva de direitos

Se a condenação a pena privativa de liberdade é superior a um ano, cabe ao sentenciante, no exercício do poder discricionário que lhe assiste, apenas determinar se poderá o réu ser beneficiado pela substituição da sanção carcerária por uma restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos, sendo-lhe vedado agraciá-lo com apenas uma substituição, desobedecendo ao comando inscrito no art. 44, § 2º, 2ª parte, do Código Penal. "...Atualmente não há mais a exigência do cumprimento de oito horas de tarefas semanais (redação antiga do art. 46, parágrafo único, do CP), mas, sim, o cumprimento de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação, independentemente de limite mínimo quanto ao número de horas na semana, conforme a redação modificada pela Lei nº 9.714/98 do § 3º do art. 46 do CP..." (TJPR - 2ª C.Criminal - AC 0695505-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. José Mauricio Pinto de Almeida - Unânime - J. 16.12.2010)

Decisão da 3ª Câmara Criminal do TJ/PR. AC. n. 0753804-9 (fonte TJ/PR).

DOCTRINA

"Este é o mesmo motivo pelo qual se torna inadmissível um sistema de escolha de magistrados lastrado no escrutínio popular e por mandatos transitórios. O sistema de admissão por concurso público, mesmo que demande aperfeiçoamento, atrelado às garantias constitucionais conferidas aos magistrados (CF, art. 95), objetiva afastar completamente os magistrados das injunções político-partidárias, enquanto o magistrado estiver preocupado com compromissos políticos partidários ou com a transitoriedade das suas funções haverá espaço fértil para o arbítrio e, portanto, para o desvio dos compromissos do Estado brasileiro".

Trecho do livro Controle Judicial de Políticas Públicas, de Orlando Carneiro Junior, página 100. São Paulo: Saraiva, 2011.

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Cursos

A Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná está com inscrições abertas para cursos práticos de sentença e cálculos trabalhistas e um preparatório específico para a primeira fase de concurso de juiz do trabalho. As aulas terão início, respectivamente, nos dias 27 de agosto, 15 de setembro e 6 de outubro. Informações www.ematra2.org.br e pelo fone (41) 3223-8734.

Diversidade

No dia 23 de agosto, na sede da OAB Federal, em Brasília, a Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB, presidida pela advogada Maria Berenice dias, procederá a entrega do Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual. Trata-se de um microsistema que concede direitos, criminalizada a homofobia e prevê políticas públicas.

Evento

O Grupo Educacional UniBrasil realiza no próximo dia 22 o evento "Direito Administrativo, Democracia e Direitos Fundamentais". A organização será feita pelo Programa de Mestrado em Democracia e Direitos Fundamentais da UniBrasil e pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da PUCPR. Informações (41) 3361-4271 e www.unibrasil.com.br.

Capital

O Partido Popular Socialista (PPS) propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra a parte final do caput do artigo 980-A do Código Civil, que exige um capital social de pelo menos 100 vezes o maior salário mínimo vigente no país para a abertura de empresa individual de responsabilidade limitada.

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 463 do STJ
- Há incidência do imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo.

Foz

Os advogados que atuam em Foz do Iguaçu contam com uma nova sala da OAB. O novo espaço, inaugurado no último dia 15 pelo presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, está localizado na nova sede da Vara Cível da Justiça Federal.

Congresso

Acontece em Curitiba, de 29 de agosto a 2 de setembro, no Teatro da Reitoria, o V Congresso Brasileiro de História do Direito, com alguns dos nomes mais importantes do Direito em todo mundo. Serão 38 conferencistas, sendo 22 brasileiros e 16 estrangeiros. Entre os destaques estão os italianos Paolo Grossi, Pietro Costa e Paolo Cappellini e o português António Manuel Hespánha. O evento é organizado pelo Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD) e pela pós-graduação em Direito da UFPR. Informações: www.ibhd.org.br

Palestra

A Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) realiza no dia 23 de agosto a palestra Análise Econômica do Direito e Decisões Judiciais, que será ministrada pelo jurista e professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Fernando Araújo. São apenas 60 vagas. Inscrições no site www.emap.com.br

22 AGO 2011

EM BAIXA

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

vai desarquivar o processo administrativo que concluiu ser desnecessária a escolta ou qualquer medida extraordinária de segurança para a juíza Patrícia Acjoli, assassinada na porta de casa em Niterói. Processo foi arquivado em fevereiro de 2009.

20 AGO 2011

O PARANÁ

PANORAMA POLÍTICO

***Após a morte da juíza Patrícia Acioli, no Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça do Paraná decidiu comprar carros blindados e coletes à prova de balas para seus magistrados.

20 AGO 2011 O PARANÁ

PANORAMA POLÍTICO

Déficit na saúde

O Ministério Público do Paraná propôs nova ação civil pública contra o Estado questionando a falta de investimentos suficientes na área da saúde. O objeto da ação é o orçamento de 2009, em que o governo aplicou 7,74% dos recursos públicos no setor, quando a Constituição Federal exige que o investimento mínimo seja da ordem de 12%.

Prática antiga

O MP-PR já apresentou ações similares referentes aos orçamentos de 2000 a 2008. O Ministério Público calcula que R\$ 531 milhões deixaram de ser aplicados em ações e serviços de saúde para a população do Estado do Paraná só em 2009. Se somados os valores referentes a todas as ações, chega-se a R\$ 3,2 bilhões.

ROSE BRACHT



O professor da Univel e juiz da Vara da Infância e Juventude de Cascavel, Sérgio Kreuz, Francisco Rocha Junior e o coordenador do curso de Direito da instituição, Alexandre Barbosa da Silva, durante a Semana Jurídica da faculdade.

O PARANÁ

**Estupro de
menor é filmado
e postado
na internet**

20 AGO 2011

Cascavel - Um caso de estupro veio à tona na manhã de ontem e chocou até mesmo policiais civis de Cascavel. Uma adolescente de 14 anos, com problemas mentais, foi abusada sexualmente por três jovens. Os criminosos ainda filmaram toda a ação e postaram o vídeo na internet.

A mãe da menina ficou sabendo do fato por meio da direção da escola em que a jovem estuda, local em que chegou uma denúncia sobre o abuso. A mãe foi chamada na escola e assistiu às cenas chocantes.

O crime ocorreu na casa de uma amiga, no período em que ela havia se ausentado. Segundo a mãe, nas imagens aparecem os rapazes com as calças abaixadas e mantendo relação sexual com a adolescente, mas os rostos não aparecem.

A jovem foi levada à Delegacia da Mulher. Segundo a delegada do caso, Mariana Manso Vieira, o crime está sendo analisado e, durante uma conversa preliminar com a vítima, pode ser percebido que os acusados do abuso são dois adolescentes e um maior de idade.

“O caso é investigado e segue em sigilo, até para não expor a vítima. Temos elementos suficientes para identificar os responsáveis por esse crime, que foi praticado por três rapazes que filmaram tudo com um celular”, comentou a delegada.

A vítima foi encaminhada ao IML e passou por exames de conjunção carnal. Os resultados dos exames ainda não ficaram prontos.

2 AGO 2011

O PARANÁ Presidente do TSE não acredita em grandes mudanças nas regras

**Sobre a validade da
Ficha Limpa,
Lewandowski espera
que haja uma definição
o quanto antes**

Brasília – O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Ricardo Lewandowski, disse não acreditar que ocorram mudanças profundas na legislação eleitoral para as eleições 2012, devido à proximidade do pleito. “A reforma política é uma reforma de muito fôlego. Exige uma alteração da Constituição e da legislação ordinária. Penso que não haverá tempo para uma reforma muito ampla”, avaliou.

“À medida que o tempo vai passando eu penso que os prazos, evidentemente, vão ficando exíguos e a reforma política e também a reforma da legislação eleitoral vai ficando cada vez mais distante, ou pelo menos fica mais distante com relação às eleições de 2012.

Talvez algumas reformas mais tópicas possam ser efetuadas antes das eleições de 2012, mas nada de muito profundo”, complementou o presidente do TSE.

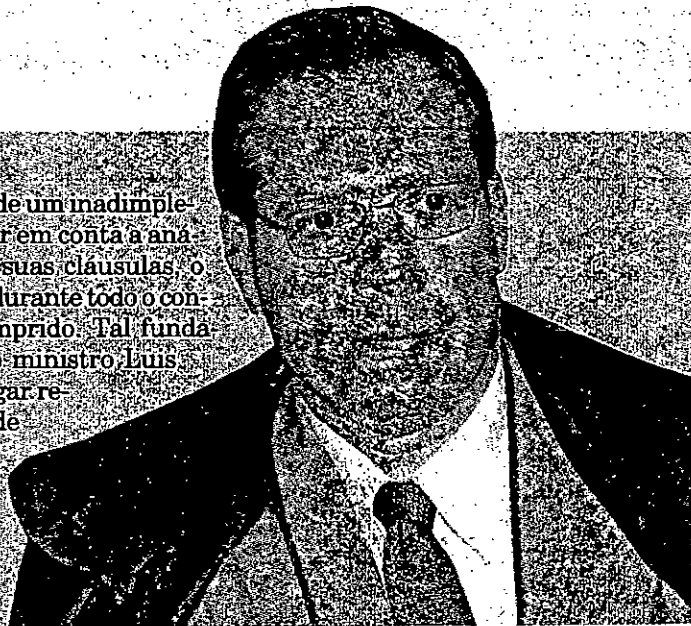
Sobre a validade da Lei Ficha Limpa, o presidente do TSE espera que haja uma definição o mais rápido possível do STF (Supremo Tribunal Federal). O ministro reiterou que a Justiça Eleitoral entendeu, nas eleições 2010, que a lei é constitucional, para moralizar os costumes políticos. E acrescentou: “Mesmo que a Lei não valha para 2012, o eleitor terá no site do TSE e dos TREs todas as informações sobre a vida pregressa dos candidatos”.

Direito

Alaor Carlos de Oliveira

Relevância social

A apreciação valorativa de um inadimplemento contratual deve levar em conta a análise global do pacto, como suas cláusulas, o comportamento das partes durante todo o contrato e o quanto já foi cumprido. Tal fundamentação foi aplicada pelo ministro Luis Felipe Salomão (foto), ao julgar recurso movido por empresa de leasing em demanda com um cliente. A maioria da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) seguiu a decisão do relator. RESP 1051270



Falta grave

O desembargador convocado Haroldo Rodrigues, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou provimento a recurso em que o Ministério Público de São Paulo (MPSP) pretendia que o cometimento de falta grave por parte do preso fosse reconhecido como causa de reinício da contagem do prazo para concessão de benefícios na execução penal. O recurso era contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). RESP 1264315

Agiotagem

O reconhecimento da prática de agiotagem, por si só, não implica a nulidade de contrato de empréstimo que embasou execução. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que é possível a anulação da cobrança de juros abusivos com a redução da execução ao que permite a lei. O entendimento seguiu voto do relator do recurso, ministro Sidnei Beneti. RESP 1106625

Licença-prêmio

Servidoras públicas celetistas do estado de São Paulo, em contestação à sentença que julgou improcedente seu pedido, recorreram à instância superior para garantir o recebimento de licença-prêmio a que entendiam fazer jus. Mas a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao analisar o recurso das servidoras, manteve a decisão regional e não lhes concedeu a licença-prêmio pretendida. RR-134600-67.2007.5.02.0054

Antidepressivos genéricos

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer, restabeleceu o poder da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para conceder registros de medicamentos genéricos e similares baseados no princípio ativo escitalopram (antidepressivo). A decisão suspende os efeitos de sentença da Justiça Federal do DF, em relação à qual já havia sido indeferido, no TRF da 1ª Região, idêntico pedido. Para o ministro Fischer, a suspensão da sentença é recomendável "a fim de se afastar o risco de enfraquecimento da política pública dos medicamentos genéricos adotada no país, inquestionavelmente valiosa à população, sobretudo à parcela de menor poder aquisitivo". SLS 1425

CONJUR

STJ debate regime sucessório em união estável

19 AGO 2011

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça começou a analisar incidente de inconstitucionalidade dos incisos III e IV do artigo 1.790 do Código Civil editado em 2002, que altera o regime sucessório dos conviventes em união estável com a exigência de que o companheiro do falecido nomeie e qualifique, nos autos do arrolamento sumários, os parentes colaterais até quarto grau de seu companheiro. A questão tem gerado intenso debate doutrinário e jurisprudencial. Pedido de vista antecipado do ministro Cesar Asfor Rocha interrompeu o julgamento.

O relator do caso, ministro Luis Felipe Salomão, em seu voto, declarou a inconstitucionalidade dos dois incisos do artigo 1.790 do Código Civil, para que, na ausência de ascendentes e de descendentes do falecido, o companheiro sobrevivente receba a totalidade da herança.

Segundo o ministro, evidentemente, união estável e casamento são institutos diversos, e isso nem precisaria ser dito pela Constituição Federal porque, em alguma medida, reside no mundo do “ser” e não no mundo do “dever ser”. “Assim, subjaz à parte final do parágrafo 3º do artigo 226 da CF/88 uma simples constatação de que, natural e faticamente, em razão da informalidade dos vínculos, a união estável é mais fragilizada que o casamento e, por isso mesmo, propicia menos segurança aos conviventes”, afirmou.

O relator destacou, entretanto, que não há como sustentar que a Constituição de 1988 tenha adotado predileção pela família constituída pelo casamento, relegada às uniões estáveis e às famílias monoparentais apenas a qualidade de “entidades familiares”, como se elas fossem algo diferente de uma família.

“O mais importante para a Constituição, parece, é que essas famílias, agora multiformes, recebam efetivamente a ‘especial proteção do Estado’, e é tão somente em razão desse desígnio de especial proteção que a lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento, ciente o constituinte que pelo casamento o Estado protege melhor esse núcleo doméstico chamado família”, frisou o ministro.

Para Salomão, a união estável não representa um estado civil de passagem, como um degrau inferior que, em menos ou mais tempo, cederá vez ao casamento. “É ato-fato jurídico despojado de formalidade que, por vezes, revela exteriorização vicejante da liberdade e da autodeterminação da pessoa de se relacionar e conviver com quem melhor lhe aprouver, sem que sua vida privada – que é, sobretudo, plasmada na afetividade e cuja inviolabilidade é garantida pela própria Constituição – seja timbrada pelo Estado”, destacou. Assim, de acordo com o ministro Salomão, o estabelecimento, pelo artigo 1.790, incisos III e IV do CC/2002, de uma ordem de vocação hereditária para a união estável diferenciada daquela prevista para o casamento (artigo 1.829) atenta contra a Constituição, especialmente contra o artigo 226 e o *caput* do artigo 5º, uma vez que concede tratamento desigual à união estável exatamente onde esta se iguala ao casamento, que é nos vínculos afetivos decorrentes das relações familiares. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça.*

CONJUR

CNJ irá investigar obras no TJ de Tocantins

19 AGO 2011

A ministra Eliana Calmon anunciou nesta quarta-feira (17/8) que a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça fará uma verificação completa na área de contratos e licitações do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins. A ministra ressalta que, durante o trabalho de organização de precatórios do tribunal, o número de contratos e obras despertou sua atenção já que se trata de um tribunal de pequeno porte. Segundo ela, o TJ não dispunha nem mesmo de um setor para cuidar de licitações e contratos.

O trabalho será feito pelo CNJ em conjunto com o TJ-TO e contará com apoio técnico do Tribunal de Contas da União. Eliana Calmon explicou que a corrupção no judiciário ocorre, principalmente, nas áreas de precatórios, distribuição, contratos e licitações de obras e de informática. “Começamos por um setor sensível, o de precatórios, que atinge diretamente os jurisdicionados”, disse, informando que o setor de informática também está sendo monitorado.

A corregedora Eliana Calmon pediu paciência às construtoras e aos trabalhadores pelos transtornos, mas ressaltou a necessidade da apuração dos fatos. “Lamento muito a situação das construtoras, lamento profundamente pelos trabalhadores, mas foi preciso paralisar”, afirmou.

A corregedora também voltou a defender a revisão da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), “uma lei bastante antiga, que está defasada”. Pela lei, o desembargador só pode ser punido com aposentadoria compulsória ou disponibilidade. Se a falta cometida não for grave o suficiente para enquadrá-los nessas situações, eles ficam impunes.

Outra questão, segundo ela, é a recuperação do dinheiro eventualmente desviado. “É o dinheiro de todos, é o dinheiro que falta para quem fica na fila para assistência médica, que falta para a compra de remédios. É um crime de lesa-pátria que tem proporções muito sérias”, afirmou. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

CNJ

Ministra Eliana Calmon destaca importância das corregedorias-gerais de Justiça

18 AGO 2011

“As corregedorias-gerais de Justiça precisam ter autonomia, recursos humanos e estrutura própria para que possam executar sua função correicional e de orientação”, afirmou a corregedora nacional da Justiça, ministra Eliana Calmon, na quinta-feira (18/08), durante a abertura do 57ª Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (Encoge). O Encontro, que está sendo realizado em Araxá, Minas Gerais, reúne corregedores-gerais de Justiça de 25 Estados e do Distrito Federal.

As atividades do evento foram abertas pelo corregedor-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Antônio Marcos Alvim Soares, e pelo presidente do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça, desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes. Vários temas de interesse das corregedorias serão debatidos nas reuniões de trabalho que acontecem durante o encontro.

A ministra Eliana Calmon foi a responsável por palestra magna intitulada “O Papel do Poder Judiciário no Desenvolvimento Nacional” e falou sobre os desafios impostos à Justiça a partir da Constituição de 1988. “A redemocratização trouxe demandas novas para o Judiciário”, afirmou a corregedora. Segundo ela, os direitos alcançados a partir de 1988 trouxeram, para o Judiciário, demandas que se relacionam com políticas públicas.

Sintonia social - Para a corregedora, o magistrado da atualidade precisa ter conhecimento de disciplinas como sociologia e política. Deve, ainda, estar sintonizado com as mudanças sociais. “Tudo é relativo, inclusive os valores”, disse a corregedora, sobre o que acrescentou ser “um desafio ser magistrado neste mundo novo”. A ministra Eliana Calmon citou vários casos que foram decididos no Supremo Tribunal Federal (STF) e que têm repercussão direta na sociedade, como o uso de algemas, a inconstitucionalidade da Lei de imprensa e o nepotismo, entre outros.

“Ninguém consegue crescer sozinho. É preciso que haja comunicação entre os órgãos, para que, a partir desta troca de idéias e experiências, exista possibilidades de crescimento. O Poder Judiciário bem estruturado pode mudar o destino do Brasil”, finalizou a ministra.

Colégio de Corregedores - O Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil foi criado em 1995 e é composto pelos corregedores-gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Esta é a terceira vez que Minas Gerais sedia o Encontro.

A entidade tem como objetivos o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional judicial e extrajudicial, o intercâmbio de boas práticas, o estudo de temas relacionados à atividade correicional, a defesa da autonomia administrativa e financeira da corregedorias, entre outros listados no Estatuto. O presidente do Colégio é eleito pelos seus pares e tem mandato de 1 ano.